



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia

Selma Lúcia Lira Beltrão

Orientadora: Doris Aleida Villamizar Sayago

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, fevereiro/2010



A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia

Selma Lúcia Lira Beltrão

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão de C&T, opção Profissionalizante.

Aprovado por:

Doris Aleida Villamizar Sayago (CDS-UnB)

(Orientadora)

Laura Maria Goulart Duarte – Doutora (CDS-UnB)

(Examinador Interno)

Maria Amália Gusmão Martins – Doutora (Embrapa Informação Tecnológica)

(Examinador Externo)

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2010.

Beltrão, Selma Lúcia Lira

A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia./ Selma Lúcia Lira Beltrão.
Brasília, 2010.

212 f.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Agricultura Familiar. 2. Comunicação. 3. Embrapa. 4. Desenvolvimento Rural. 5. Desenvolvimento Sustentável. 6. Políticas Públicas. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

Dedico este trabalho aos agricultores familiares e às lideranças do Território do Sisal que, com sua fibra, contribuíram para me fazer compreender o complexo mundo que envolve esse território e a tecer esta Dissertação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus pela energia e maturidade que me foram concedidas no caminhar deste trabalho.

Ao meu marido e filhos pela paciência, compreensão por minhas ausências, e por me fazerem aprender o verdadeiro sentido da tolerância.

À Embrapa pela oportunidade e experiências proporcionadas e pelos investimentos realizados em minha capacitação.

Ao Fernando do Amaral Pereira, Gerente Geral da Embrapa Informação Tecnológica, pelo incentivo, apoio e liberação para as atividades acadêmicas.

À Doris Sayago pela orientação, paciência e palavras amigas nos momentos de angústia e dúvidas.

À Maria Amália Gusmão Martins, Conselheira Acadêmica e amiga, pelo carinho, disponibilidade e atenção que sempre dispensou a minha pessoa e aos meus trabalhos.

Aos amigos Suênia Cibeli Ramos de Almeida e Manoel Moacir Costa Macêdo pelo apoio e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Às amigas Assunta Helena Sícoli, Juliana Andrea Oliveira Batista, Minelvina Nascimento Freitas e Valéria Costa que, desde o primeiro momento, estão na torcida pelo êxito desta Dissertação.

Aos colegas da Biblioteca da Embrapa Sede, Rosângela Galon Arruda, Jeane de Oliveira Dantas, Maria de Fátima da Cunha, Rosângela de Almeida Leite Vasconcelos e Francisco de Assis Martins pela presteza e apoio que me deram nesses dois anos.

Ao amigo Weliton Brandão, da Embrapa Semiárido e da coordenação do Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território do Sisal – NAF Sisal, por todo o apoio dado nas fases da pesquisa de campo.

E à contribuição de todos e todas que mesmo não sendo citados nominalmente tornaram possível a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar as estratégias de comunicação que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa tem desenvolvido para levar aos agricultores familiares os resultados de suas pesquisas, e como essas ações sempre estiveram inseridas nas diretrizes governamentais e nas políticas desenvolvimentistas do País. Esta pesquisa é um Estudo de Caso no Território do Sisal, no Estado da Bahia, utilizando coleta e análise de dados qualitativos. O Território do Sisal é um território de identidade situado no semiárido baiano e instituído em 2003 como um território prioritário, em razão da forte presença de uma rede de instituições e movimentos sociais e da cadeia produtiva do sisal. Sua instituição está alicerçada no programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como parte da política de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial adotada pelo governo a partir de 2003. O objetivo da pesquisa é identificar se os projetos da Embrapa que estão em execução no território, e que têm como proposta democratizar o acesso às informações técnico-científicas e socializar conhecimentos, por meio da estratégia de divulgação de ciência e tecnologia presente nas Minibibliotecas e no Prosa Rural, e de gestão da informação na Web com o desenvolvimento da Árvore do Conhecimento via Núcleo Piloto Sisal, contribuem para a comunicação participativa e para o diálogo interinstitucional com os atores do Sisal, ou se reproduzem as práticas do modelo difusionista, largamente adotado pela pesquisa agropecuária e a extensão rural na relação com os agricultores a partir da segunda metade da década de 1970. A relevância deste trabalho está na possibilidade de debater as estratégias das novas institucionalidades (colegiados territoriais e outros espaços de planejamento) no processo de participação e gestão social das políticas públicas para os territórios, bem como o papel de uma instituição pública de pesquisa, cujos projetos têm sido direcionados para o desenvolvimento agrícola do País nos âmbitos nacional ou regional, em ações sistêmicas com enfoque exclusivo no desenvolvimento territorial rural sustentável. Os resultados da pesquisa mostraram que ainda persiste a presença de métodos difusionistas nesses projetos, e que as fragilidades na articulação dos mesmos com os atores sociais e institucionais do território dificultam a socialização de conhecimentos e saberes. No entanto, esses projetos têm resignificado as ações da Embrapa no território e representam um avanço no que diz respeito à possibilidade de construção de diálogo direto e de uma comunicação mais participativa com e para os agricultores familiares e suas representações, assim como nas ações territoriais da instituição. Espera-se que este trabalho seja uma contribuição para o estudo das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Palavras-Chave: Comunicação; Território do Sisal; Embrapa; Políticas Públicas; Desenvolvimento Rural Sustentável.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the communication strategies that Brazilian Agricultural Research Corporation – Embrapa has developed in order to take to family farmers the results of its researches, and how these measures have always been included in the country's governmental outlines and developmentist policies. This research is a Case Study on the Sisal Territory, in Bahia, using collection and analysis of qualitative data. The Sisal Territory is an identity one, located in the semi-arid region of Bahia. It was set up in 2003 as a priority area, due to the presence of a strong network of institutions and social movements of production in Sisal. Its institution is grounded on the program of sustainable development of rural areas, being part of the policy government's rural sustainable development with a territorial approach, adopted by the government since 2003. The objective of this research is to identify whether the projects that Embrapa runs in this territory, which have the goal of democratizing and socializing access to technical-scientific knowledge through the dissemination strategy for science and technology of Minibibliotecas and Prosa Rural projects, alongside the management of information on the web that comes with the development of the *Árvore do Conhecimento* via Núcleo Piloto Sisal project, contribute to participatory communication and interinstitutional dialogue with the stakeholders of Sisal, or if they reproduce the practices of the diffusionist model, largely used by agricultural research and rural extension in the relationship with farmers from the second half of the 1970s. The relevance of this work is the opportunity it raises to discuss the strategies of new institutionalities (territorial collegiates and the planning of other areas) in the process of participation and social management of public policies for the territories, as well as the role of public research institutions, whose projects have been directed to the agricultural development of the country, at national or regional levels, in systemic measures which focus exclusively on territorial sustainable rural development. The survey results showed that there is still some presence of diffusionist methods in these projects, and that weaknesses in their articulation with the social and institutional actors of the territory hinder the socialization of knowledge and learning. However, these projects are redefining the actions of Embrapa in the territory and represent a step forward with regards to the possibility of creating direct dialogue and a more participatory communication with family farmers and their representatives, as well as the territorial measures of the institution. It is hoped that this work be a contribution to the study of public policies in sustainable rural territorial development.

Keywords: Communication; Sisal Territory; Embrapa; Public Policies; Sustainable Rural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Municípios de influência da APAEB no Território do Sisal.....	64
Mapa 2 -	Relação dos Territórios Rurais consolidados, até 2008, pelo Programa de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.....	77
Mapa 3 -	Territorialização Rural Bahia 2006 – Localização dos 26 Territórios Rurais.....	81
Mapa 4 -	Localização da Região Sisaleira Baiana.....	82
Mapa 5 -	Municípios que constituem o Território do Sisal.....	86
Figura 1 -	Matriz de inserção e interrelações dos projetos desenvolvidos pela Embrapa em territórios rurais: Minibibliotecas, Prosa Rural e Agrofuturo – NAFs, nas ações da Agenda Social.....	34
Figura 2 -	Matriz das interrelações possíveis entre as ações previstas para o NAF Sisal e os programas e as ações de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Território do Sisal.....	41
Figura 3 -	Matriz de capilaridade das ações da APAEB no Território do Sisal.....	65
Figura 4 -	Campo da Comunicação contendo os Modelos Difusionista e de Comunicação Participativa.....	100
Figura 5 -	Imagem da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal, que se encontra em desenvolvimento.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Indicadores Médios do Território do Sisal (Ano 2007).....	87
Tabela 2 -	Resumo dos Municípios do Território do Sisal.....	89
Tabela 3 -	Resumo dos projetos nos municípios do Território do Sisal.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Áreas de interesse contempladas pelo Núcleo Piloto do Território do Sisal (NAF Sisal).....	39
Quadro 2 -	Relação das instituições mais importantes para o Território do Sisal e suas áreas de atuação.....	67
Quadro 3 -	Sistematização das modalidades de participação em ações comunicativas, a partir da proposta de Peruzzo (1998).....	121
Quadro 4 -	Relação das escolas que foram visitadas na pesquisa de campo para a realização de entrevistas semiestruturadas e dos atores entrevistados.....	127
Quadro 5 -	Relação das Rádios visitadas durante a pesquisa de campo para a realização de entrevistas semiestruturadas e dos atores entrevistados.....	128
Quadro 6 -	Relação das instituições públicas e movimentos sociais representativos dos agricultores familiares do território que compõem o Comitê Técnico do NAF Sisal e que foram entrevistados durante a pesquisa de Campo.....	129
Quadro 7 -	Vantagens, limitações e potencialidades dos projetos: Minibibliotecas, Prosa Rural, Árvore do Conhecimento e NAF Sisal, e as Formas de participação dos atores individuais, sociais e institucionais do território nesses projetos.....	145

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAÇO Sisal	- Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro
ANCAR/BA	- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia
ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
APAEB	- Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
APAEFA	- Associação da Escola Família Agrícola de Valente
APLs	- Arranjos Produtivos Locais
ASA	- Articulação do Semiárido
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CAMUQ	- Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru do Município de Queimadas
CAR	- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CD	- <i>Compact Disc</i>
CDA	- Central de Desenvolvimento das Associações
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CEFETs	- Centros Federais de Educação Tecnológica
CET	- Coordenação Estadual dos Territórios
CIATs	- Comissões de Implantação de Ações Territoriais
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CMDRS	- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODES	- Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar
CONSADs	- Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local
COOPERAFIS	- Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão
C, T&I	- Ciência, Tecnologia e Inovação
DVD	- <i>Digital Video Disc</i>
EBDA	- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
ECO-92	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
ETENE	- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
EFA	- Escola Família Agrícola

LISTA DE ABREVIATURAS (Continuação)

EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FATRES	- Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	- Imposto sobre Circulação de Mercadoria
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDR	- Instituto de Desenvolvimento da Região Sisal
IEPA	- Instituto de Educação Pedra Alta
IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIN	- Ministério da Integração Nacional
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MESA	- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome
MOC	- Movimento de Organização Comunitária
NAFs	- Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar
OEPA's	- Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PBDCT	- Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PED	- Programa Estratégico de Desenvolvimento
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	- Produto Interno Bruto
PDSTR	- Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PMDRS	- Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND	- Planos Nacionais de Desenvolvimento

LISTA DE ABREVIATURAS (Continuação)

PNDR	- Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDRS	- Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PPA	- Plano Plurianual
PROMESOs	- Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PROMATA	- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDT	- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SCPA	- Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária
SNPA	- Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SIBRATER	- Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SICOOB	- Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
STRs	- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
STRAF	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNEB	- Universidade Estadual da Bahia
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
INTRODUÇÃO.....	16
1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E NAS DIRETRIZES E PROJETOS DA EMBRAPA.....	22
1.1 INTRODUÇÃO.....	22
1.2 O ESTADO E A POLÍTICA LINEAR-OFERTISTA DE C&T PARA A AGRICULTURA.....	24
1.3 A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS PARA A REGIÃO NORDESTE.....	26
1.4 REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA DE C, T&I ÀS DIRETRIZES SOCIAIS DO GOVERNO, A PARTIR DE 2003.....	30
1.5 O PROJETO NAFS DO PROGRAMA AGROFUTURO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE C, T&I PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL.....	35
1.6 CONCLUSÃO.....	43
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AS ESTRUTURAS DE PODER NO CONTEXTO TERRITORIAL DO NORDESTE.....	45
2.1 INTRODUÇÃO.....	45
2.2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL – DE 1930 AOS TEMPOS ATUAIS.....	47
2.3 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	49
2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DA DINÂMICA LOCAL À ABORDAGEM TERRITORIAL RURAL.....	53
2.5 AS ESTRUTURAS DE PODER LOCAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DO NORDESTE.....	55
2.6 OS NOVOS ATORES NA RELAÇÃO DE PODER LOCAL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	58
2.7 AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES DO SEMIÁRIDO BAIANO E AS DINÂMICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO SISAL.....	61
2.8 CONCLUSÃO.....	69
3 O TERRITÓRIO DO SISAL: DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DE IDENTIDADE.....	71

3.1 INTRODUÇÃO.....	71
3.2 OS TERRITÓRIOS RURAIS DE IDENTIDADE: UM ARRANJO DE UNIDADES REFERÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA	72
3.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO ESTADO DA BAHIA.....	78
3.4 DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DO SISAL.....	82
3.5 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL E DOS SEUS MUNICÍPIOS	85
3.6 CONCLUSÃO	93
4 AÇÕES DA EMBRAPA DE DIVULGAÇÃO DE C&T E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	95
4.1 INTRODUÇÃO.....	95
4.2 EMBRAPA: DO DIFUSIONISMO À BUSCA DE UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES.....	97
4.3 OS PROJETOS DA EMBRAPA DE DIVULGAÇÃO DE C&T E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM EXECUÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL	106
4.4 AS INTERFACES ENTRE DIVULGAÇÃO DE C&T, COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DE CONHECIMENTOS NOS PROJETOS DA EMBRAPA	117
4.5 CONCLUSÃO	122
5 O ESTUDO DE CASO: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E RESULTADOS DA PESQUISA.....	124
5.1 O ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS DE PESQUISA.....	124
5.2 A ESCOLHA DO LOCAL, DO OBJETO E DOS ATORES.....	125
5.2.1 O local da pesquisa: o território do Sisal	125
5.2.2 O objeto de análise	126
5.2.3 Os atores envolvidos.....	127
5.3 A PESQUISA DE CAMPO	131
5.3.1 Prosa Rural	132
5.3.2 Minibibliotecas.....	134
5.3.3 NAF Sisal e Árvore do Conhecimento.....	135
5.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ATORES NOS PROJETOS	137
5.4.1 Prosa Rural: entre a Participação Passiva, mediante concessão de entrevistas, e o estímulo à Participação Controlada, via premiações	138
5.4.2 Minibibliotecas: Participação Passiva dos atores na produção de conteúdos e controlada quanto ao aproveitamento do acervo.....	140

5.4.3	Árvore do Conhecimento via NAF Sisal: relações de poder estabelecidas no território conduzem os agricultores à Participação Passiva e as lideranças à Participação Poder	142
5.5	DIVERSOS OLHARES E UMA MESMA PERCEPÇÃO	146
5.5.1	A participação dos atores nas políticas públicas territoriais	149
5.5.2	Prosa Rural: uma inovação com respeito ao jeito de ser do agricultor....	150
5.5.3	“O que serve para todo o Nordeste nem sempre serve para o semiárido da Bahia”	151
5.5.4	“Inovação não, é mais uma forma de melhorar o nosso jeito de fazer as coisas”	152
5.5.5	É possível uma socialização de conhecimentos e saberes.....	153
5.5.6	A Embrapa no território: perspectivas de aproximação e diálogo	153
5.5.7	Protagonismo, liderança e parentesco: a relação entre experiência e expectativa	154
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
	REFERÊNCIAS	163
	ANEXOS	176
	ANEXO A	177
	ANEXO B	179
	ANEXO C	181
	ANEXO D	184
	ANEXO E	188
	ANEXO F.....	191
	ANEXO G.....	194
	ANEXO H.....	195
	ANEXO I.....	196
	ANEXO J.....	197
	ANEXO K	198
	ANEXO L.....	200
	ANEXO M.....	201
	ANEXO N	203

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950, as atividades de ciência e tecnologia (C&T) desenvolveram-se no Brasil dentro do modelo de pesquisa-transferência-adoção ou modelo linear-ofertista, sustentadas por um sistema de tomada de decisões fechado, baseado na oferta e na transferência de resultados. Tal modelo também esteve presente na base da política de modernização tecnológica da agricultura brasileira.

Essa política manteve as desigualdades da estrutura fundiária existente desde o período colonial, estimulando assim a adoção de pacotes tecnológicos para elevar a produtividade agrícola pela transformação e difusão de novos métodos de cultivo no contexto da Revolução Verde, atendendo aos grandes e médios produtores e excluindo a quase totalidade da agricultura familiar dos caminhos do desenvolvimento e do acesso a canais de comunicação e sistemas de informação adequados às suas necessidades.

Para atender à estratégia de modernização e internacionalização da sua agricultura, o Estado brasileiro fez uso de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento como pesquisa, assistência técnica e crédito rural, aplicando assim, entre meados das décadas de 1960 e 1970, maciços investimentos na infraestrutura de pesquisa do País (CASTRO, 1984, p. 315), resultando fundamentalmente na criação do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária – SCPA, constituído pelos centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, criada em 1973 e coordenadora do sistema, assim como os órgãos estaduais de pesquisa: empresas estaduais, institutos e fundações.

A pesquisa agropecuária e a assistência técnica e extensão rural – ATER oficial tinham como função aumentar a produtividade agrícola por meio da oferta de tecnologias nem sempre adequadas à realidade dos agricultores. E para o alcance dos seus objetivos fizeram uso do chamado modelo difusionista, praticado por meio de métodos tradicionais de comunicação linear e unidirecional, para convencer ou persuadir os agricultores a modificarem seus significados e adotarem os pacotes tecnológicos.

Esse modelo difusionista restringe a possibilidade de diálogo e de participação do agricultor, pois considera a comunicação apenas como um meio de transmissão de informações (BORDENAVE, 1988), além de reforçar o papel de superioridade do

conhecimento científico em relação ao saber historicamente acumulado pelos agricultores, tratando os mesmos como objetos e receptores passivos e não como sujeitos da ação comunicativa¹ (FREIRE, 1977).

Desde a sua criação, em 1973, as diretrizes de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa continuam sendo balizadas pelas estratégias governamentais e pelas políticas desenvolvimentistas do País. Foi assim que, em 1996, a instituição alterou sua programação de pesquisa e elaborou a sua primeira Política de Comunicação Empresarial, inserindo os agricultores familiares como público de interesse (EMBRAPA, 1996) para adequar-se às orientações governamentais de fortalecimento da agricultura familiar. Em 2002, frente aos discursos nacional e internacional de preservação ambiental e de desenvolvimento social e regional, procurou se inserir em projetos de desenvolvimento sustentável.

No governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Embrapa tem desenvolvido e executado projetos que se articulam com as políticas de desenvolvimento rural sustentável, de C, T&I e aquelas de cunho notadamente social, como é o caso das Minibibliotecas, do Prosa Rural e do projeto Componente 3 – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – NAFs, este último implementado dentro de uma abordagem territorial. Esses projetos refletem a orientação da instituição para as estratégias de desenvolvimento do governo previstas na Agenda Social².

É nesse contexto, que esta pesquisa dedica-se a analisar, por meio de Estudo de Caso no Território do Sisal situado, no semiárido baiano, os projetos Minibibliotecas, Prosa Rural e Árvore do Conhecimento via NAF Sisal, os quais se propõem a democratizar o acesso às informações técnico-científicas, socializando os conhecimentos gerados pela

¹ Na teoria sociológica, a ação comunicativa foi primeiramente tratada por Max Weber, no âmbito de sua Teoria da Ação Social (Weber, 1991). Segundo Gonçalves (1999), Adorno e Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1986, apud. GONÇALVES, 1999) e, mais tarde, Marcuse, em seu *A ideologia da sociedade industrial - O homem unidimensional* (MARCUSE 1982, apud. GONÇALVES, 1999), fazem uma crítica radical à racionalidade científica, que, “entendida como neutra em relação a valores, afastou do exame da razão, como subjetivas e irracionais, todas as questões sociais que não podiam ser resolvidas na perspectiva da relação meio-fins, e que fugiam do âmbito das questões relativas à economia e à eficácia dos meios”. Habermas, em sua *Teoria da Ação Comunicativa* (1997), amplia o conceito de razão para o de uma razão que contém em si as possibilidades de reconciliação consigo mesma: a razão comunicativa. A legitimação dos valores como verdade, correção normativa e veracidade, que toda a ação comunicativa pressupõe, não é alcançada por uma racionalidade meio-fim, mas somente pela argumentação em função de princípios reconhecidos e validados pelo grupo. Habermas propõe um modelo ideal de ação comunicativa, em que as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna. A teoria de Habermas tem sido sob diferentes perspectivas fonte inspiradora de reflexões em torno de questões educativas.

² Para impulsionar a estratégia de desenvolvimento definida pelo governo federal, o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 destacou três agendas prioritárias, dentre elas a Agenda Social que compreende um conjunto de iniciativas prioritárias com ênfase na parcela vulnerável da sociedade (BRASIL, 2007).

Empresa e parceiros com os saberes dos agricultores familiares para fortalecer esse segmento, e inseri-lo no processo de desenvolvimento territorial rural sustentável³.

O Território do Sisal foi escolhido para o Estudo de Caso visto que os projetos da Embrapa de divulgação de C&T, como as Minibibliotecas e o programa radiofônico semanal Prosa Rural, encontram-se implantados desde 2005 em praticamente todos os municípios do território, por meio de parcerias da Embrapa com atores locais. No ano de 2007, a Empresa implantou em Valente, município pólo do Território do Sisal, o Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – NAF Sisal, onde está em desenvolvimento um sistema de gestão da informação na Web, denominado de Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal.

O Território do Sisal surgiu em 2003 como um território prioritário, conforme definição adotada até então pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (ORTEGA, 2007), e por contar com uma cadeia produtiva do sisal já consolidada e uma forte rede de categorias sociais organizadas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2004). É formado por 20 municípios que apresentam além de proximidade geográfica, características socioculturais, econômicas e ambientais comuns que criam laços de identidade entre si.

A noção de território apresenta significados diferentes e às vezes complementares, inclusive no âmbito dos órgãos governamentais. Mas, para esta Dissertação, territórios são espaços ampliados de poder (ANDRADE, 1995), seja público ou estatal, onde os diferentes atores que nele atuam possuem sentimento de pertencimento ou identidade (SANTOS, 2002) e interação de forma política, econômica e social, valorizando o tecido social mediante a ação pública (ABRAMOVAY, 1998) e a gestão social em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial rural sustentável.

A principal estratégia de apoio ao desenvolvimento rural sustentável do governo federal está assentada na abordagem territorial da ruralidade brasileira, e tem como instrumento principal o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais criado em 2004 e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA. Esse programa instituiu em todo o País 164 territórios rurais, que se constituem em arranjos socioprodutivos intermunicipais com laços de identidade simbólica e social.

Essa abordagem territorial amplia e inova em relação às políticas de desenvolvimento rural dos governos anteriores ao constituir os territórios de identidade como unidades referência de políticas públicas, que atuam em espaços intermunicipais e na convergência

³ Nesta Dissertação, o conceito de desenvolvimento territorial rural sustentável não se resume à noção de crescimento econômico, pois tem entre seus princípios a gestão social das políticas públicas para os territórios rurais, mediante a articulação de parceria, entre todos os atores do território, em torno da elaboração, execução e controle social dessas políticas.

de interesses comuns, extrapolando a articulação e a solução de problemas de âmbito individual dos municípios.

Porém, ainda existem muitos desafios para a consolidação desses arranjos intermunicipais como espaços de gestão social das políticas públicas territoriais e para a atuação das instituições públicas de pesquisa, como a Embrapa, no sentido de promoverem ações inovadoras no âmbito dos territórios rurais, em articulação com os atores sociais e institucionais, contribuindo para a construção de um projeto comum de desenvolvimento rural sustentável e garantindo visão de futuro para essas novas institucionalidades.

O objeto de análise desta pesquisa são os projetos Minibibliotecas — que consistem em um acervo multimídia para jovens de escolas públicas das áreas rurais — e o programa radiofônico semanal Prosa Rural, os quais constituem estratégias da Embrapa de divulgação de ciência e tecnologia (C&T) no Território do Sisal, e o de gestão da informação na Web, com a Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal em desenvolvimento pelo Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do território do Sisal – NAF Sisal.

O objetivo que norteou esta investigação foi identificar se esses projetos da Embrapa de divulgação de C&T, Minibibliotecas e Prosa Rural, e de gestão da informação na Web, Árvore do Conhecimento via Núcleo Piloto Sisal, em execução no Território do Sisal, representam estratégias de diálogo interinstitucional e de comunicação participativa com os atores e agricultores familiares do território, baseada no diálogo, na participação dos agricultores como emissores e receptores simultâneos, e na socialização de informações e conhecimentos mediada por tecnologias de informação e comunicação ou reproduzem as práticas do modelo difusionista.

Para o alcance desse objetivo, a pesquisa adotou os seguintes objetivos específicos: i) analisar em que medida os atores institucionais, sociais e os agricultores familiares do Território do Sisal participam dos projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação e que fatores interferem na forma de participação dos mesmos; ii) avaliar a adequação das tecnologias de comunicação — rádio, vídeos e cartilhas — e de informação — internet —, adotadas nos projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação, à realidade sociocultural, econômica e tecnológica dos jovens rurais e dos agricultores familiares do território; e iii) analisar as contribuições, limitações e potencialidades do Núcleo Piloto – NAF Sisal, enquanto espaço de articulação das organizações locais, para o estabelecimento de um diálogo interinstitucional no Território do Sisal.

O Estudo de Caso foi realizado no Território do Sisal, localizado no semiárido do Estado da Bahia, utilizando coleta e análise de dados qualitativos, com o objetivo de identificar o distintivo e entendê-lo a partir de interpretações.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, diversas técnicas foram utilizadas, entre elas as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais, para melhor analisar diferenças e proximidades existentes nas percepções dos atores sociais e institucionais direta e indiretamente envolvidos nos projetos, bem como dispor de informações múltiplas quanto às opiniões, ideias, valores e sentimentos apresentados por esses atores e avaliá-las.

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas, no período de setembro de 2008 e outubro de 2009, quando foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas e com os representantes dos grupos focais. Nesse período foram entrevistados diretores, professores e estudantes de escolas que atuam com o projeto Minibibliotecas no território; radialistas e diretores de rádios que veiculam o programa Prosa Rural e agricultores ouvintes do programa; os membros do Comitê Técnico e do Gestor do Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território – NAF Sisal, agricultores e lideranças de organizações representativas dos agricultores familiares. E foram selecionados cinco grupos focais para aplicar entrevistas e aprofundar as análises sob os diversos pontos de vista dos seus participantes quanto aos projetos da Embrapa em execução no território.

Combinada à análise e explanação dos dados primários foram realizados também procedimentos metodológicos básicos como a revisão bibliográfica, o levantamento e a análise documental, que permitiram produzir uma caracterização de práticas e políticas desenvolvimentistas do governo para o Nordeste da Bahia, para a região do semiárido baiano e principalmente para a Região Sisaleira, atual Território do Sisal, e assim compreender as relações de poder que se estabeleceram nos diversos momentos da história da região, buscando as confirmações ou refutações que respondam aos objetivos desta Dissertação.

Esta Dissertação é composta de cinco capítulos, estruturados da seguinte forma: No Capítulo I faz-se uma análise, a partir da segunda metade do século XX, das políticas de desenvolvimento para agricultura brasileira e de suas implicações para as diretrizes de pesquisa e desenvolvimento de instituições públicas de C&T, a exemplo da Embrapa, e como essa instituição tem redirecionado o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a exemplo do Componente 3 do programa Agrofuturo, que visa socializar conhecimentos que impulsionem a agricultura familiar mediante ações territoriais, com o propósito de atender as estratégias governamentais de desenvolvimento territorial rural sustentável.

O Capítulo II trata das políticas de desenvolvimento rural no País e como essas evoluíram de uma visão de desenvolvimento local, na qual a intervenção do Estado era mínima para uma abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável, que aposta em uma nova concepção de ruralidade e na gestão social das políticas públicas. Esse capítulo também analisa o papel desempenhado pelos novos atores sociais, que surgiram na região do semiárido baiano a partir da década de 1980, nas estruturas de poder local e suas contribuições para o desenvolvimento do território.

No Capítulo III o enfoque é o Território do Sisal, seu histórico e caracterização. Nesse capítulo analisam-se as concepções de território e os diversos recortes adotados no planejamento territorial dos órgãos de governo, a forma e as razões para o Estado da Bahia adotar, desde 2002, a abordagem territorial como instrumento de planejamento público e os principais fatores que contribuíram para transformar a Região Sisaleira da Bahia em um território de identidade.

O Capítulo IV aborda as ações de comunicação e de difusão que a Embrapa tem desenvolvido desde a sua criação para levar aos agricultores os resultados de suas pesquisas e o percurso dessas ações, a partir do Modelo Difusionista até as iniciativas atuais representadas pelos projetos de divulgação de C&T e de gestão da informação na internet, que buscam estabelecer uma comunicação participativa e o diálogo com os agricultores familiares.

No Capítulo V são apresentados os resultados do Estudo de Caso no Território do Sisal, e algumas recomendações para que os projetos da Embrapa cumpram efetivamente seus objetivos de democratizar o acesso às informações, socializar conhecimentos e informações técnico-científicas, promover a comunicação participativa e o diálogo horizontal e contínuo no território.

Finalizamos o trabalho com as considerações finais, indicando que, apesar de os projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web representar um avanço quanto ao estabelecimento de diálogo direto e de ações territoriais da instituição, os mesmos ainda não permitiram a socialização de informações e conhecimentos necessária. Há também considerações quanto ao papel dos territórios de identidade, pois embora representem espaços privilegiados de planejamento e execução do desenvolvimento territorial rural sustentável, ainda existem assimetrias de poder evidentes quanto à participação e autonomia dos diversos atores territoriais na gestão social do território e riscos de insustentabilidade dessa nova institucionalidade que exigem do governo e das instituições públicas a adoção de algumas medidas com visão de futuro.

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E NAS DIRETRIZES E PROJETOS DA EMBRAPA

O ser humano é um pesquisador nato, apesar de não ser um cientista, porque observa, interpreta e atua a partir da compreensão, apenas não aplica métodos científicos. Isso não diminui a relevância do conhecimento científico, mas exige intercâmbio de “conhecimentos” e diálogo de “saberes”.

Humberto Maturana e Francisco Varela (2001)

1.1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse capítulo é analisar as interferências das políticas desenvolvimentistas do setor agrícola e de C&T para a agricultura, assim como suas relações com as diretrizes das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento, como a Embrapa, mostrando também como as demais estratégias governamentais orientam ou redirecionam caminhos e ações dessas políticas, a exemplo de ações previstas na Política Nacional de C, T&I e de projetos da Embrapa inseridos na Agenda Social do atual governo.

Com base no modelo linear da pesquisa-transferência-adoção, as atividades de ciência e tecnologia (C&T) se desenvolveram no Brasil, a partir da década de 1950, sustentadas em esforço quase exclusivo do Estado⁴. Esse modelo buscava o aumento de investimentos em ciência básica para gerar e transferir tecnologia, resultando no aumento da riqueza e do conseqüente bem-estar da sociedade.

A concepção linear-ofertista de transferência de tecnologia esteve no cerne da política de C&T que consubstanciou a modernização da agricultura brasileira, promovida no início do período chamado “milagre econômico” e fortemente subsidiada pelo Estado, compreendendo um conjunto de propostas e instrumentos públicos de desenvolvimento rural como pesquisa, assistência técnica e crédito rural.

⁴ O conceito de Estado adotado nesse trabalho corresponde ao poder político exercido sobre um território e um conjunto demográfico, constituído por uma população ou um povo. E representa a maior organização política que a humanidade conhece, pois para sua existência requer três elementos fundamentais: poder político, povo e território (GRUPPI, 1986).

Essa política manteve as desigualdades da estrutura fundiária existente desde o período colonial, privilegiou apenas algumas regiões do país e estimulou a adoção de pacotes tecnológicos⁵ no contexto da Revolução Verde⁶. Processo que beneficiou os grandes e médios produtores, deixando quase a totalidade dos agricultores familiares descapitalizados e dos sem terra excluída do processo de desenvolvimento. Devido ao seu caráter desigual e excludente esse processo é denominado por Graziano da Silva (1982) de “modernização conservadora”⁷.

Para compreender o significado da agricultura familiar, tendo em vista as análises feitas neste trabalho sobre desenvolvimento territorial rural sustentável, são adotados os conceitos defendidos por Abramovay (1998), Buainain (2006) e os estudos realizados em 2000 pelo convênio entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos quais são considerados agricultores familiares o complexo grupo social caracterizado pelo fato de ser a família simultaneamente proprietária dos meios de produção e responsável direta pelo trabalho no estabelecimento produtivo, cuja produção é voltada para consumo próprio e para o mercado. Grupo que tem sido, historicamente, excluído pelas políticas públicas federais.

O processo de modernização da base tecnológica da agricultura brasileira, tal como foi implantado, teve efeitos negativos em razão de seu caráter excludente e da omissão quanto aos limites ambientais do incremento produtivo, que resultaram em processos sociais de concentração de terras e riquezas, além de também se associar completamente à precarização das relações de trabalho no campo, ao êxodo rural, à favelização da periferia das grandes cidades e à degradação ambiental.

Foi a partir da percepção desses fatos e das mudanças globais em marcha experimentadas pela humanidade, que a sociedade passou a questionar a não equidade na distribuição do desenvolvimento técnico-científico, as implicações éticas de algumas tecnologias e suas conseqüências ambientais, bem como a discutir a necessidade de pensar novos modelos de desenvolvimento, buscando a construção de uma sociedade mais solidária e sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental.

⁵ Pacotes Tecnológicos – conjunto de técnicas/práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e são aplicados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR, 1986).

⁶ Revolução Verde - modelo internacional que buscava o aumento da produtividade agrícola mediante alterações na base genética de um conjunto de espécies vegetais, articulada com o emprego de um pacote integrado de técnicas que incluía sementes, insumos químicos, irrigação e mecanização (Ibid.).

⁷ A modernização conservadora foi gestada no Brasil nos governos militares e é assim denominada por representar uma opção de crescimento da produtividade agropecuária mediante a renovação profunda dos padrões tecnológicos, sem que seja alterada de forma significativa a estrutura agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

1.2 O ESTADO E A POLÍTICA LINEAR-OFERTISTA DE C&T PARA A AGRICULTURA

Para a melhor compreensão das atividades que envolvem Ciência e Tecnologia (C&T) no país, faz-se necessário inicialmente definir ciência e tecnologia. A diferenciação entre ciência e tecnologia é apresentada por Gastal (1980) como:

A ciência pura persegue um fim puramente especulativo, cognoscitivo, o conhecimento pelo saber, independente de sua utilização; a ciência aplicada (tecnologia) utiliza o mesmo método geral da ciência pura, porém o utiliza para fins que, em última instância, são práticos e têm por objetivo melhorar os controles do homem sobre os fatos, fenômenos e processos. (GASTAL, 1980, p. 51).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, instalou-se mundialmente uma concepção hegemônica de desenvolvimento da ciência e da tecnologia baseada no Modelo Linear de Inovação, criado em 1947 nos Estados Unidos por Vannevar Bush e que, por mais de meio século, dominou as reflexões sobre ciência e tecnologia na comunidade científica e entre os formuladores de políticas públicas governamentais da área.

Tal modelo postulava a dependência das distintas instâncias de produção, transformação e aplicação de conhecimento científico que vai da pesquisa básica à inovação tecnológica, constituindo a expressão “geração do conhecimento” em seu sentido mais lato.

Nesse modelo, para acumular saber objetivo sobre o mundo e alcançar a verdade ou o conhecimento válido, a ciência devia manter-se independente de qualquer interesse social (BOURDIEU, 2004, p. 32), sendo o início de uma cadeia linear rumo ao desenvolvimento tecnológico que naturalmente se traduzia em desenvolvimento econômico e progresso social, conforme o esquema abaixo, de Vannevar Bush apresentado por Dagnino (informação verbal)⁸:



O desenvolvimento científico aqui é então entendido como uma condição necessária e suficiente do desenvolvimento social, ainda que a participação da sociedade nos processos de definição, geração, transferência e difusão de seus resultados ocorra remota e indiretamente.

⁸ Apresentação feita pelo Prof^o Titular do Departamento de Política e Gestão de C, T&I da Unicamp, Renato Dagnino, na palestra sobre *Pesquisa e Extensão como binômio vital para o futuro da política pública de Tecnologia Social na América Latina*, durante a I Oficina de Integração de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento Agrário no Brasil, realizada em Brasília-DF, em 14 e 15 abr. 2009.

Nesse enfoque, a difusão de conhecimentos e resultados ocorreria naturalmente, por meio de um modelo ofertista de transferência de tecnologia feito para a sociedade e não com a sociedade, dentro de uma lógica unilateral e excludente onde uns geram, outros transferem e muitos adotam, sem qualquer interação crítica entre esses atores que possa assegurar a relevância do processo de seus produtos e impactos (DAGNINO; THOMAS, 2001, p. 211).

Essa concepção linear-ofertista também esteve na base da política de C&T que consubstanciou a modernização tecnológica da agricultura brasileira, compreendendo um conjunto de propostas e instrumentos de política pública como pesquisa, assistência técnica e crédito rural, com o objetivo de elevar a produtividade agrícola pela transformação e difusão de novos métodos de cultivo, conforme o abordado no próximo item desse capítulo.

Apesar de se terem consolidado a partir de meados da década de 1960, as premissas da modernização tecnológica da agricultura brasileira já estavam presentes no Relatório da Comissão Técnica Mista Brasil – Estados Unidos⁹, elaborado em 1949. Esse relatório apontava a necessidade de articulação entre pesquisa, assistência técnica e o crédito rural como base para a modernização agrícola do país, reproduzindo os programas internacionais de transformação agrícola, notadamente o norte-americano (CASTRO, 1984, p. 320).

Durante o processo de reforma do Estado brasileiro implantado pelo Regime Militar, da segunda metade da década de 1960 à década de 1970, surgiram os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND, que preconizavam o papel regulamentador do Estado como condição essencial para a inserção definitiva da economia brasileira na economia internacional.

O primeiro PND (1972-1974) propôs um esforço de modernização tecnológica por meio do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – I PBDCT, que colocava a C&T a serviço dos grandes objetivos nacionais e tinha como prioridade para o setor agrícola a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, consolidando a chamada infraestrutura de pesquisa governamental. De acordo com Castro (1984), o plano seguinte também continha uma política científica e tecnológica com diretrizes explícitas para promover a criação ou adaptação e difusão de novos e certos conhecimentos agrícolas para o setor produtivo.

⁹ Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1949 e coordenada por John Abbink, produziu um relatório com propostas para a modernização do padrão tecnológico da agricultura brasileira (CASTRO, 1984).

Essas medidas resultaram, fundamentalmente 1) na criação do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária – SCPA¹⁰, constituído pelos centros de pesquisa da Embrapa, criada em 1973 e coordenadora do sistema, e pelos órgãos estaduais de pesquisa (empresas estaduais, institutos, fundações) e universidades, e 2) em 1974, na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater para integrar as iniciativas regionais e estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER.

1.3 A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA E SEUS IMPACTOS PARA A REGIÃO NORDESTE

No Nordeste, o processo de modernização tecnológica da agricultura representou a possibilidade de o Estado compatibilizar as necessidades globais da economia capitalista com a de legitimação entre os poderes nacional e local. De forma conservadora, esse processo de modernização mais que atender às necessidades de mudanças desejava evitar transformações que alterassem a estrutura agrária na região e o equilíbrio secular de forças políticas ali instaladas, representadas pelos coronéis que encontraram nesse contexto uma forma de prolongar sua vida política (BURSZTYN, 1984, p. 13).

Os principais instrumentos das políticas governamentais ou de maior intervenção do Estado para por em prática sua estratégia de modernização da agricultura na região Nordeste estavam baseados no sistema nacional de crédito rural, no fortalecimento do cooperativismo — via estímulo para a reestruturação da organização social da produção —, e nos serviços de assistência técnica e extensão rural para a condução de políticas agrícolas sob a forma de “pacotes tecnológicos” específicos para cada tipo de produtor. Mas constituíram sistemas institucionais que preteriram em toda a sua trajetória os agricultores familiares, considerados inviáveis para o mercado. Como lembra Aguiar (1986):

A modernização da agricultura brasileira teve origem num fato exterior, a reordenação do Estado para atender aos interesses gerais do capital e às imposições da divisão internacional do trabalho, privilegiando os produtos de exportação em detrimento das lavouras de consumo interno. (AGUIAR, 1986, p. 116).

¹⁰ O Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária - SCPA funcionou até a década de 1990, quando foi substituído pelo atual Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, constituído essencialmente pelas unidades de pesquisa da Embrapa e pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs e coordenado pela Embrapa.

No Estado da Bahia o processo de modernização da agricultura, introduzido na década de 1970, também não contribuiu para a redução da pobreza no campo, tampouco para alterar a estrutura fundiária. Sua principal característica foi o aprofundamento das relações mercantis e a ampliação do uso de inovações técnicas, de investimentos agroindustriais a partir de 1980, bem como a ampliação da fronteira agrícola especialmente no oeste baiano.

Até a década de 1990, a Bahia tinha uma economia assentada na cacauicultura, e em outras lavouras como a cana-de-açúcar, fumo, algodão, sisal, mandioca e cereais, além de grandes áreas de pecuária extensiva, sendo a bovina a de maior destaque, graças a políticas rurais implementadas pelo governo baiano desde o Estado Novo. A atividade agropecuária, entretanto, caracterizava-se como tradicional, com baixa produtividade, pouca diversificação e baixa rentabilidade (PEDRÃO, 2004, p. 90).

O sistema oficial de crédito rural constituiu um poderoso mecanismo para o fomento da produção, mediante a concessão de juros subsidiados, tendo teoricamente os minis, pequenos e médios produtores como seus principais beneficiários. No entanto, como destaca Bursztyn (1984, p. 37), a realidade era bem diferente dos propósitos de democratização do sistema de crédito, uma vez que os produtores não proprietários de imóveis eram em geral excluídos por não poder afiançar os empréstimos, além de serem poucos os cultivos beneficiados. Portanto, apenas uma pequena parcela de produtores beneficiava-se da distribuição do crédito, o que revela o caráter concentrador e o grau de especialização da modernização da agricultura na região.

No semiárido da Bahia, a política de crédito rural foi a grande fonte de incentivo público à bovinocultura extensiva dos grandes latifúndios, excluindo outras opções mais recomendadas para as condições de seca da região, como a caprinocultura e ovinocultura, em geral exercidas pelos pequenos produtores de minifúndios.

Assim, o crédito rural consistiu-se em uma política de concentração social, atendendo principalmente aos proprietários com mais de 100 hectares, e com fortes benefícios para as culturas de exportação. Os estratos mais beneficiados pelo sistema representavam, em 1980, apenas 6,27% do total de estabelecimentos agrícolas na região, os quais também contavam, enquanto proprietários de terras, com outros benefícios econômicos do Estado, como reduções fiscais. Por outro lado, os produtores com menos de 10 hectares e menos beneficiados pelo sistema de crédito representavam, no mesmo período, 67,42% do total de estabelecimentos agrícolas do Nordeste. Além disso, o sistema excluía os produtores que

não aceitassem adotar o padrão dos pacotes tecnológicos oferecidos pela assistência técnica e extensão rural (BURSZTYN, 1984, p.35)

Quanto às cooperativas, essas se disseminaram em grande escala e desfrutaram de diversos privilégios concedidos pelo Estado, que estimulava a união dos produtores individuais para viabilizar a transformação dos mesmos em produtores empresários com objetivos claramente capitalizantes.

Apesar de várias cooperativas terem prosperado, chegando a se tornar uma nova autoridade gestora de bens comuns, em muitas situações o mesmo não aconteceu aos seus associados. Diversos estudos na época identificaram casos em que os responsáveis pelas cooperativas se apoderaram definitivamente de seu controle, assumindo o papel de proprietários ou novos patrões.

O papel da assistência técnica e extensão rural – ATER oficial nesse processo foi o de praticar um modelo ofertista de tecnologias, nem sempre passíveis de apropriação ou adequadas à realidade do pequeno agricultor, mas que visavam ao aumento da produtividade agrícola e da acumulação de capital. Para o alcance dos seus objetivos, a ATER fez uso de processos de comunicação unidirecional, do extensionista aos agricultores, por meio da difusão de tecnologias, cabendo aos agricultores apenas o papel de receptor passivo de conhecimentos. Essa postura levou a ATER a romper definitivamente com a filosofia que a originou no Brasil em 1948, deixando de lado a proposta de convivência do extensionista com a comunidade rural, que lidava com uma abordagem integral do homem do campo, que estava por sua natureza educativa mais vinculada ao desenvolvimento rural que ao desenvolvimento da agricultura.

Havia também, por parte das instituições de produção de pesquisa, uma relativa desqualificação dos agricultores e de suas organizações, enquanto portadores de conhecimentos técnicos e de saberes (SABOURIN, 2009, p. 188). Primeiro porque o conhecimento científico sempre postulou sua superioridade (DEMO, 2004, p. 23). E segundo, porque no processo de difusão e transferência de tecnologia adotado na modernização agrícola, os agricultores eram tratados como objeto da ação comunicativa e não como sujeitos de um processo de mudança, tema que será abordado no Capítulo IV.

Em 1963 foi criada no Estado da Bahia a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR/BA, a partir de experiências desenvolvidas em outros estados. A ANCAR/BA implementou programas de assistência técnica e extensão rural no Estado, programas de crédito para jovens rurais, e elaborou o Plano Diretor da Extensão Rural para

o período de 1970-1972, que incorporava a tentativa de criar metodologia própria para a extensão rural (BRASIL, 2006, p. 54).

Com a extinção da Embrater, em 1990, pelo governo do Presidente Fernando Collor de Melo, e sem a criação de órgão federal similar para executar suas funções, a ANCAR/BA foi transformada em Emater/BA. Porém, o aprofundamento da política liberalizante de redução do papel do Estado e o corte dos gastos com a máquina pública, levaram à fusão e extinção de diversos órgãos pelos estados, e as atividades de assistência técnica e extensão rural oficial na Bahia foram incorporadas às da pesquisa agrícola e assumidas pela recém criada Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA.

Os reduzidos recursos financeiros e humanos da EBDA foram aos poucos escasseando, e a assistência técnica e extensão rural que deveria ser prestada aos agricultores, especialmente àqueles menos capitalizados e de base familiar, foi novamente deixada de lado.

Os Municípios do Território do Sisal, a exemplo dos demais municípios baianos, se ressentiram com toda essa estratégia governamental de enfraquecimento e desativação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, mantendo-se, de forma precária, alguns programas que atendem a interesses políticos governamentais. (BRASIL, 2006, p. 55).

A ausência de uma política nacional e estadual de assistência técnica e extensão rural foi sendo sistematicamente substituída pelas organizações sociais que já atuavam em alguns municípios do semiárido baiano, partindo para a formação de jovens rurais e a contratação de técnicos como agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas para compor equipes agrícolas que se colocaram a serviço dos agricultores familiares da região.

Esse foi o caso do Movimento de Organização Comunitária – MOC, da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB, da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal – FATRES, e mais recentemente de cooperativas de crédito do semiárido baiano que também criaram programas de assistência técnica aos cooperados, ou mesmo das entidades sindicais e empresas privadas, conforme comprovado por observações feitas durante pesquisa de campo.

Muitas dessas instituições e organizações não governamentais fazem parte da ampla rede de ATER que hoje dá suporte às ações previstas para a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER aprovada em 2004.

Porém, como esses profissionais atuam em instituições não governamentais, sua capacidade para responder satisfatoriamente às demandas dos agricultores por recursos e

infraestrutura, por exemplo, é mínima. Além disso, as metodologias adotadas nem sempre são participativas e, em geral, ainda são baseadas no modelo difusionista e unidirecional de capacitar para a ‘adoção’ de novas tecnologias (CALLOU *et. al*, 2008, p. 2). Esse autor lembra que outro problema é a formação acadêmica dos extensionistas, pois pouco atende à nova concepção de desenvolvimento territorial rural sustentável norteado pela preocupação ambiental, valorização social, segurança alimentar, busca de mercados alternativos para a comercialização de produtos produzidos dentro dos princípios agroecológicos e dos princípios de convivência com o semiárido.

O contexto descrito nesse item do capítulo tem exigido do Estado a formulação e a implantação de políticas públicas para promover a reversão do estilo de desenvolvimento rural conduzido desde a colonização e continuado pela estrutura oligárquica, no sentido de promover a maior participação da sociedade civil na definição das políticas locais. É também com base em uma nova concepção de desenvolvimento que se considera a necessidade urgente de equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica sob a ótica da efetiva melhoria da qualidade de vida das populações rurais, como será abordado no Capítulo II.

1.4 REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA DE C, T&I ÀS DIRETRIZES SOCIAIS DO GOVERNO, A PARTIR DE 2003

A primeira iniciativa brasileira de uma política pública governamental de C&T para a organização das atividades de pesquisa científica e tecnológica ocorreu em 1975, quando o Governo Federal instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Até a metade da década de 1980, o Brasil já contava com diversos órgãos conformando o referido sistema. Essa configuração institucional durou até 1985, quando foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT como órgão central do sistema federal de ciência e tecnologia (BRASIL, 2008, p. 9).

Com a abertura da economia brasileira, na década de 1990, o país passou a buscar desenvolvimento econômico via eficiência, época em que a inovação¹¹ começou a entrar na agenda das empresas nacionais. Mas foi somente na última década do século XX que a inovação ganhou força no discurso político, nas políticas e ações favoráveis à acumulação do conhecimento científico, como a criação dos fundos setoriais — que são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa dentro das empresas (BRANDÃO; GONÇALVES, 2006).

¹¹ Inovação - introdução de novos produtos ou processos na economia/ mercado. Para Joseph A. Schumpeter (1982) ela só ocorre mediante a primeira transação econômica.

A partir daí o Sistema Nacional de Desenvolvimento de C&T avançou por meio de políticas públicas setoriais, adquirindo maior complexidade e cobrindo todas as funções relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação (C, T&I), como pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento, difusão, financiamento, coordenação e participação de risco¹².

Desde então, os governos vêm se valendo da elaboração de planos para compatibilizar as diversas linhas de atuação da C, T&I, os instrumentos para sua execução e as diretrizes que devem ser seguidas. Como ciência, tecnologia e inovação, por sua própria natureza, são desenvolvidas em vários ministérios, faz-se necessária a articulação dessas ações às demais políticas e programas governamentais, como será abordado adiante.

A atual Política Nacional de C, T&I encontra-se expressa no Plano de Ação para o período 2007-2010, elaborado e coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em sintonia com os objetivos do Plano Plurianual – PPA 2008-2011. Dentre os seus objetivos, destacam-se a redução das desigualdades regionais, a partir das potencialidades locais do território nacional e condições de acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento em seus diversos níveis e modalidades, com equidade e qualidade, considerando a incorporação de conhecimentos na sociedade brasileira como acumulação de capital intangível. (BRASIL, 2008, p. 32).

As prioridades do Plano de Ação 2007-2010 estão relacionadas com quatro Eixos Estratégicos que norteiam a atual Política Nacional de C, T&I para tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação e vencer os desafios do País de crescimento com desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável. Papéis que norteiam uma nova orientação dessa política às diretrizes estratégicas do governo federal, sobretudo para as áreas social e ambiental.

Dois eixos do plano merecem aqui ser destacados. O primeiro é o Eixo Estratégico I que trata da Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C, T&I. O mesmo prevê, entre outras ações, a integração e modernização do sistema para ampliar a base científica e tecnológica nacional, tendo como exemplo a recuperação das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA's para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária coordenado pela Embrapa, e de estratégias para o desenvolvimento sustentável da região do Semiárido nordestino, mediante o aporte científico e tecnológico para a modificação dos padrões de organização produtiva e da qualidade de vida, difusão de tecnologias e desenvolvimento de redes temáticas de pesquisa.

¹² Participação de Risco - pesquisas em áreas estratégicas e onde a iniciativa privada não tem interesse ou condições de investir (RODRIGUES, 1994).

O eixo estratégico do plano que é mais importante para análise nesta Dissertação é o Eixo IV – Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I) para o Desenvolvimento Social, que tem como prioridade promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população, e conta com a parceria de 14 atores institucionais, dentre os quais a Embrapa.

Este eixo se divide em dois programas: 1 – Popularização de C, T&I e Melhoria do Ensino de Ciências e 2 – Tecnologias para o Desenvolvimento Social. A Embrapa participa de ambos, tanto via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ao qual é vinculada, quanto via as parcerias com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA.

A Prioridade Estratégica do Eixo IV é uma inovação em termos de políticas públicas no Brasil, pois a preocupação de forma abrangente com a popularização da ciência é recente, e tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento social do País, por meio de apoio a programas, eventos e projetos de divulgação de C&T, nos quais se incluem as Minibibliotecas e o programa radiofônico semanal Prosa Rural, em execução pela Embrapa em territórios rurais, a exemplo do Território do Sisal, no Estado da Bahia, que será objeto de abordagem no Capítulo IV desta Dissertação.

Outro objetivo desse eixo estratégico é que os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos pelas instituições de P&D e Universidades sejam também disponibilizados para atividades em espaços produtivos da agricultura familiar, assentamentos da Reforma Agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte. Essa disponibilidade deve se dar por meio de processos metodológicos participativos e de desenvolvimento de P, D&I voltados para o uso de tecnologias sociais e para a inclusão social.

Os Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – NAFs, implantados em territórios rurais e coordenados pela Embrapa no âmbito do programa Agrofuturo¹³, têm total relação com esse objetivo do Eixo Estratégico IV do Plano de Ação de C, T&I e sua concepção será abordada ainda neste capítulo.

As ações previstas nos programas estratégicos do eixo IV do Plano, como o estímulo ao uso de meios de comunicação para a divulgação de C, T&I, a exemplo do rádio, de vídeos e de impressos, criação de mecanismos que favoreçam a participação cidadã nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, e a disponibilidade de conteúdos digitais mediante projetos de gestão tecnológica estão também contempladas nos projetos de

¹³ Agrofuturo - programa do governo brasileiro financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e sob a administração da Embrapa desde o ano de 2006, com prazo de duração previsto de cinco anos (EMBRAPA, 2009a).

divulgação de C&T, como o Prosa e as Minibibliotecas e de gestão da informação na Web em execução pela Embrapa no Território do Sisal.

Nesse contexto, o Ministério da Ciência e Tecnologia considera que a divulgação de C&T mostra-se como um processo fundamental para o enraizamento na sociedade brasileira de uma cultura de valorização da ciência, da tecnologia e da inovação, além de contribuir para “[...] formação permanente para a cidadania e para o aumento da qualificação científico-tecnológica da sociedade” (BRASIL, 2008, p. 355). Essa análise do MCT é preocupante, pois reforça a ideia de superioridade do conhecimento científico¹⁴ e se contradiz com o papel esperado para a divulgação de C&T, cujo sentido é promover a reflexão crítica do cidadão quanto aos resultados e impactos da ciência e da tecnologia.

As estratégias do Eixo IV do Plano de Ação do MCT têm articulação com as iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e compõe uma das estratégias prioritárias do governo para o desenvolvimento do País, que é a Agenda Social inserida nos Planos Plurianuais 2004 - 2008 e 2008 - 2011.

No contexto territorial, a Agenda Social do governo destaca as iniciativas para promover a superação da pobreza rural e a geração de trabalho e renda por intermédio de estratégias, de desenvolvimento territorial rural sustentável, voltadas para os territórios rurais recentemente constituídos (BRASIL, 2007, p. 15).

A Figura 1 representa a Matriz de inserção dos projetos desenvolvidos pela Embrapa em territórios rurais como Minibibliotecas, Prosa Rural e NAFs e as suas interrelações com os projetos de outros órgãos do governo nas ações da Agenda Social.

¹⁴ Para melhor análise sobre o mito da superioridade do conhecimento científico, ver Schwartzman (2001).

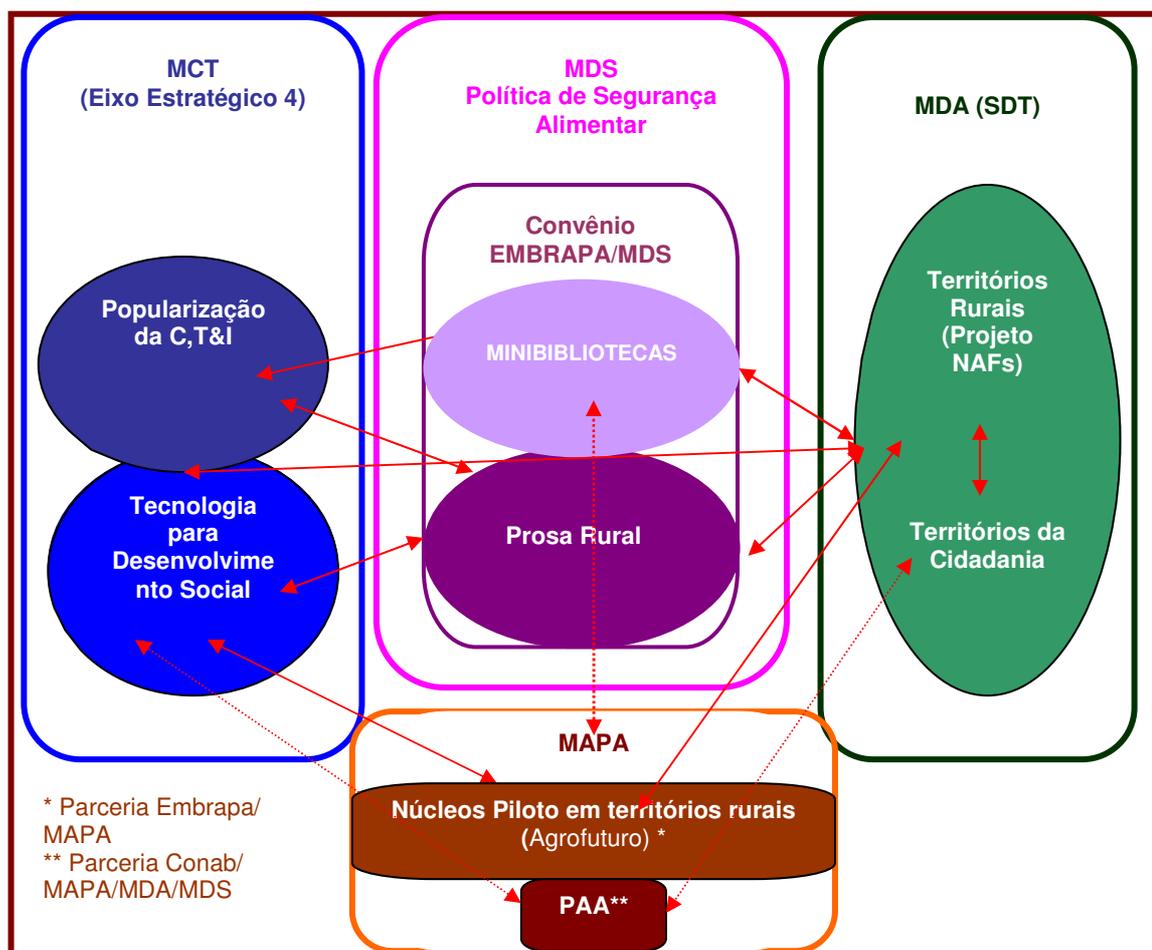


Figura 1 – Matriz de inserção e interrelações dos projetos desenvolvidos pela Embrapa: Minibibliotecas, Prosa Rural e Agrofuturo – NAFs, em territórios rurais, nas ações da Agenda Social.

Fonte: Plano de Ação 2007-2010 (BRASIL, 2008); Plano Plurianual 2008-2011 (BRASIL, 2007); Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR (BRASIL, 2006); Programa Territórios da Cidadania (PORTAL DA CIDADANIA, 2009); Programa Agrofuturo (EMBRAPA, 2009a); e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (CONAB, 2009). Adaptação da autora.

Observa-se, a partir da matriz, que as ações previstas na Agenda Social e inseridas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que compõem as estratégias de desenvolvimento rural e social do país, estão organizadas setorialmente, reproduzindo o modelo de planejamento das políticas governamentais no Brasil, onde historicamente cada órgão possui seu próprio recorte setorial e regional (BURSZTYN, 1993, p. 95).

A separação quanto à coordenação e execução das atuais políticas de desenvolvimento rural e territorial de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, de desenvolvimento social pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome – MDS, de desenvolvimento científico e tecnológico sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e de desenvolvimento agrícola sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA reforça a setorialidade do planejamento público e ainda indica a dualidade entre as políticas governamentais voltadas para a agricultura patronal e para a agricultura familiar.

Alguns programas que integram a Agenda Social do governo visam quebrar essas dualidades para alcançar o desenvolvimento social e rural sustentável, buscando a interação de ações entre os diferentes ministérios, a exemplo dos Territórios da Cidadania cujo objetivo é articular nos territórios rurais, pertencentes ao programa, as políticas desenvolvidas por 22 ministérios¹⁵.

Outros projetos também têm cumprido essa função, como o projeto Componente 3 do Programa Agrofuturo – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar dos Territórios (NAFs), coordenados pela Embrapa em quatro territórios rurais, todos esses integrantes do Programa Territórios da Cidadania.

Esse projeto integra-se às ações de recorte territorial de outros ministérios, conforme apresentado na Figura 1, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do MDA, o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹⁶ coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no âmbito do MAPA, e aos projetos do Eixo Estratégico IV do MCT, tendo como proposta a segurança alimentar, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento territorial rural sustentável, e será analisado no próximo item.

1.5 O PROJETO NAFS DO PROGRAMA AGROFUTURO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE C, T&I PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

As abordagens apresentadas nos itens anteriores desse capítulo mostraram como as políticas desenvolvimentistas direcionadas para a agricultura interferem na relação entre produção técnico-científica e as estratégias governamentais. Essas últimas, “por estarem acima da sociedade, muitas vezes representam interesses dominantes, política e

¹⁵ O Programa Territórios da Cidadania, quando lançado em 2008 contava com ações de 19 ministérios; em 2009 outros ministérios se integraram, somando 22 ministérios participantes do programa.

¹⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações da estratégia Fome Zero. Foi instituído pelo artigo 19 da Lei n° 10.696, de 12/07/2003 e regulamentado pelo Decreto n° 6.447, de 07/05/2008. É um instrumento de política pública com o objetivo de adquirir alimentos, com isenção de licitação, para preço de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 8.000,00 ao ano por agricultor familiar para a formação de estoques e R\$ 4,5 mil para a doação simultânea. A compra é feita diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local (CONAB, 2009).

economicamente contraditórios à base social demandante” (TRIGUEIRO, 2007, p. 59-60).

Assim as diretrizes de instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento, a exemplo da Embrapa, continuam sendo balizadas pelas injunções e estratégias governamentais, que buscam compatibilizar o fluxo de recursos para a instituição com as ações e programas de desenvolvimento nacional formulados pelo Estado, especialmente com as políticas dos setores agropecuário e de C&T. Portanto, são essas estratégias que redefinem prioridades para as entidades governamentais de modo a influenciar decisivamente na programação de pesquisa e nos projetos executados pela Empresa.

Por isso, a programação de pesquisa da Embrapa e os seus projetos correlacionados procuram atender tanto às estratégias de desenvolvimento nacional estabelecidas pelos sucessivos governos e os programas de cooperação e financiamento, quanto às demandas cada vez mais crescentes da base social do campo, como os agricultores familiares, mulheres trabalhadoras rurais e os assentados da Reforma Agrária sobre o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, coordenado pela Embrapa. É importante lembrar que é por meio da avaliação dos recursos orçamentários investidos nos projetos em execução e das prioridades apresentadas em suas linhas de pesquisa, que a sociedade pode acompanhar as ações da instituição.

A partir desse contexto é possível analisar a relação entre o projeto Componente 3 do Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão da Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo, executado pela Embrapa em quatro territórios rurais em estados da federação, a exemplo da Bahia, e as ações previstas tanto na Política Nacional de C, T&I e expressa no Plano de Ação 2007-2010 do MCT, quanto nos programas de desenvolvimento social e territorial rural sustentável executados, respectivamente, pelo MDS e MDA e inseridos na Agenda Social.

O Agrofuturo tem por finalidade contribuir para a melhoria da competitividade e da equidade do setor agropecuário brasileiro. O programa é constituído por cinco projetos componentes que tratam do fortalecimento do sistema de P&D agropecuário e agroindustrial brasileiro (componente 1), fortalecimento e capacitação em áreas estratégicas (componente 2), oferta de tecnologias para atender às necessidades da agricultura familiar (componente 3), fortalecimento das relações entre o sistema de desenvolvimento tecnológico brasileiro e os parceiros internacionais (componente 4) e gerenciamento do Agrofuturo (Componente 5)¹⁷.

A revalorização de conhecimentos historicamente acumulados pelos agricultores familiares, com vistas à sua emancipação social e econômica, está presente desde a elaboração do Marco Lógico para o projeto Componente 3 – Núcleos Piloto de Informação e

¹⁷ Programa Agrofuturo (EMBRAPA, 2009a).

Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – NAFs do convênio Agrofuturo. O projeto Componente 3 se propõe a socializar conhecimentos que impulsionem a agricultura familiar, aí incluídas as áreas de produção, gestão, informação e comercialização. Esta Dissertação analisa especificamente as ações relacionadas à área de informação do projeto.

O Marco Lógico preconiza que os Núcleos Piloto – NAFs devem funcionar como instrumentos facilitadores da convergência de várias organizações e instituições presentes nos territórios, visando ao atendimento dos agricultores familiares numa perspectiva de resgate e geração de conhecimentos que respeitem e compreendam a sua dinâmica. Os núcleos também devem funcionar como espaço de aprendizagem mútua para uma convivência construtiva entre técnicos de diferentes saberes e desses técnicos com os agricultores e seus saberes¹⁸.

A proposta prevista no Marco Lógico reflete uma imagem idealizada dos núcleos, no que diz respeito ao NAF Sisal, pois a pesquisa de campo identificou que ainda não existe essa possibilidade de aprendizagem mútua, devido a pouca articulação existente entre a Embrapa e os atores sociais, institucionais e os agricultores do território, e a não valorização e reconhecimento, de forma institucionalizada, dos saberes local.

O convênio entre a Embrapa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para financiamento do Programa Agrofuturo foi gestado em 2005, no ano seguinte à publicação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat, atual PDSTR), elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Quando da assinatura do convênio, em 2006, o governo federal havia identificado os territórios rurais que seriam apoiados em cada região, o que possibilitou à Embrapa estabelecer os espaços de organização rural prioritários para a sua atuação no âmbito do Agrofuturo.

A partir daí a Empresa passou a fazer parte das Comissões de Implantação de Ações Territoriais – CIATs, de caráter transitório e encarregadas de conduzir o processo de construção de uma institucionalidade mais estável para os territórios rurais recém criados, o que influenciou na atual composição dos Comitês Gestores dos Núcleos Piloto¹⁹.

Algumas iniciativas anteriores da Embrapa desenvolvidas por meio de projetos de P&D e executados no âmbito da estratégia de governo Fome Zero²⁰ constituíam, em geral, ações pontuais por terem abrangência apenas municipal.

¹⁸ Programa Agrofuturo (EMBRAPA, 2009a).

¹⁹ Grupo de atores institucionais e sociais do território que, em parceria com a Embrapa, planejam e aprovam as ações dos NAFs.

²⁰ O Fome Zero, que inicialmente denominou-se como um programa, é uma estratégia conformada por um conjunto de programas, projetos e ações de diversos órgãos do Governo Federal, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio do acesso aos alimentos e à inclusão social (FOME ZERO, 2006).

Atualmente há projetos da Embrapa em desenvolvimento em outros territórios rurais, que são financiados com recursos do Sistema Embrapa de Gestão – SEG, por meio de chamadas em Editais dos Macroprogramas²¹. Mas, nesse caso, não há um trabalho de articulação institucional sistemático e contínuo da Empresa, mediante esses projetos, com os demais atores territoriais.

Assim, a Embrapa, cujos centros de pesquisa concentram-se no desenvolvimento de pesquisas estratégicas de âmbito nacional ou regional (GOEDERT; PAEZ; CASTRO, 1994, p. 138), partiu de forma inovadora para as suas primeiras ações sistêmicas com enfoque exclusivo no desenvolvimento territorial rural sustentável.

As ações da Embrapa, com foco nitidamente territorial — pois visam articular as competências locais em torno de projetos de âmbito territorial —, começaram a ser desenvolvidas efetivamente a partir da criação dos Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território – NAFs, com apoio de organismos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, associações de produtores e unidades da Embrapa localizadas nas respectivas regiões.

Em 2007 foram implantados os três Núcleos Piloto do projeto Componente 3 do programa Agrofuturo: Território do Sisal, na Bahia, com sede no município de Valente; Território da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados; Território do Nordeste Paraense, sediado em Aurora do Pará. E, em 2007, o projeto passou também a apoiar o Núcleo do Território Zona da Mata Sul de Pernambuco, sediado em Catende, iniciativa financiada pelo BID e pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA.

Para a escolha desses territórios, o projeto Componente 3 levou em conta a existência local de iniciativas de organização de agricultores e produtores, o apoio dos poderes públicos em âmbitos municipal, estadual e federal, além de constituírem áreas com um mínimo de aptidão para a produção agro-silvo-pastoril e a proximidade de uma unidade de pesquisa da Embrapa.

²¹ Macroprogramas – figuras programáticas de nível tático do Sistema Embrapa de Gestão (SEG) que aloca recursos financeiros para a programação de pesquisa, a fim de tornar factível o cumprimento das metas institucionais. Atualmente existem seis Macroprogramas, a saber: MP1 – gerencia projetos voltados aos grandes desafios nacionais; MP2 – gerencia projetos de pesquisa voltados para a Competitividade e Sustentabilidade; MP3 – apóia projetos de Desenvolvimento Tecnológico Incremental do Agronegócio; MP4 – voltado para a transferência de tecnologia e comunicação empresarial; MP5 – de apoio e melhoria dos processos de desenvolvimento institucional e MP6 – de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural (EMBRAPA, 2009b).

Os Núcleos Piloto funcionam como uma sede, em base física preexistente, que têm o papel de aglutinar as atividades e competências técnicas do conjunto de instituições e organizações privadas que atuam dentro do território.

Em entrevista²² para o Portal da Embrapa, em maio/2007, o então chefe geral da Embrapa Semiárido, de Petrolina-PE, Pedro Gama, unidade que é a responsável técnica pelo Núcleo Piloto do Território do Sisal – NAF Sisal, situado no município de Valente, na Bahia, explicou que o Núcleo é uma forma inovadora de articulação institucional, com capacidade de catalisar a atuação das organizações e favorecer soluções conjuntas para os principais problemas que estrangulam esse segmento agrícola: baixa produtividade, tecnologias inadequadas às necessidades dos agricultores, níveis de informações insuficientes, baixa capacidade de gestão, baixo nível de valor agregado aos produtos, condições desvantajosas de comercialização e utilização inadequada de recursos naturais, dentre outros (ANEXO A).

As áreas de atuação específica dos Núcleos são difusão e promoção tecnológica; promoção de pesquisa e de gestão tecnológica; Agência de Informação e apoio à gestão do agronegócio associativo inovativo. Na meta referente à Difusão e Promoção Tecnológica, o indicador estabelecido é a adoção de tecnologias pelos agricultores familiares nas três principais culturas e criações do território.

O Quadro 1 abaixo apresenta as áreas prioritárias ou de interesse para atuação do NAF no Território do Sisal, na Bahia.

ÁREAS DE INTERESSE	SISTEMAS PRODUTIVOS
Culturas alimentares	Mandioca
Fruticultura	Frutos do semiárido (umbu)
Apicultura	Produção de mel
Forageiras	Consórcio sisal/forrageira
Meio ambiente	Técnicas de convivência com o semiárido, cisternas, barragens, barreiras de salvação

Quadro 1 – Áreas de interesse contempladas pelo Núcleo Piloto do Território do Sisal – NAF Sisal.

Fonte: Relatório de Atividades do NAF Sisal referente ao 2º semestre de 2008.

As áreas apresentadas no Quadro 1 estão relacionadas aos seus principais sistemas produtivos, e foram identificadas quando da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS Sisal/BA.

²² Matéria publicada no Portal Eletrônico da Embrapa em 8 de maio de 2007 (RIBEIRO, 2007).

As metas referentes à Agência de Informação estão relacionadas ao desenvolvimento de um sistema de gestão da informação como iniciativa para prover informações técnico-científicas de forma simplificada na Web²³. A gestão da informação engloba os processos de produção, organização, disponibilização e atualização de informações, conhecimentos e saberes em um sistema com formato de árvore hiperbólica²⁴ denominado Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território.

A produção dos conteúdos – informações, conhecimentos e saberes – que deverão compor esse sistema de gestão da informação sobre as principais atividades econômicas, características e organização social do território e os principais programas territoriais em curso, bem como a avaliação e atualização dos mesmos é de responsabilidade da Embrapa e dos seus parceiros, que são os atores sociais e institucionais que compõem o Comitê Gestor e Comitê Técnico do NAF Sisal. Este tema será abordado no Capítulo IV.

A partir das ações do Núcleo Piloto – NAF Sisal, no que se refere à gestão da informação, observa-se que há completa convergência entre as mesmas, os diversos programas das três esferas de governo em execução no território e ações que compõem a Agenda Social do governo, conforme será demonstrado na Figura 2.

²³ Web – sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na internet (WIKIPÉDIA, 2009).

²⁴ A árvore hiperbólica é um sistema formado por uma rede de nós que contêm informações que se desdobram em suas componentes hierarquicamente dependentes, representadas por seus nós filhos ou subnós (TELECENROS, 2009).

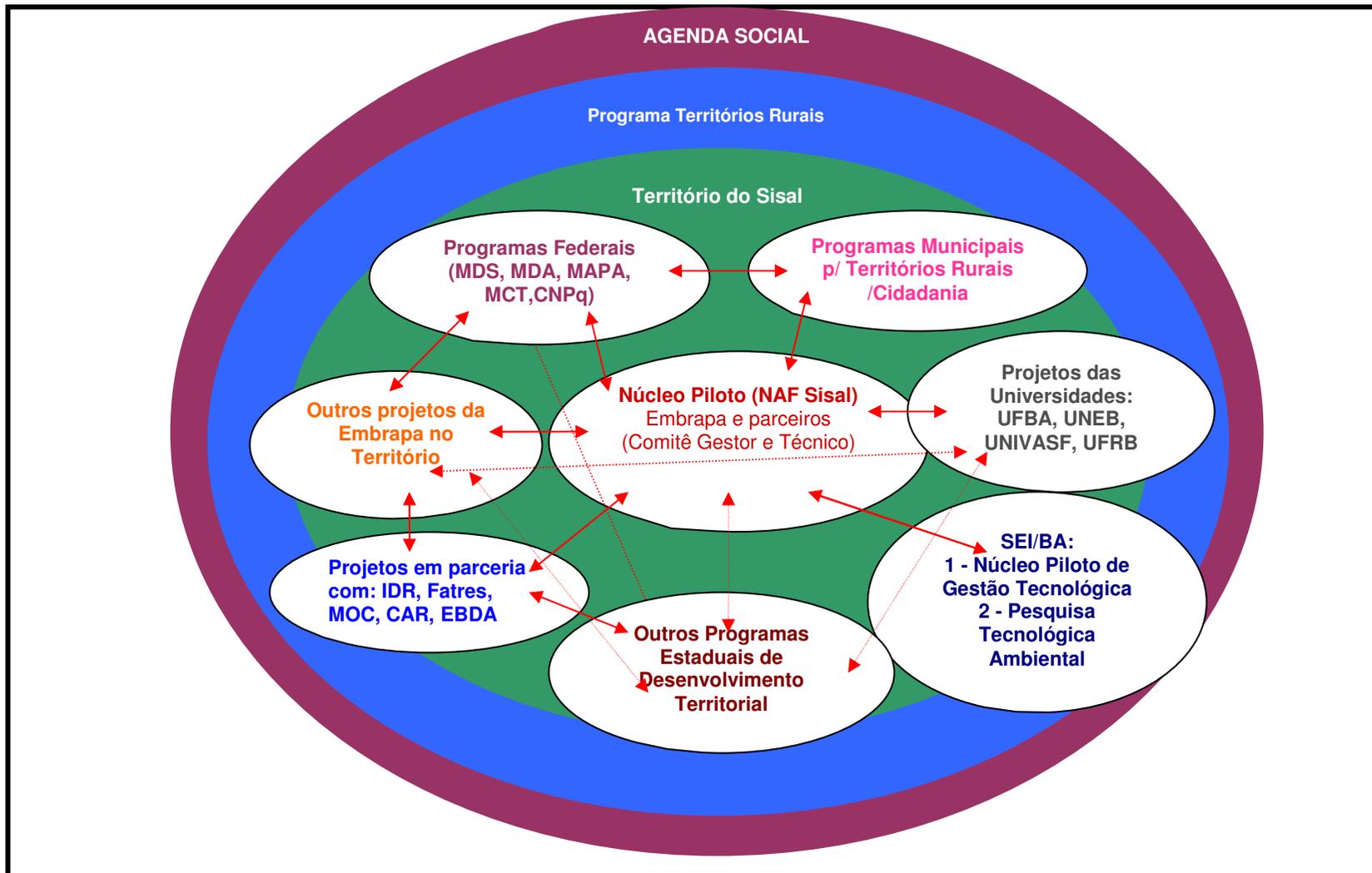


Figura 2 – Matriz das interações possíveis entre as ações previstas para o NAF Sisal e os programas e as ações de políticas públicas (federais, estaduais e municipais) para o desenvolvimento sustentável do Território do Sisal.

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal, Bahia (BRASIL, 2006); Relatório 2002-2003 da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (2004). Adaptação da autora.

A proposta dos NAFs interage completamente com a proposta do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, conforme apresentado na Matriz da Figura 2, para a aproximação entre instituições de pesquisa de referência e os territórios rurais, por meio de arranjos institucionais flexíveis, a exemplo de oficinas, comissões e parcerias e com vistas ao desenvolvimento de inovações tecnológicas e ao acesso a serviços de informação que contribuam para um ambiente de diversificação de atividades econômicas e de inclusão social.

Há também estreita correlação entre as ações propostas para o projeto Componente 3 do programa Agrofuturo e os objetivos dos projetos estratégico de 'Pesquisa Tecnológica Ambiental' e setorial de 'Gestão Tecnológica' propostos para o desenvolvimento rural do Estado da Bahia, a partir do estudo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/BA, este estudo será comentado no Capítulo III.

Tanto o projeto estratégico quanto o setorial prevêem o levantamento e catalogação de técnicas simples e de informações a partir de um núcleo em escala piloto, que funcione como transmissor de informações e de práticas de extensão para associações de produtores, consórcios de prefeituras e empreendedores individuais e que também utilize de estações experimentais e centros de pesquisa já existentes.

Há também projetos de P&D da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical de Cruz das Almas – BA, da Embrapa Algodão de Campina Grande – PB, da Embrapa Informação Tecnológica, de Brasília – DF e da Embrapa Soja, de Londrina – PR sendo desenvolvidos em parceria com atores institucionais e sociais do Território do Sisal e que contam com o acompanhamento do Núcleo Piloto.

Em 2009, o Núcleo em parceria com o Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal – IDR iniciou projetos no Território do Sisal de inovação tecnológica com recursos do CNPq para uso de resíduos do sisal na alimentação animal, aproveitamento do ouricuri ou licuri na alimentação humana e animal e produção de umbu e abacaxi, buscando respostas para as demandas da agricultura familiar do território quanto a alternativas para a alimentação animal e para a agregação de valor à produção. Além de manter parceiras com a FATRES, MOC e APAEB para a implantação de barragens subterrâneas em diversas comunidades rurais para as quais conta com o acompanhamento e assistência técnica da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Essas ações comprovam o papel do Núcleo como um aglutinador das competências técnicas estabelecidas e de articulador das diferentes organizações sociais e instituições que atuam no território.

1.6 CONCLUSÃO

As políticas desenvolvimentistas presentes no processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira induziu o apoio às grandes propriedades rurais, determinou as opções políticas e diretrizes estratégicas para a pesquisa agropecuária nacional e para a extensão rural oficial.

Na região Nordeste, os instrumentos públicos como crédito rural, assistência técnica e pesquisa agropecuária, adotados para viabilizar a política de modernização da agricultura, beneficiaram apenas a parcela de agricultores que possuía garantias para a tomada de empréstimos e para a adoção de novos padrões tecnológicos de produção, baseados na Revolução Verde.

Nesse processo de modernização, as instituições públicas de pesquisa agropecuária e de extensão rural contribuíram significativamente para um modelo de desenvolvimento rural excludente, que inviabilizou a possibilidade de eliminação da pobreza no campo, das migrações campo-cidade e de evolução para um desenvolvimento rural sustentável apoiado na intensificação do trabalho e na produção familiar.

A postura dessas instituições, desde a sua criação, tem sido orientada principalmente pelas estratégias governamentais, vez que dependem de recursos públicos para as suas ações. Mas, como estão inseridas em um contexto social e político, precisam também atender às pressões dos movimentos sociais do campo. Por tudo isso, seria recomendável que essas instituições, a exemplo da Embrapa, adotassem uma postura de aproximação com os atores sociais, institucionais e com os agricultores familiares que promovesse maior intercâmbio e compartilhamento de saberes e que, nos processos de produção da pesquisa e de difusão de tecnologias, levasse em conta a realidade local, de forma a contribuir com o desenvolvimento rural sustentável.

As prioridades previstas na Política Nacional de C, T&I (2007-2011) — que há mais de 50 anos vincula suas ações ao pensamento linear-ofertista —, bem como o desenvolvimento pela Embrapa de projetos como os Núcleos Piloto — cujas ações convergem com as prioridades das políticas sociais, de C, T&I e de desenvolvimento territorial rural sustentável, indicam uma reorientação dessas ações às estratégias estabelecidas desde 2003 pelo governo federal para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, ambiental e econômica. Ao tempo que reafirmam a dependência dessas instituições às injunções políticas no país.

A convergência entre as ações governamentais e não governamentais presentes no Território do Sisal e as ações do NAF Sisal, conforme descrito na Figura 2 desse capítulo, demonstra que o projeto Componente 3 – Núcleos Piloto, no Território do Sisal, pode contribuir para o projeto coletivo de desenvolvimento territorial rural sustentável proposto pelos atores sociais, individuais e institucionais do território, além de apresentar potencial para interagir com outros programas e políticas públicas das três esferas do governo em execução no Sisal.

No entanto, apesar do Componente 3 do programa Agrofuturo representar uma inovação nos projetos de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa, sua atuação direta e sistêmica no Território do Sisal somente alcançará a articulação estabelecida em suas diretrizes mediante ações que resultem no estabelecimento de diálogos horizontalizados, no fortalecimento de parcerias e em uma maior atuação do Núcleo Piloto Sisal – NAF Sisal como um espaço de convergência dos atores que atuam no território e de negociação de dissensos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AS ESTRUTURAS DE PODER NO CONTEXTO TERRITORIAL DO NORDESTE

Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social.

Celso Furtado (1974).

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas no Brasil e sua evolução de uma abordagem voltada às dinâmicas de desenvolvimento local para o desenvolvimento territorial rural sustentável.

A partir de meados da década de 1960 até a década de 1980, as políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas no Brasil, por intermédio da modernização da agricultura de viés urbano e industrial, priorizaram as grandes propriedades agrícolas e os agricultores familiares considerados viáveis e estruturados para responder de forma ágil aos estímulos do mercado.

Na Europa e nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, a modernização da agricultura se fez baseada na massa de produtores familiares e representou “uma resposta às necessidades dos agricultores em elevar o rendimento da terra e a produtividade do trabalho, ocorrendo o que hoje se chama de desenvolvimento rural sustentável” (GUANZIROLI, 2001, p. 24).

No Brasil um desafio se impõe no caminho do desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade e o desenvolvimento rural sustentável exigem, como ressalta Gastal (2008, viii), o diálogo entre as instituições públicas de pesquisa e as organizações da sociedade civil presentes nos territórios.

As primeiras experiências de desenvolvimento territorial começaram a ganhar maior expressão no Brasil como política de desenvolvimento, nos anos de 1980, a partir do avanço das políticas neoliberais e do esgotamento do modelo de substituição de importações (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 94). Essa crise levou o Estado a elaborar um modelo descentralizado para o desenvolvimento econômico de seu território, buscando encontrar as respostas para o desenvolvimento dos espaços locais. As diferentes abordagens que os sucessivos governos brasileiros têm adotado nas duas últimas décadas para o desenvolvimento territorial são abordadas adiante, e os recortes territoriais praticados pelos diferentes ministérios serão apresentados no Capítulo III.

A partir daí o local ganhou atualidade política e se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988, que promoveu a descentralização na administração pública, ampliando a responsabilidade dos municípios para gerir os recursos e interferir em projetos públicos a serem executados em seus limites políticos, isto é, localmente (CARVALHO, 2008, p. 95).

Na década de 1990, o País, sob a orientação de credores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial, investiu em políticas de desenvolvimento local e de arranjos produtivos locais – APLs a quem caberia a busca de um desenvolvimento endógeno e autônomo. Essas orientações desobrigavam o Estado de ações de caráter mais intervencionistas e refletiram no desenho de políticas públicas mais descentralizadas (ORTEGA, 2007, p. 5).

Sob essa orientação, em 1996, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Planaf, atual Pronaf²⁵ como uma proposta de construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, tendo a agricultura familiar como base social (NASCIMENTO, 2008, p. 66).

Com a posse em 2003 do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, os primeiros projetos de desenvolvimento territorial rural apontaram para a continuidade da abordagem territorial, conforme modelo adotado no governo anterior (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 111). Esses primeiros modelos tiveram como base a constituição de arranjos institucionais, a exemplo dos Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local – Consads²⁶, com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial de municípios rurais, mediante a dinamização econômica e a adoção de políticas compensatórias como o Cartão Alimentação²⁷, mas tendo o espaço geográfico municipal como foco.

Ainda em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e, em 2004, do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat, atual PDSTR –, o governo adotou no planejamento governamental uma nova abordagem territorial, em que o foco das políticas de desenvolvimento rural sustentável é o território.

²⁵ O Pronaf foi criado no âmbito do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária – MAARA, com a assessoria da FAO e apoio financeiro do Banco Mundial, dentro das novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agricultura, e sua primazia dava-se pela capacidade de rebater os dois grandes elementos da crise no modelo de desenvolvimento brasileiro: a questão ambiental e o desemprego (VASCONCELOS; PAIVA, 2007).

²⁶ Os Consads são partes integrantes da estratégia do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas no país. Caracteriza-se como uma nova institucionalidade que busca proporcionar uma esfera público-privada ampliada, provida de instrumentos de interlocução política, tomada de decisão colegiada, bem como de operacionalização das ações pactuadas em cada região (IBAM, 2009).

²⁷ O programa Fome Zero, criado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – Mesa, definiu como uma de suas ações mais imediatas implantar o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº108 de 27 de fevereiro de 2003 (BRASIL, 2003).

Diferentemente das políticas descentralizadas com base nos municípios, o atual governo federal inovou ao constituir os espaços socioprodutivos de âmbito intermunicipais com características econômicas, sociais e culturais comuns, denominados de territórios²⁸, e ao apostar no fortalecimento da ação coletiva, com apoio da ação pública, e de novas institucionalidades territoriais – colegiados e fóruns territoriais – como instrumentos de desenvolvimento territorial. Para alcançar a melhoria da qualidade de vida nesses arranjos intermunicipais nas dimensões social, ambiental, cultural, tecnológica e econômica são envolvidas as três esferas de poder governamental e as organizações não governamentais.

O desenvolvimento territorial rural sustentável defendido neste trabalho é aquele que não se resume à noção de crescimento econômico. Trata-se de um desenvolvimento que tem entre seus princípios uma forma de planejamento executada por meio da gestão dos territórios rurais e assentada na articulação e construção de parcerias entre todos os atores do território para a definição conjunta de responsabilidades, de tomada de decisões, e controle social referente às políticas públicas nacionais. Tais políticas devem considerar em seu cerne os aspectos sociais, culturais e ambientais, além da dimensão econômica, e que se expressam no modo de vida dos agricultores familiares, em suas vivências e formas de inserção no território.

2.2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL – DE 1930 AOS TEMPOS ATUAIS

O período de 1930 foi marcado pela decadência de um modelo de política territorial²⁹ que suscitou a necessidade de mudanças estratégicas nos caminhos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Fato que corroborou para o surgimento de uma política centralizadora e intervencionista do Estado que prevaleceu até o final dos anos de 1980, sobrecarregando o Estado brasileiro de funções e tornando-o uma superinstituição (VELLOSO; ALBUQUERQUE, 1995, p. 34).

Foi a partir de 1936, que o semiárido nordestino recebeu as primeiras atenções específicas ou intervenção do Estado, por meio da demarcação do então chamado polígono das secas, região de extrema pobreza que envolve áreas dos nove Estados nordestinos e norte de Minas Gerais – Vale do Jequitinhonha. Mas, somente na década de 1960, após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE é que houve

²⁸ Para o MDA os territórios são “microrregiões onde os critérios multifuncionais e os elementos que facilitam a coesão social, cultural e territorial apresentam, implícita ou explicitamente, a predominância de elementos rurais, tais como: ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividade agro-silvo-pastoris, base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários, hábitos culturais e tradições típicas do universo rural” (BRASIL, 2005b, p. 28).

²⁹ A concepção de território era até então tratada no seu sentido lato, enquanto espaço geográfico com ênfase político-administrativa.

intervenção direta na região, guiada pelo planejamento público, entendido como único caminho para o desenvolvimento³⁰.

A crise do petróleo na década de 1970 e a instabilidade econômica dos anos 1980 refletiram na crise fiscal e no esgotamento do modelo de substituição de importações, e tiveram como consequência a necessidade de o Estado redefinir seu papel, enquanto instituição. Assim, o governo elaborou um novo modelo político-administrativo para o desenvolvimento econômico do território brasileiro.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve a ampliação da descentralização na administração pública, permitindo aos municípios autonomia sobre a gestão dos serviços e projetos públicos a serem executados em seus limites políticos. Conjugada à descentralização dos recursos, conferiu-se aos municípios a competência para, localmente, interferir nas decisões do poder público por meio da obrigatoriedade de constituição dos conselhos municipais.

A partir daí abriu-se o caminho para uma participação mais democrática dos estados e municípios nas decisões políticas, administrativas e financeiras do seu território. Assim o território ganhou recortes espaciais compreendendo o local como fundamental para o alcance do desenvolvimento global, mediante as políticas públicas das instituições formais e não formais (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 94).

A sociedade civil organizada conquistou a possibilidade de articulação com os diversos representantes municipais, visando à definição das políticas prioritárias a serem implementadas, e representando um grande avanço no que diz respeito à participação social nas decisões públicas para a solução de problemas concretos concernentes ao seu local de vida e de organização comunitária, como sua rua, seu bairro, seu município. (DOWBOR, 1993, p. 108).

Estava criado assim o ambiente estabelecido pela Constituição Federal para a instalação dos diversos conselhos municipais de saúde, educação, de desenvolvimento rural sustentável – CMDRS e outros. Alguns de caráter deliberativo, outros consultivos. Mas tendo a participação de agentes públicos e de atores sociais e institucionais locais.

Com a implementação de políticas governamentais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, alguns conselhos como o de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS ganharam força nos municípios, pois a sua constituição passou a ser obrigatória.

³⁰ Para uma melhor análise sobre a política de desenvolvimento para o Nordeste e seus fins substantivos, ver Furtado (1959).

No final da década de 1990, acompanhando a tendência da globalização mundial, o governo brasileiro passou a adotar no planejamento das políticas públicas uma visão de território mais dinâmico e criador, e de um Estado que busca modernizar-se aprimorando os recursos territoriais para torná-lo mais empreendedor e competitivo (FONSECA, 2003, p. 88).

Diversos autores, a exemplo de Castro (2000), Fonseca (2003) e Silva (2003) afirmam que as tradicionais vantagens comparativas vinculadas ao número de habitantes, aos recursos naturais e recursos técnicos, ainda que continuem sendo importantes, não são mais suficientes para o desenvolvimento territorial.

Dentro dessa perspectiva, as políticas públicas territoriais têm se empenhado em angariar vantagens competitivas que estão vinculadas principalmente aos recursos organizacionais e informacionais, os quais constituem atualmente uma instância para o desenvolvimento socioeconômico do território, tornando-se um excelente meio para ações inovadoras e captação de recursos financeiros e humanos, através das parcerias ou redes de solidariedades (VIEIRA, 2005, p. 5).

Por isso, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR³¹, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com outros órgãos federais, estaduais e municipais, pressupõe mecanismos para o fortalecimento da organização comunitária, uma vez que, para os territórios as vantagens comparativas hoje são dadas mais pela capacidade organizacional dos lugares e regiões, de natureza sociopolítica, do que pelas potencialidades locais e/ou regionais que seriam fornecidas por recursos naturais e culturais diferenciados.

2.3 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Os efeitos do surto industrial e da modernização tecnológica da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 colocaram em evidência os problemas ecológicos como a degradação dos solos e o uso em larga escala de agrotóxicos que, até então, não tinham sido notados em toda a sua dimensão no Brasil. Deixando claro a insustentabilidade desse modelo do ponto de vista ambiental, social e econômico (AGUIAR, 1993, p. 123-125).

³¹ Até maio de 2005 o PDSTR era denominado de Pronat - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (COUTO FILHO, 2007).

O crescimento internacional da economia capitalista, a partir da década de 1970, associado às novas formas de produção introduzidas pela revolução tecnológica baseada no conhecimento científico e na informação — trouxe, de acordo com Aguiar (1993) mais dificuldades para se reverter o impasse gerado pelo conflito entre desenvolvimento, no sentido econômico, e respeito ao meio ambiente.

Com a intensificação da Revolução Verde a partir da década de 1970 no Brasil e o aumento da produtividade do trabalho e da terra, ocorreu, ao mesmo tempo, a redução do crescimento industrial — devido à política interna adotada pelo governo militar e à crise mundial do petróleo —, e o agravamento dos problemas sociais, sobretudo no campo.

No final da década de 1980, passaram a ser correntes as críticas ao modelo de modernização da agricultura brasileira. É nesse período que, diante da redemocratização política do país, os movimentos sociais³² do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o sindicalismo rural, o movimento de mulheres agricultoras, e as Organizações Não Governamentais – ONGs surgiram com força renovada em questionamento ao ‘modelo de desenvolvimento’ vigente (NUNES, 2007, p. 13).

Assim, a promessa do desenvolvimento, enquanto crescimento econômico para o progresso social, começou a declinar. O reconhecimento de que o crescimento econômico, medido exclusivamente pela renda *per capita*, é a concepção mais restrita possível de desenvolvimento, consagrou-se também na década de 1980 com os trabalhos de Amartya Sen, em 1982.

Para Sen (1999) julgar o sucesso econômico de uma nação somente pela renda ou outro indicador objetivo de riqueza faz com que se perca de vista a melhoria do bem estar da população. Pois um país que apresenta renda *per capita* elevada, mas acesso restrito aos serviços de saúde e educação básica pode ter menor esperança de vida e maiores taxas de mortalidade, do mesmo modo que em um país com alto valor da disponibilidade de alimentos *per capita* pode haver segmentos da população famintos ou desnutridos.

Em 1990 essa noção oficializou-se com a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esse programa tratou tanto a noção de bem estar como a de pobreza explicitamente como fenômenos multidimensionais.

Quase ao mesmo tempo, as ideias sobre desenvolvimento sustentável emergiram (KAGEYAMA, 2008, p. 52), na medida em que se incorporaram aos objetivos do desenvolvimento outras dimensões como o social e o ambiental, além do econômico. A partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO -

³² Para Castells (1997) movimentos sociais são movimentos cujas ações são propositivas, pois resultam na vitória ou fracasso, e em transformação nos valores e instituições da sociedade.

92, o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global (BRASIL, 2000, p. 10).

No Brasil, as primeiras políticas de desenvolvimento sustentável foram impostas nos anos 1990 por organizações financeiras internacionais. Este é o caso da região Nordeste, onde o Banco Mundial sujeitou seus co-financiamentos a programas de Desenvolvimento Regional Integrado, a exemplo do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, para a realização prévia de planos de desenvolvimento sustentável por estado. E, no final da década, com a criação do Pronaf, a liberação dos créditos estava condicionada à criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (SABOURIN, 2009, p. 149), conforme já citado no item anterior.

Na década de 1990, as concepções sobre o desenvolvimento rural brasileiro ganharam um novo olhar, em razão das políticas públicas, do interesse do Estado e de pesquisas realizadas cujas tendências apontavam para uma nova realidade do rural. Isto é, o meio rural como um espaço estratégico para o desenvolvimento, em oposição à ideia predominante de um espaço atrasado e em vias de extinção.

Segundo Kageyama (2008) o rural tem de específico o fato de se referir a uma base territorial, local ou regional, onde interagem diversos setores produtivos e de apoio. E destaca que:

O desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico [aumento do nível e estabilidade da renda familiar], o aspecto social [obtenção de um nível de vida socialmente aceitável] e o ambiental, e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda [pluratividade]. (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

O primeiro fator que contribuiu para o debate do desenvolvimento rural, sob uma nova concepção de ruralidade, foi o fortalecimento da noção de agricultura familiar a partir da recomposição dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais. E, em 1995, a criação do Pronaf (SCHNEIDER, 2007, p. 17), inicialmente como uma linha de crédito de custeio diferenciada para financiar a agricultura familiar, ganhando no ano seguinte o status de programa governamental com alcance nacional.

Outros fatores abordados em estudos da década de 1990 indicaram a importância de considerar, no desenvolvimento rural, a capacidade inovadora dos agricultores familiares para a diversificação social e produtiva dos territórios rurais (VEIGA, 2000) e adotar maior ênfase em suas atividades não agrícolas e na pluratividade³³ exercida no interior da unidade familiar de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

³³Pluratividade – combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da unidade familiar, dentro ou fora do estabelecimento (NASCIMENTO, 2008).

As principais influências de base teórica para o entendimento sobre o desenvolvimento rural no Brasil identificam quatro abordagens principais. A primeira dá ênfase às instituições, à inovação e à sustentabilidade, tendo como representante José Eli da Veiga, em 1991, e Ricardo Abramovay, em 1992, para quem a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares desempenha papel crucial no seu desenvolvimento. A segunda vertente está consolidada no projeto Reurbano, de 1999 coordenado por Graziano da Silva, com ênfase nas atividades não agrícolas e na pluriatividade presentes no chamado novo rural (SCHNEIDER, 2007, p. 18).

A terceira abordagem do desenvolvimento rural tem como expoentes José de Souza Martins e Zander Navarro, em 1999, e trata dos processos de mudança social no meio rural do Brasil, a partir da análise da tradição política, que dificulta as transformações estruturais e as de natureza sociocultural. A quarta é a vertente que focaliza o agronegócio e as cadeias alimentares, principalmente os processos de integração dos pequenos produtores nas cadeias agroindustriais e suas conseqüências sociais, na linha dos trabalhos de John Wilkinson.

Não é objetivo de esta Dissertação aprofundar essas discussões teóricas, mas apenas referenciá-las como tendências de pesquisas de uma nova realidade do rural que está em transformação.

A revalorização do meio rural a partir de uma visão diferenciada desse e baseada cada vez mais nas atividades multifuncionais, aponta para um modelo de intervenção de caráter setorial e de sua substituição por uma ação pública homogênea que: “[...] deve levar em conta as características das diferentes regiões e que tende a se estruturar em torno de projetos (e, portanto, de contratos) tópicos e localizados” (ABRAMOVAY, 2003, p. 144-145).

As análises de Kageyama (2008), Schneider (2007) e Abramovay (2003), entre outros autores, mostram que o rural não mais se resume ao agrícola e que há uma nova realidade que o coloca em permanente transformação.

É sob essa nova realidade que a abordagem territorial ganhou importância a partir de meados da década de 1990 no planejamento governamental. E, desde 2003, vem sendo reorientada mediante políticas direcionadas aos territórios rurais, que estão moldando o novo paradigma do desenvolvimento rural sustentável no Brasil como veremos a seguir.

2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: DA DINÂMICA LOCAL À ABORDAGEM TERRITORIAL RURAL

A primeira experiência territorial do desenvolvimento rural brasileiro surgiu na década de 1980, quando o Estado brasileiro, sob um contexto nacional de crise econômica, precisou redefinir seu papel e elaborou um novo modelo político-administrativo de desenvolvimento econômico para seu território (ORTEGA, 2007, p. 94).

Esse modelo buscava respostas para o desenvolvimento local, com a transferência do poder decisório a estados, municípios e atores sociais locais por meio da constituição de arranjos sociais, a exemplo dos conselhos municipais, que se tornavam responsáveis pela solução das questões sociais nesses espaços.

A partir daí o local ganhou atualidade política e se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988, a qual ampliou a descentralização na administração pública, ao permitir que os municípios, antes desprovidos de poderes e recursos, passassem a assumir um papel de destaque no planejamento e na implementação de políticas de desenvolvimento (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 95).

Essas estratégias mostraram-se pouco sustentáveis, pois a maior parte dos conselhos tinha caráter apenas consultivo e, apesar da obrigatoriedade de constituição de alguns conselhos como o de Desenvolvimento Rural Sustentável para que os municípios tivessem acesso a recursos públicos, poucos tinham autonomia necessária para intervir na definição das políticas nacionais macroeconômicas, ou até mesmo na definição da infraestrutura ou de serviços básicos direcionadas aos municípios, bem como na aplicação dos respectivos recursos financeiros.

Na década de 1990, com o avanço no Brasil da onda neoliberalizante, que proclamava a redução da participação do Estado na economia, credores internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial passaram a recomendar o maior controle dos gastos públicos no País e o alcance do superávit primário. E também a incentivar as estratégias de desenvolvimento local, recomendando aos Estados nacionais a constituição de arranjos socioprodutivos em busca de respostas autônomas de desenvolvimento para os seus espaços locais.

Assim o governo federal induziu a constituição de arranjos produtivos locais – APLs, com o objetivo de alcançarem um desenvolvimento autônomo e endógeno, que refletiram no desenho de políticas públicas mais descentralizadas. Dessa forma, o Estado central desobrigava-se de ações de caráter mais intervencionistas. Por razões distintas, essas estratégias foram ao encontro das aspirações dos militantes do localismo que almejavam

maior espaço na gestão pública para a participação e as opiniões da sociedade local com respeito aos projetos formulados pelo governo central, como explica Ortega (2007):

Nesse ambiente de luta democrática é que foi se consolidando o descrédito na capacidade do governo central em conduzir um processo de desenvolvimento sustentável, fortalecendo-se a crença em torno de processos de desenvolvimento locais com base no planejamento *bottom-up*, construído participativamente e apoiado no capital social local. (ORTEGA, 2007, p. 4).

Ortega e Mendonça (2007) lembram que todas as experiências internacionais bem sucedidas comprovaram a viabilidade das estratégias de desenvolvimento territorial³⁴. Porém, todas elas contaram com políticas públicas nacionais, de caráter intervencionista dos Estados centrais, que contradizem a defesa de que modelos de desenvolvimento territorial podem contribuir com o desenvolvimento autônomo simplesmente a partir da indução de espaços de governança territorial. Esses autores reforçam essa ideia afirmando:

A constatação de que o desenvolvimento de um território depende em parte da organização e pactuação de sua sociedade em torno de objetivos comuns e de que essas condições podem ser construídas (localmente) não implica no afastamento ou minimização do Estado. (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 118).

A partir da orientação para uma maior descentralização das políticas públicas e de sustentabilidade da agricultura, o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, a partir de uma proposta de construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, tendo a agricultura familiar como sua base social (NASCIMENTO, 2008, p. 66).

O Pronaf surgiu como um programa governamental inserido na política de desenvolvimento social, que também abarcara toda a estratégia de desenvolvimento local da época e que se encontrava dissociada das políticas agrícolas federais sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As linhas de crédito especial do Pronaf infraestrutura e serviços representaram uma iniciativa importante na construção de políticas públicas de desenvolvimento local baseadas na abordagem territorial (ORTEGA; CARDOSO, 2002, p. 299).

No final da década de 1990, o governo federal articulou a criação do Programa Comunidade Ativa, que tinha como objetivos o combate à pobreza e a indução do desenvolvimento local, inserindo as estratégias de desenvolvimento rural em sua principal política social. Tratava-se de um programa de indução do desenvolvimento local de forma

³⁴ Aqui a noção de territorial adotada pelos autores se refere a uma abrangência geográfica maior que a meramente local ou municipal

espontânea nos espaços mais deprimidos do País e operados em parceria com os governos estaduais e municipais (ORTEGA; MENDONÇA, 2007, p. 108-109).

Mas, a ênfase, estava na descentralização e na focalização, visando evitar a dispersão e desperdício de recursos. Essa abordagem também esteve presente no processo de construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável pela antiga secretaria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (COUTO FILHO, 2007, p. 100).

Recentemente a abordagem territorial³⁵ do desenvolvimento rural no Brasil foi também introduzida na política social do governo Presidente Lula, por meio de instrumentos de intervenção para o desenvolvimento econômico e social, a exemplo do Programa Fome Zero — uma ampla estratégia de combate à pobreza e às desigualdades sociais, tendo como foco a segurança alimentar e nutricional da população.

Essa abordagem territorial para o desenvolvimento rural representa, no contexto do governo federal, uma inovação em relação às anteriores, principalmente por constituir arranjos intermunicipais que não se resumem a municípios/local, mas que se fundamentam na idéia de territórios com laços de identidade, em razão de buscarem características sociais, culturais e econômicas comuns, e como unidades referência para a execução das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, tema que será analisado no próximo capítulo.

2.5 AS ESTRUTURAS DE PODER LOCAL NO CONTEXTO TERRITORIAL DO NORDESTE

Para melhor compreender as políticas públicas de desenvolvimento rural para a Região Nordeste é preciso, brevemente, analisar o contexto histórico, a formação econômica, social e rural da região.

O Nordeste foi, desde a chegada dos portugueses, a primeira região do país a desenvolver atividades econômicas. Foi também nessa região que os portugueses começaram a explorar intensamente, e em grandes áreas, os latifúndios, a cana-de-açúcar³⁶ para ser comercializada na Europa, sendo a região do país mais explorada durante os dois primeiros séculos de colonização (PRADO JÚNIOR, 1979).

A sociedade açucareira que se desenvolveu no Brasil foi eminentemente rural e a terra foi o elemento fundamental para a nítida divisão da população em estratos sociais. Esse

³⁵ No conceito de abordagem territorial usado pelo MDA, território é definido como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado pelos critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005b).

³⁶ Para melhor análise sobre a influência da cana-de-açúcar na vida e na paisagem do Nordeste do Brasil, as formas de convivência e de desenvolvimento do homem social da região com seus ambientes naturais e seus tempos sociais, ver Freyre (1985).

modelo de colonização — conjugado à Lei da Terra de 1850, que legitimou a ocupação de terras devolutas por quem já as ocupava como os grandes proprietários, produzindo ou não nas mesmas —, refletiu na constituição da sociedade rural brasileira, principalmente na da região Nordeste (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30), “onde as oligarquias locais ou coronéis passaram a controlar essa lei” (SABOURIN, 2009, p. 36). Para Santos e Silveira (2004) significa:

Uma estrutura fundiária desde cedo hostil a uma melhor distribuição de renda, a um maior consumo e a uma maior terceirização ajudava a manter na pobreza milhares de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 275).

Esse modelo também definiu a estrutura agrária brasileira, cuja produção agropecuária encontra-se até hoje dividida no bimodelismo entre capitalista, baseada na mão de obra assalariada e no capital; e a familiar, baseada na mão de obra familiar e na propriedade dos meios de produção, no qual a terra pertence à família passando de pai para filho.

Mesmo quando o açúcar perdeu a sua importância relativa no contexto nacional para outras culturas, como o café, ainda assim continuou sendo a atividade predominante na região Nordeste e de grande importância para compreender a formação e a sedimentação da estrutura de poder local que se estabeleceu no Nordeste (BURSZTYN, 1984, p.19).

Tal poder se consolidou pela ação do Estado de transferir, desde o período Colonial até a República Velha, parte de suas prerrogativas como o dever de justiça e militar, aos senhores de terras, donos de engenhos, quando os mesmos eram nomeados coronéis da Guarda Nacional, em troca de reconhecimento da soberania da Coroa Portuguesa. Surgiu assim a figura dos novos coronéis do Agreste e do Sertão nordestino que, por singular transposição semântica amplamente assumida pela sociedade, eram assim chamados por serem proprietários de terras, possuísem eles ou não a referida patente (VILAÇA, 2003, p. 23-25).

Na fase republicana, a aliança entre os coronéis, como chefes municipais, e os Presidentes dos estados e desses com o Presidente da República estabeleceu o principal poder político que dominou o Nordeste brasileiro por quase duzentos anos (CARVALHO, 2008, p.41).

A legitimação do poder dos coronéis dava-se por meio do exercício do poder político local — impondo suas vontades, elegendo e indicando para cargos políticos seus apadrinhados —, como comerciante e árbitro social, pelas relações de compadrio e até mesmo patrocinando a instalação de serviços de rádio ou jornais interioranos (VIANA, 1949, p. 89-90).

Até o final do século XIX, O Estado da Bahia também se caracterizou como uma sociedade agrário-escravocrata que conviveu com o contraste entre a opulência e a pobreza desde os primórdios da colonização brasileira, trazendo essa dicotomia para a atualidade. Isso, em razão da carência de políticas públicas sistêmicas e de elevados índices de pobreza no meio rural, que fomentam a dependência frente aos setores políticos tradicionais. Pode-se associar a baixa renda média rural do Estado à estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários donos de grandes extensões de terra e do poder local em contraposição à existência de uma infinidade de minifúndios mantidos pelos agricultores de base familiar (ALCOFORADO, 2003, p. 323).

Até o final dos anos de 1950, as políticas de Estado para o desenvolvimento econômico, social e rural do Nordeste tiveram mais um caráter de omissão que de intervenção, uma vez que chegavam ao campo por intermédio da figura do coronel, como ressalta Bursztyn (1984, p. 22-25).

Somente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, é que o Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada, com ações assistenciais e programadas a partir da integração de diferentes organismos públicos na região.

É a partir daí, e com maior intensidade em meados dos anos 70, que surgem os programas especiais de desenvolvimento como o Polonordeste, o Projeto Sertanejo, as obras contra a seca e os Projetos de Irrigação, muitos dos quais beneficiavam majoritariamente os grandes e médios produtores.

Apesar de os estudos que antecederam à criação da SUDENE apontarem para a necessidade de transformações urgentes na estrutura do sistema social local da região, incluindo-se aí o quadro político-social, o que se verificou, conforme Oliveira (1981, p. 65), é que o órgão serviu para evitar o ‘choque frontal’ com as oligarquias agrárias e frear os movimentos populares. Pois não era de interesse de o Estado alterar o equilíbrio das forças políticas que haviam se solidificado na região a partir do coronelismo, que constituía o arcabouço político-institucional do Nordeste.

O aprofundamento do capitalismo econômico na região, via industrialização e maior presença do Estado mediante políticas federais de investimentos em infraestrutura, associado à ampla circulação de bens e de ideias com a ajuda dos meios de comunicação, como os jornais e as rádios, iniciou o processo de declínio do coronelismo nordestino sem, no entanto, por fim ao domínio do fenômeno, que ganhou nova roupagem. (BURSZTYN, 2003). “No Nordeste, até hoje, a dependência das comunidades rurais da oligarquia política local e regional continua extremamente forte” (SABOURIN, 2009, p. 105).

Com o tempo a supremacia sociopolítica dos coronéis foi substituída por outra, mais sutil, como a dos representantes de uma classe comercial ou industrial, políticos, igreja, ONGs ou mesmo pela demagogia de certos líderes populares (BURSZTYN, 2003, p. 298). Essa afirmação do autor é comprovada na análise feita no próximo item desse capítulo, o qual trata da influência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB nos municípios do Território do Sisal.

2.6 OS NOVOS ATORES NA RELAÇÃO DE PODER LOCAL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Foi na luta pela terra e contra o modo capitalista de produção que excluía o agricultor familiar dos seus meios de subsistência que os movimentos sociais do campo, vinculados aos trabalhadores rurais e agricultores familiares, se constituíram. A Guerra de Canudos, conhecida revolta ocorrida nos sertões baiano ainda nos primórdios da República (1894-1897), já estava ligada à insatisfação desses agricultores e da população marginalizada às condições econômicas da região, à luta pelo direito a terra e a uma vida melhor (RICCI, E., 2007, p.101-102).

Em 1945 teve início no Nordeste uma das primeiras tentativas de organizar os trabalhadores do campo, as Ligas Camponesas no Nordeste, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Na mesma época, outros movimentos com tendências políticas de esquerda também surgiram com a finalidade de organizar os agricultores, e se dividiram entre a luta pela reforma agrária e a defesa pela sindicalização rural, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, que representava os trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná.

A expansão e o crescimento de associações voluntárias como as Ligas ou a ULTAB se explica em função das dificuldades político-burocráticas que durante muitos anos impediram a criação e o reconhecimento oficial dos sindicatos rurais. Pois, embora o Decreto-Lei nº. 7.038 promulgado por Getúlio Vargas em novembro de 1944, como extensão da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT previsse a sindicalização rural, só a partir de 1962 é que os sindicatos começaram a ser efetivamente institucionalizados (RICCI, R., 1999). Ainda assim, sob a tutela do Estado para frear a evolução da organização autônoma das Ligas Camponesas (SABOURIN, 2009, p. 30).

Após a interdição do Partido Comunista, em 1947 e sua entrada para a clandestinidade, as Ligas foram duramente reprimidas, ressurgindo somente em 1954 (SABOURIN, 2009, p.112). Com o golpe militar de 1964, as únicas organizações do campo autorizadas a funcionar eram os sindicatos oficiais de trabalhadores rurais e as cooperativas. Mesmo assim, o Estado minava o poder político dos mesmos, impondo-lhes atribuições burocráticas e assistenciais, a exemplo da melhoria da assistência médica e da administração da previdência social dos trabalhadores rurais via o Funrural³⁷ e os transformava em um novo instrumento de domínio das oligarquias nordestinas (BURSZTYN, 1984, p. 145).

Ao mesmo tempo crescia a importância da ala progressista da Igreja Católica, por meio da formação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essas passaram a coordenar parte do movimento social do campo, cuja ação era estimular os camponeses a refletir, à luz do Evangelho, sobre a sua realidade concreta. Foi das Comunidades Eclesiais de Base que nasceram as novas experiências de luta pela terra. O espaço nelas originado permitiu que fossem criados mecanismos não só de identificação dos opositores, como também de ações concretas em direção à conquista da terra (FERNANDES, 1995, p. 80 - 82).

No Nordeste, as Comunidades Eclesiais de Base apoiaram a constituição de importantes organizações rurais e movimentos sociais, como o movimento Saques no Nordeste, o Movimento de Organização Comunitária – MOC e o Movimento Contra Barragens (RICCI, R., 1999, p. 146).

O processo de urbanização acelerado da região Nordeste também contribuiu para o desenvolvimento de atividades sociais e políticas em que surgem interesses de diferentes grupos em choque na luta pela afirmação de poder sobre o meio rural, entre eles os comerciantes, pequenos industriais, padres, médicos, bacharéis e outros letrados, os próprios senhores rurais mais afortunados e até mesmo políticos ligados à atividade agrária. Parte desses grupos não tinha qualquer interesse em resolver os problemas urgentes da região, mas sim em reforçar a imagem de atraso e subdesenvolvimento do Nordeste para obter recursos públicos em benefício de interesses próprios (VILAÇA, 2003, p. 43).

Na Bahia essa situação se consolidou a partir da segunda metade do século XX. Não apenas em consequência da repressão política, exercida pela ditadura militar de 1964 a 1985, mas também, com o surgimento do império pessoal e o poder adjacente que, mesmo após o fim do regime militar, exerceu um dos principais políticos do Estado, o ex-governador e ex-senador Antônio Carlos Magalhães (DANTAS NETO, 2003, p. 215).

³⁷ Funrural – Programa de assistência social criado em 1971, que garante aos trabalhadores rurais seus primeiros direitos à aposentadoria (SABOURIN, 2009).

A utilização de um referencial de organização, pelos trabalhadores rurais, agricultores familiares e agricultores assentados tem como objetivo a constituição da identidade coletiva do grupo, que é a necessidade do domínio do “nós” sobre o “eu”, para melhorar as negociações com o Estado (poderes municipal, estadual e federal), bem como exercer maior poder de pressão. Essas iniciativas de associações civis constituem, como afirma Sabourin e Teixeira (2002), o embrião formador de identidades locais espacialmente definidas:

Tais iniciativas desempenham funções importantes de agregação redes de apoio, de sistemas de informações e de organização de uma base política, muitas vezes, capazes de dar densidade econômica, social e política a determinadas micro e mesorregiões. (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 26-27).

No entanto, no âmbito dessas organizações, há diferentes formas de participação e envolvimento individual, que se manifestam com base em interesses distintos. Alguns se envolvem para usufruírem de certos serviços, outros em busca de recursos financeiros e infraestrutura para seus estabelecimentos.

Da mesma forma, tais organizações agem também com objetivos diferenciados e, muitas vezes quando não são controladas, pode passar de representantes dos grupos e de novos mediadores a representante de novas tutelas (HAUBERT, 1981). Sabourin (2009, p. 106) alerta que “trata-se aí de tutelas sutis ou insidiosas, na medida em que se firmam de forma dissimulada”.

Porém, quanto mais impactos positivos na realidade socioeconômica local esses grupos conseguem promover, pelo papel de mediação desempenhado por suas organizações, mais fortalecidos política e institucionalmente eles se tornam, alterando, portanto, as forças que constituem o poder local. Este é o caso da autodenominada, desde dezembro de 2004, Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB, fundada em 1980, como Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, que constitui a primeira iniciativa da sociedade civil de intervenção estratégica no seu território. Mas, as diversidades de suas ações e suas influências políticas têm representado uma nova forma de domínio sobre os agricultores do território, conforme será visto a seguir.

2.7 AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES DO SEMIÁRIDO BAIANO E AS DINÂMICAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO SISAL

O semiárido nordestino ocupa aproximadamente 62%³⁸ de toda região Nordeste, dos quais 51,7% estão em território baiano. E, embora seja considerada a região mais povoada das regiões do mundo sujeitas historicamente à aridez, “não conseguiu superar os indicadores de pobreza que perduram até os dias atuais” (BRASIL, 2006, p. 6).

Por isso, o discurso histórico e dominante por parte do Estado sempre foi o da inviabilidade produtiva do semiárido nordestino em razão da seca. Sua intervenção na região ocorria por intermédio de programas especiais de luta contra a seca, a exemplo das Frentes de Emergência, Polonordeste, Projeto Sertanejo e tantos outros que, em muito contribuíram para o surgimento de organizações de pequenos produtores rurais em contraposição ou mesmo em apoio às políticas clientelistas e à cultura paternalista que predominou por séculos na região (BURSZTYN, 1984, p. 155).

No semiárido baiano não foi diferente. A partir da década de 1960, organizações ligadas aos agricultores familiares do nordeste da Bahia surgiram com propostas de melhorar a qualidade de vida do segmento, lutar por crédito, assistência técnica, dar autonomia aos agricultores por meio da educação e acesso a informações, tirar a população do isolamento, além de defender ações que vão além do campo das reivindicações, pois incorporam a preocupação técnica e econômica de criar condições para a reorganização da produção agrícola em convivência com o semiárido (SILVA; SILVA, 2003, p. 144).

Esses movimentos somente ganharam forças após o regime militar, quando começam a se recuperar a agenda social e a da terra no País (SABOURIN, 2009, p. 89), concomitantemente com forte desengajamento do Estado quanto às suas ações diretas.

Muitas dessas organizações têm estimulado uma nova dinâmica social para o território, contribuindo para seu desenvolvimento e organização de ações de educação ambiental, para a instalação de conselhos municipais e envolvendo-se diretamente com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI — que é um grave problema social existente no semiárido, especialmente na área do sisal. Além de promoverem fóruns e mutirões para diversos fins, todos de grande interesse comunitário.

Uma delas é a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB, originada nos Círculos Bíblicos da Igreja Católica que tinham na leitura da bíblia o ponto de partida para a reflexão sobre a realidade política, econômica e social do agricultor (RICCI, E., 2007, p.110).

³⁸ Percentual calculado com base na nova delimitação do semiárido nordestino, que possui atualmente área total de 969.589,4 km², conforme atualização realizada pelo Ministério da Integração Nacional, mediante a Portaria Ministerial N° 89 de março de 2005 (BRASIL, 2005c).

A associação que nasceu como Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente, se fortaleceu ao se inserir na luta dos agricultores do semiárido baiano contra a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria, o ICM atual ICMS, sobre o produto excedente da sua agricultura caseira vendida nas feiras livres.

A APAEB foi concebida para ter um papel político, econômico e social, exercendo funções que se confundiam como cooperativa, sindicato e associação ao buscar a reestruturação da pequena produção local, se propor a defender os interesses dos trabalhadores rurais e reforçar a integração dos agricultores por meio de laços de coesão social informais (clube social, atividades esportivas):

A APAEB foi criada a partir de uma mobilização ocorrida no final da década de 70, quando os agricultores do semi-árido fizeram uma grande manifestação viajando até Salvador para pedir o fim do imposto que pagavam para vender nas feiras livres o produto excedente da sua agricultura de subsistência caseira. Apesar de se tratar de uma necessidade básica para a sobrevivência do trabalhador, a venda de uma simples saca de feijão pagava um imposto tão alto que era melhor deixar a mercadoria ser apreendida quando os trabalhadores eram surpreendidos na estrada pelos fiscais. Na época da manifestação Antonio Carlos Magalhães era o governador da Bahia e diante da força do movimento – que lotou vários ônibus e ocupou o Centro Administrativo ainda em construção em Salvador – atendeu a reivindicação dos agricultores (ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA, 2009).

Mas, ainda na década de 1980, a APAEB deparou-se com o dilema entre ser uma associação responsável por manter a luta social dos agricultores do município de Valente ou uma empresa, cuja responsabilidade seria viabilizar a atividade econômica local por meio da criação de Posto de Vendas para afastar a presença dos intermediários que representavam um dos principais problemas do processo de comercialização dos produtos agrícolas e ainda cuidar da gestão de empréstimos nacionais e estrangeiros. Após alguns anos, decidiu-se separar as diferentes APAEBs e cada uma passou a constituir uma pessoa jurídica.

Para se contrapor aos chefes políticos locais, fortemente alicerçados no Carlismo³⁹ e em veículos de comunicação baseados em sistemas de radiodifusão em municípios estratégicos para a região, eram exigidos de seus dirigentes coragem política e capacidade administrativa.

³⁹“Carlismo” - supremacia incontrastável do grupo político comandado pelo ex-senador e ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, respaldada em cenário reiterado desde o final dos anos 70 (DANTAS NETO, 2003).

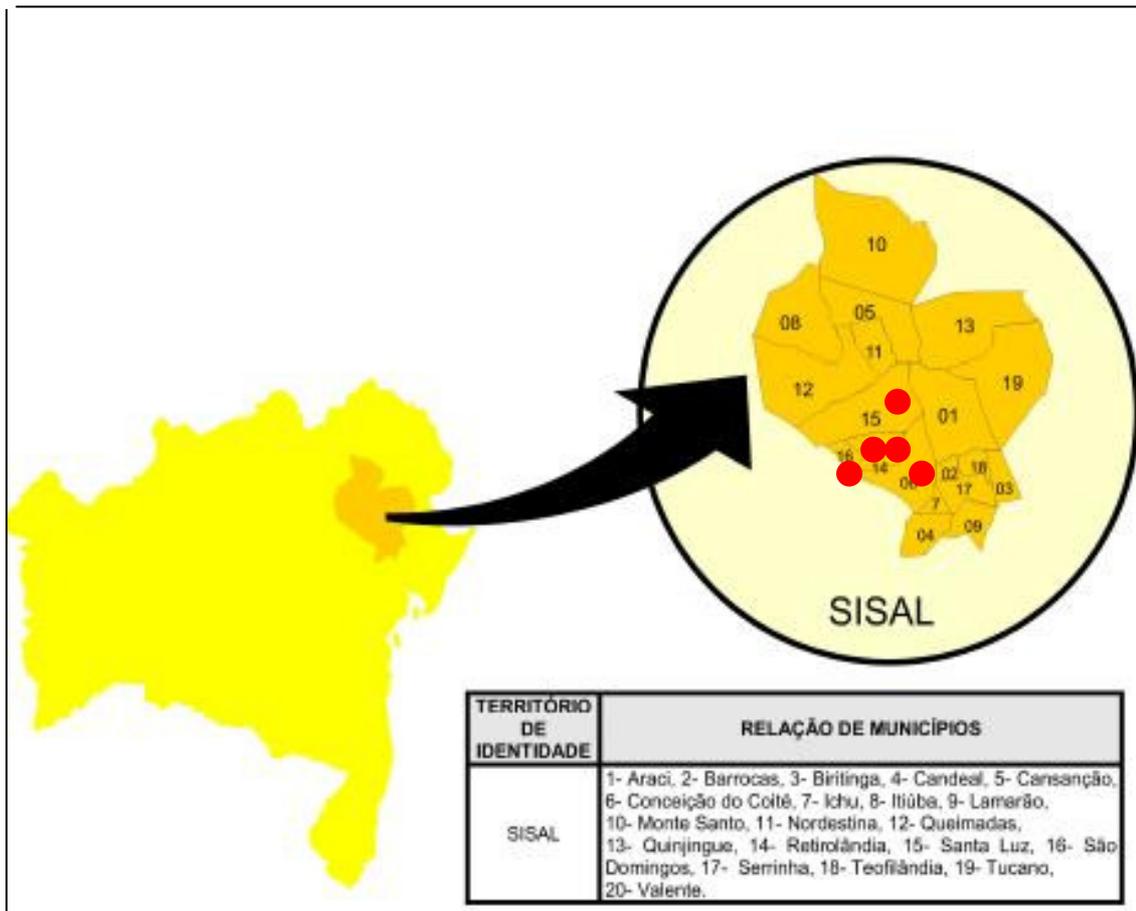
A partir da década de 1990, muitas das lideranças da APAEB estavam filiadas a partidos de esquerda e outros mais de centro, e participando da disputa política no município como estratégia de influenciar na aplicação das políticas públicas no nível local, e também participar da definição de políticas no nível estadual e federal (RICCI, E., 2007, p. 103).

Hoje seu poder local é ampliado pela capilaridade de ações que a associação desenvolve no território, sobretudo em cinco municípios do território: Valente, Retirolândia, Conceição do Coité, Santaluz e São Domingos (Ver Mapa 1). O município de Valente, onde sua atuação é mais forte, é o único em que a associação atualmente se articula diretamente com os agricultores familiares, por meio do Posto de Vendas e das suas ações de educação, comunicação e esportes.

Na década de 1990, os agricultores organizados na APAEB optaram pela transformação das fibras de sisal em diversos produtos artesanais. Para gerenciar esse processo, a APAEB criou em Valente uma cooperativa de artesanato, a Cooperativa Regional de Artesãos do Sertão – COOPERAFIS, ampliando suas ações.

Valente tornou-se o pólo do Território do Sisal, muito em função da dinâmica organizacional e política praticada pela APAEB, cuja atuação no espaço intermunicipal que constitui o território é marcada até hoje pelas interferências técnicas e políticas, especialmente as concepções de suas lideranças.

Atualmente a associação vivencia problemas de gestão administrativa e financeira em sua cooperativa de artesanato e na fábrica de tapetes, além da quebra de sua hegemonia política e representativa, em razão da atuação de outras organizações locais, como o Pólo Sindical, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES Sisal e o Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal – IDR.



Mapa 1 – Municípios de influência da APAEB no Território do Sisal

Fonte: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI/BA. Disponível em: < http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_sisal.pdf > . Acesso em: 12 nov. 2009. Adaptação da autora para destacar os cinco municípios de influência das ações da APAEB no Território do Sisal.

A Figura 3 apresenta as áreas de atuação da APAEB no Território do Sisal. Suas ações no território são bastante diversificadas, envolvendo as áreas de educação, cooperativismo, comercialização, economia solidária, cultura, lazer/esportes, comunicação, pesquisa e extensão. Na figura é possível também analisar, comparativamente às estruturas de reciprocidade especificadas por Mireille Chabal (2005), a existência de relações que se estabelecem por simetria — onde há trocas ou alianças entre as partes envolvidas — ou por assimetria, neste caso a relação ocorre mediante a submissão ou dever de obrigação de uma parte à outra.



Figura 3 – Matriz de capilaridade das ações da APAEB no Território do Sisal

Fonte: Adaptação da autora a partir do Homepage da APAEB (2009) e do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (BRASIL, 2006). Algumas siglas usadas: Cooperativa Valentense de Crédito Rural Ltda (COOPERE) atualmente vinculada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICCOOB), Escola Família Agrícola (EFA).

A relação entre os dirigentes da APAEB e os agricultores familiares que fornecem a fibra de sisal para as bateadeiras comunitárias é simétrica, considerando que esses agricultores são cooperados da APAEB.

Essa relação de simetria também existe entre a APAEB e os cooperados da Cooperativa de Artesanato – COOPERAFIS, com os agricultores familiares que fornecem produtos (farinha, feijão, biscoitos e outros produtos) para o Posto de Vendas, com os associados do Clube Social Campestre (situado em Valente), com a Rádio Valentes FM (Associação Comunitária de Comunicação e Cultural Valente) — onde os dirigentes da APAEB têm assento nos Conselhos Comunitário e Consultivo da rádio —, e com a Escola Família Agrícola Avanir Cunha Lima – EFA Valente, que era administrada diretamente pela APAEB até dezembro de 2006, e atualmente uma associação, a APAEFA, é responsável por administrar a escola, mas a APAEB faz parte de seu Conselho Escolar e muitos alunos são filhos ou parentes de agricultores associados.

No que diz respeito à relação entre a APAEB e os órgãos credores internacionais, por meio de convênios ou submissão de propostas de financiamento, esta é assimétrica, uma vez que cada instituição possui suas próprias regras e as estabelece nos convênios firmados, promovendo o acompanhamento e avaliando a execução dos mesmos.

Também em relação à Cooperativa de Crédito – COOPERE a relação é de assimetria, pois a mesma é credora da associação e de seus associados. E na fábrica de tapetes e carpetes também. Idem quanto aos projetos desenvolvidos em parceria com os órgãos federais e ou estaduais de pesquisa e extensão (Embrapa, EBDA, CAR, Universidades), cuja relação é também de assimetria, considerando que, apesar do envolvimento de técnicos e lideranças da APAEB na elaboração desses projetos e na execução dos mesmos, a responsabilidade quanto à geração de tecnologias e inovações ainda é restrita a esses órgãos.

No Território do Sisal, cuja economia é eminentemente rural e em mais de 50% dos municípios a formação do Produto Interno Bruto – PIB é proveniente das atividades agropecuárias, há mais de 20 instituições que atuam na organização e formação política e sindical dos trabalhadores rurais e dos agricultores familiares nas áreas de crédito, pesquisa, assistência técnica e educação, conforme descrito no Quadro 2.

Um diagnóstico realizado por Sayago (2007b), por ocasião do início da implementação do projeto Componente 3 – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar no âmbito do programa Agrofuturo, identificou as instituições mais importantes para o Território do Sisal (Quadro 2). Essa autora cita que “o poder de organização é marcante na Região Sisaleira e tem forte presença do Pólo Sindical”.

ÁREA DE ATUAÇÃO	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Recursos financeiros	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES Sisal);
Ações políticas	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores familiares da Região Sisaleira (FATRES), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Centrais de Associações (Arco do Sertão)
Assistência técnica	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), ONGs, Sebrae
Pesquisa	Embrapa, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário e Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal (IDR)
Educação	Rede de Escolas Família Agrícola e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Políticas públicas governamentais	Prefeituras dos 20 municípios, Incra, Sebrae, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e outros 22 ministérios participantes do programa Territórios da Cidadania
Outras ações	Igreja Católica, Abraço (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias)

Quadro 2 – Relação das instituições mais importantes para o Território do Sisal e suas áreas de atuação.

Fonte: Atualização da autora a partir de Sayago (2007b).

Esses atores sociais e institucionais que atuam no território têm contribuído para a sua reorganização e o seu desenvolvimento rural sustentável, interferindo principalmente quanto às formas de convivência da propriedade produtiva com a seca, a partir da diversificação da base produtiva e de tecnologias adequadas às condições naturais da região, bem como na formatação dos poderes estabelecidos no local sendo, portanto, também analisados nesta Dissertação.

Durante toda década de 80 o projeto político na região resumiu-se à consolidação da APAEB em alguns municípios e à conquista dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em outros. É quando surgem, com o propósito de fortalecer o movimento sindical, os Pólos Sindicais Regionais, com destaque para a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES), com sede em Valente. Nos primeiros anos de 1990 surge, em Valente, o cooperativismo de crédito voltado para a agricultura familiar, o que foi seguido posteriormente por outros Municípios: Serrinha, Araci, Santaluz, etc. (BRASIL, 2006, p. 52).

A partir de 1995, na medida em que o Estado fechava as agências dos Bancos do Brasil nos pequenos municípios isolados ou as do Banco do Estado da Bahia – BANEB, no processo de redução dos gastos públicos, as cooperativas foram sendo criadas na região de Valente em torno de um projeto de desenvolvimento local baseado na reconversão da

produção de sisal (SABOURIN, 2009, p. 86).

Outra organização que atua no território é o Movimento de Organização Comunitária – MOC, que nasceu na década de 1960 da articulação entre as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e as comunidades rurais do semiárido baiano para a retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que se encontrava sob o controle patronal.

O sindicato foi inicialmente o instrumento de luta política pela valorização dos produtos dos agricultores familiares e de denúncia das mutilações sofridas durante o desfibramento do sisal. Com o passar dos anos o MOC, que se consolidou a partir de ações assistencialistas com mediação da Federação de Órgãos para a Assistência Social – FASE e coordenação da pastoral diocesana de Feira de Santana rompeu com a Diocese e partiu para promover ações de organização emancipatórias, visando à organização comunitária e as ações políticas de combate à exclusão social.

Trabalhar a informação por meio de ações comunicativas tem sido uma das linhas de atuação mais fortes do MOC para a mobilização de jovens rurais e para a integração dos agricultores familiares. Para consolidar e perenizar a comunicação, a organização passou a acompanhar de perto o crescimento da radiodifusão comunitária na região.

Desde 1997, as rádios comunitárias começaram a ganhar destaque nos municípios que compõem o território, principalmente na difusão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Ação que, em 2004, resultou na criação da Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro – Abraço Sisal. Desde então, o MOC tem dado apoio, capacitação e assessoramento aos parceiros e integra, desde 2005, a rede de divulgação do programa radiofônico da Embrapa Prosa Rural.

A Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal – FATRES é outro exemplo de organização com poder local estabelecido. Criada em 1996 como uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza beneficente e considerada de utilidade pública municipal e estadual tem direcionado sua atuação para o fortalecimento das organizações dos agricultores familiares e de suas articulações com outros movimentos sociais, constituindo o Pólo Sindical. E tem também forte atuação na promoção e acompanhamento de projetos de convivência com o semiárido e de assistência técnica.

Nos anos 2000, a FATRES passou a atuar de forma pontual na qualificação de lideranças que possam se articular e negociar com as representações das três esferas governamentais para a implementação de ações que visem o desenvolvimento sustentável do território.

Em 2004, os segmentos organizados da região contribuíram decisivamente para a criação do Território do Sisal, com a formalização do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES Sisal. Esta forma moderna de organização, juridicamente reconhecida pelo Estado é um elemento fundamental no Brasil, onde não existe unidade administrativa menor que o município (SABOURIN, 2009, p. 101).

O CODES Sisal congrega as representações da sociedade civil e do poder público, como instrumento de formulação e de implementação de políticas públicas, a partir da ação coletiva das diversas entidades da sociedade civil no território e em torno de um mesmo projeto político de desenvolvimento territorial rural sustentável, quebrando, de certa forma, a hegemonia política exercida até então pela APAEB.

2.8 CONCLUSÃO

O desenvolvimento territorial rural sustentável tratado neste trabalho é aquele que privilegia a gestão social nas decisões e no controle referentes às políticas públicas nacionais adaptadas à realidade local para o alcance da governabilidade democrática, da autonomia e participação social, da preservação ambiental e da viabilidade econômica do espaço territorial rural.

Uma política de desenvolvimento territorial rural sustentável para o Brasil deve ter entre seus princípios uma forma de planejamento inovadora, executada por meio da horizontalidade e da gestão dos territórios rurais, baseada na construção de parcerias entre todos os atores coletivos e públicos para a definição conjunta de responsabilidades e de tomada de decisões em torno de objetivos comuns.

Por isso, o desenvolvimento rural sustentável, dentro de uma abordagem territorial, depende do reconhecimento das diversidades territoriais, da organização social e da concertação entre os diversos atores presentes no território, em torno de projetos comuns que contribuam para um processo de desenvolvimento sustentável, mas que não exime o Estado de sua atuação direta.

Para que esse processo tenha o sucesso desejado é necessário inicialmente que exista de fato um projeto comum entre os setores envolvidos nos territórios. Além disso, é fundamental que o papel do Estado não se limite à função de apoiador nos espaços territoriais, mediante alocação de recursos e prestação de serviços que objetivem capacitar às competências locais. O papel do Estado deve ser o de adaptar suas políticas nacionais à realidade local e compartilhar o processo de decisão referente a essas políticas com os poderes governamentais e os atores locais.

O surgimento de novos atores sociais no cenário político do desenvolvimento local, nas últimas três décadas, não tem alterado completamente as relações de poder. A realidade tem demonstrado que as organizações desses atores, como associações, cooperativas, sindicatos, mantêm uma postura mais reivindicatória junto ao Estado, ao invés de buscar uma concertação social que conduza à sua participação no processo de definição, elaboração, administração e controle das políticas de saúde, de concessão de crédito, de garantia de preços, de transporte e educação, entre outras.

Muitas dessas organizações sociais do campo ganharam força em razão do desengajamento do Estado nacional de diversos apoios diretos: produção, comercialização, assistência técnica e extensão rural, comercialização, principalmente para a agricultura familiar. E tendem a substituir o Estado e seus serviços atraídos pelo novo poder.

A atuação da APAEB no Território do Sisal, conforme demonstrado na Figura 3, apresenta relações simétricas e assimétricas de atuação, junto aos seus associados, cooperados e demais instituições. Essas relações têm reforçado o poder exercido pela associação em diversas áreas da dinâmica social, organizacional e política do Território do Sisal. Mas essas dinâmicas nem sempre refletem as necessidades e expectativas dos associados, cooperados e agricultores familiares vinculados à APAEB, os quais deveriam ser os principais beneficiados das ações da Associação. E, devido à expansão de suas ações nos municípios da região nos últimos anos, a APAEB tende a reproduzir as práticas política e social comuns às elites que sempre dominaram o nordeste brasileiro.

Exemplo dessa tentativa pode ser observado a partir de depoimentos de lideranças de outros movimentos sociais locais, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares – STRAFs, Centrais de Desenvolvimento das Associações – CDAs, MOC e outras que também compõem o CODES Sisal, os quais argumentam que a maioria dos projetos propostos nas reuniões do fórum e seus respectivos recursos financeiros destinam-se a atender as áreas de atuação e/ou domínio da APAEB.

Apesar da existência de diversos atores sociais, individuais e institucionais no Território do Sisal, de suas ações pontuais e sistemáticas e das políticas governamentais para a reorganização do espaço local, ainda predomina no território a velha estrutura social e agrária do Nordeste brasileiro, na qual muitos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária continuam excluídos do processo de desenvolvimento sustentável.

Em certa medida, existe um processo de acomodação dos agricultores ao domínio político exercido pela APAEB, embora este venha, aos poucos, sendo minimizado tanto pelo surgimento e atuação de novas organizações sociais no território, a exemplo do pólo Sindical criado em 2004, quanto pela crise que a associação vivencia atualmente em sua gestão e cujos impactos são sentidos pelos cooperados, associados e agricultores em geral.

3 O TERRITÓRIO DO SISAL: DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

[...] Anunciar a esperança
levar a informação
Propor um modelo novo
Que integre a vida do povo
Com poder de decisão

Poema 15 anos do Grito dos Excluídos (2009)

3.1 INTRODUÇÃO

É sob a nova realidade do rural apresentada no capítulo anterior que surge o conceito de territorialidade. Esse conceito vincula-se ao atendimento das necessidades básicas dessa nova ruralidade, à construção de novas institucionalidades para o exercício da democracia participativa, à articulação entre políticas públicas sob um enfoque intersetorial e à superação da visão estritamente municipalista (ALVES, 2002).

As questões territoriais como serão abordadas neste capítulo são bastante complexas e os conceitos de território⁴⁰ apresentam significados diferentes e muitas vezes complementares, inclusive no âmbito governamental. Mas, a utilização de um determinado conceito, como indica Walter Isard (1969), deve ser sempre associada aos objetivos e propósitos do interessado e à natureza do problema tratado.

O foco deste capítulo é analisar a abordagem territorial do desenvolvimento adotada pioneiramente desde 2002 pelo Estado da Bahia como um instrumento de planejamento público e sua relação com a estratégia de desenvolvimento territorial rural sustentável adotada pelo governo federal, a qual deu origem a um conjunto de arranjos socioprodutivos intermunicipais relacionados por laços de identidade comum e compartilhados pelos atores locais.

⁴⁰ Cada autor, dependendo de suas concepções teórico-metodológicas e de sua linha de trabalho, dá ênfase a alguns aspectos do território, seja econômico, cultural, político ou a interação entre esses fatores. Assim, para Paul Little (2002) o território, do ponto de vista da antropologia, surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social e implica em um produto histórico de processos sociais e políticos. Enquanto o geógrafo brasileiro Milton Santos (2002) lembra que hoje território apresenta novos recortes além da categoria região, por isso esse autor caracteriza o território a partir de uma abordagem política, mas ressalta a importância do entrelaçamento desse aspecto com outros como os sociais, econômicos e culturais em virtude de estarem vinculados aos aspectos de produção e reprodução do trabalho e do exercício do poder.

Para compreender a abordagem territorial do desenvolvimento, esta Dissertação trabalha com o conceito do ideal de território de Abramovay (1998) — baseado na noção de um espaço constituído por relações políticas, econômicas e sociais que se estabelecem mediante ações estratégicas de atores políticos e culturais —, e o conceito de Andrade (1995), para quem território deve estar relacionado à idéia de gestão coletiva de uma área onde se constrói a identidade de um grupo social. Esses conceitos, que configuram o território como um espaço de poder, foram adotados pelo MDA em sua estratégia para a política de desenvolvimento rural sustentável, implementada por intermédio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR e inserida no Plano Plurianual 2004-2007.

A inserção dessa abordagem territorial na estratégia de desenvolvimento rural sustentável implementada pelo governo, a partir de 2003, ocorreu sob a concepção de que é necessária a articulação entre os municípios para se pensar o desenvolvimento territorial rural, deslocando o foco da análise dos problemas e soluções individuais dos municípios para um espaço mais amplo, intermunicipal.

Esses arranjos intermunicipais, que representam os territórios, nos quais os processos se combinam em torno de um objetivo comum envolvem um conjunto de municípios que guardam proximidade geográfica e identidades entre si socioculturais, ambientais e quanto às atividades econômicas, tais como sistemas de produção, atividades comerciais e serviços (BONNAL, 2008) e representam elementos aglutinadores e promotores de desenvolvimento sustentável.

É dentro desses arranjos, caracterizados como territórios de identidade, que se insere o Território do Sisal, situado no semiárido baiano (Ver Mapa 5, p. 86) e local do estudo de caso desta pesquisa. Dessa forma, neste capítulo também será analisado o histórico e as principais características desse território.

3.2 OS TERRITÓRIOS RURAIS DE IDENTIDADE: UM ARRANJO DE UNIDADES REFERÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA

Desde 2003, as principais estratégias do governo federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável são as políticas que reorientam o enfoque territorial da ruralidade. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT coordenada pelo principal órgão de políticas públicas para o meio rural no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tem adotado a abordagem territorial como eixo central e foco de sua atuação. E justifica a adoção desse enfoque em quatro aspectos:

O primeiro é que o rural não se resume ao agrícola. O que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais, o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, menor densidade populacional e maior peso dos fatores naturais. O segundo, considera que a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais. O terceiro aspecto é que na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas. E último avalia que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento e uma visão de futuro. (BRASIL, 2005a, p. 8).

Essa iniciativa de planejamento territorial do MDA, como lembra Guanzioli (2006), também se expande a outros ministérios, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Social com os Consads, do Ministério da Integração Nacional com os Promesos⁴¹ e do Ministério do Meio Ambiente com seus programas para a Bacia do Rio São Francisco (Revitalização e o Plano da Bacia Hidrográfica)⁴² no âmbito da Agenda 21.

Apesar da diversidade na natureza desses territórios, pois cada ministério apresenta seu próprio recorte territorial, alguns apresentam entendimentos que se aproximam de maneira mais significativa, pois “todos esses entendem que o território é uma construção social que passa, necessariamente, pela formação e consolidação de um capital social⁴³” (COUTO FILHO, 2007, p. 154). Esse autor lembra também que o modelo de desenvolvimento presente em cada abordagem varia em função dos objetivos dos respectivos ministérios, que nos exemplos citados se relacionam à segurança alimentar, agricultura familiar, preservação ambiental, geração de ocupações.

Em 2003, quando iniciou o debate sobre a organização e a regionalização dos territórios rurais, o MDA contou com a participação do Ministério da Integração Nacional – MIN, que é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Mas este último, segundo Perico (2009, p. 69-70), tem orientado programas e projetos voltados para as subregiões e mesorregiões — caso dos Promesos, especialmente as mais pobres e deprimidas economicamente, adotando uma concepção na qual considera desenvolvimento regional como equivalente à territorial.

⁴¹ Promesos - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), busca a redução das desigualdades regionais e atua a partir de dois eixos principais: a organização social e a ativação econômica (BRASIL, 2009a).

⁴² O programa de Revitalização visa recuperar o meio ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em função de ações desordenadas sobre os recursos naturais contidos na bacia do rio. E o Plano da Bacia tem como visão o valor da água para o abastecimento humano, uso industrial e outros usos não consultivos (PERICO, 2009).

⁴³ Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1985), pioneiro no uso corrente do conceito de capital social, este é a soma de recursos existentes ou potenciais ligados à posse de uma rede de relações duráveis ou de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecidos ou reconhecimentos mútuos.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente – MMA, as ações que estão mais diretamente ligadas ao enfoque territorial adotam espaços territoriais já delimitados, este é o caso do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ambos no âmbito da Agenda 21. Nessas ações, o MMA procura aplicar critérios próprios dos territórios de identidade⁴⁴ para os recortes e os espaços distintos da bacia (PERICO, 2009, p. 72), mas o que importa nesse processo é o envolvimento dos diferentes atores sociais em torno de um planejamento estratégico fundamentado no marco da sustentabilidade.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS adotou desde 2003 uma estratégia, no âmbito do Programa Fome Zero, para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais brasileiras em territórios rurais deprimidos, tendo como foco o desenvolvimento territorial de municípios rurais por meio da constituição de arranjos institucionais intermunicipais, que são os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consads. A concepção dos Consads está em grande parte, segundo ORTEGA (2007):

Assentada na noção de desenvolvimento local, tendo como ação norteadora a busca da segurança alimentar, que seria alcançada não só mediante políticas e ações compensatórias, mas também por meio da busca de uma dinamização econômica dos territórios atendidos. (ORTEGA, 2007, p. 10).

Enquanto a intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário consiste em promover o desenvolvimento territorial a partir de práticas de democracia participativa, que incluam todos os setores envolvidos na elaboração e apropriação de um projeto comum de desenvolvimento territorial sustentável.

O objetivo central do MDA é encontrar uma melhor articulação entre as políticas públicas das três esferas de governo com as associações da sociedade civil. Essa articulação deve ser feita em torno de territórios onde predominem agricultores familiares, comunidades tradicionais, beneficiários da reforma agrária e categorias sociais organizadas legitimadoras do território (BRASIL, 2005b). Mas, até o momento, a prioridade da agenda territorial desse ministério tem sido para projetos de apoio à agricultura familiar (SABOURIN, 2009, p. 160).

Uma breve comparação entre os programas de desenvolvimento territorial em execução por esses ministérios indica que, embora tenham como objetivo final ampliar as capacidades institucionais e humanas e os espaços de cooperação e de autogestão dos territórios rurais, esses programas destinam-se à inserção de diferentes territórios. Os Consads do MDS, por exemplo, visam os territórios desprovidos de bases econômica e

⁴⁴ Territórios de Identidade – conjunto de municípios unidos pelas mesmas características sociais, culturais, econômicas e ambientais, e com forte coesão social (BRASIL, 2005a).

social, enquanto o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do MDA prioriza aqueles que possuem maior organização social, de forma a promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais.

A partir desses aspectos compreende-se que os territórios rurais propostos são arranjos socioprodutivos intermunicipais que incorporam as noções de coletividade e gestão social, constituindo-se em espaços ampliados de poder.

Para Andrade (1995) é preciso evitar equívocos, e não confundir território apenas com o conceito de espaço ou lugar, estando sua definição mais ligada à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim deve-se ligar sempre a noção de território à idéia de poder, seja público ou estatal.

Segundo Abramovay (1998), o segredo da abordagem territorial está na valorização do tecido social pela ação pública, que exige cooperação entre os atores para que consigam implantar um conjunto de bens públicos capazes de valorizar talentos, inteligência, tradições e capacidade de inovação no território.

E Santos (2002) destaca o aspecto da identidade como necessário para a construção do sentimento de pertencimento dos atores territoriais que, associada aos objetivos específicos e estratégicos, pode redefinir o território, a partir de suas intenções particulares em cada contexto histórico e espacial.

A partir dos conceitos acima descritos, a ideia de território trabalhada nesta Dissertação é a que incorpora as noções de coletividade, identidade, união de forças e de gestão social em torno de políticas públicas e de um projeto comum de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Os territórios rurais foram instituídos a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, em 2003, e representou uma reorientação das políticas de desenvolvimento rural, que em linhas gerais convergem no sentido da implementação de ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável – 1º PNDRS, idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF⁴⁵ (ORTEGA, 2007, p. 18-19).

Para por em prática sua estratégia, a SDT passou a definir e gerenciar a modalidade do Pronaf infraestrutura e serviços municipais, associado ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR com o objetivo de fomentar ações de suporte aos atores locais e integrar políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

⁴⁵ O Decreto nº. 4.854 de 8 de outubro de 2003 institui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF como órgão colegiado integrante do MDA (SAYAGO, 2007a).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial iniciou suas ações nos Estados aproveitando as estruturas já existentes, como os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e Sustentável e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS (ORTEGA, 2007, p. 19).

Como nos lembra Sayago (2007a), os conselhos municipais e estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRs e CEDRs foram criados na década de 1990 como uma condição para atender às exigências legais do repasse de verbas públicas, em especial do Pronaf infraestrutura e serviços. Apesar de representarem canais para a participação direta dos diferentes atores, esses conselhos⁴⁶ não tinham autonomia para agir e intervir nas políticas públicas locais e nacionais, pois sua atuação era consultiva, tendo papel de decisão apenas sobre o uso de recursos.

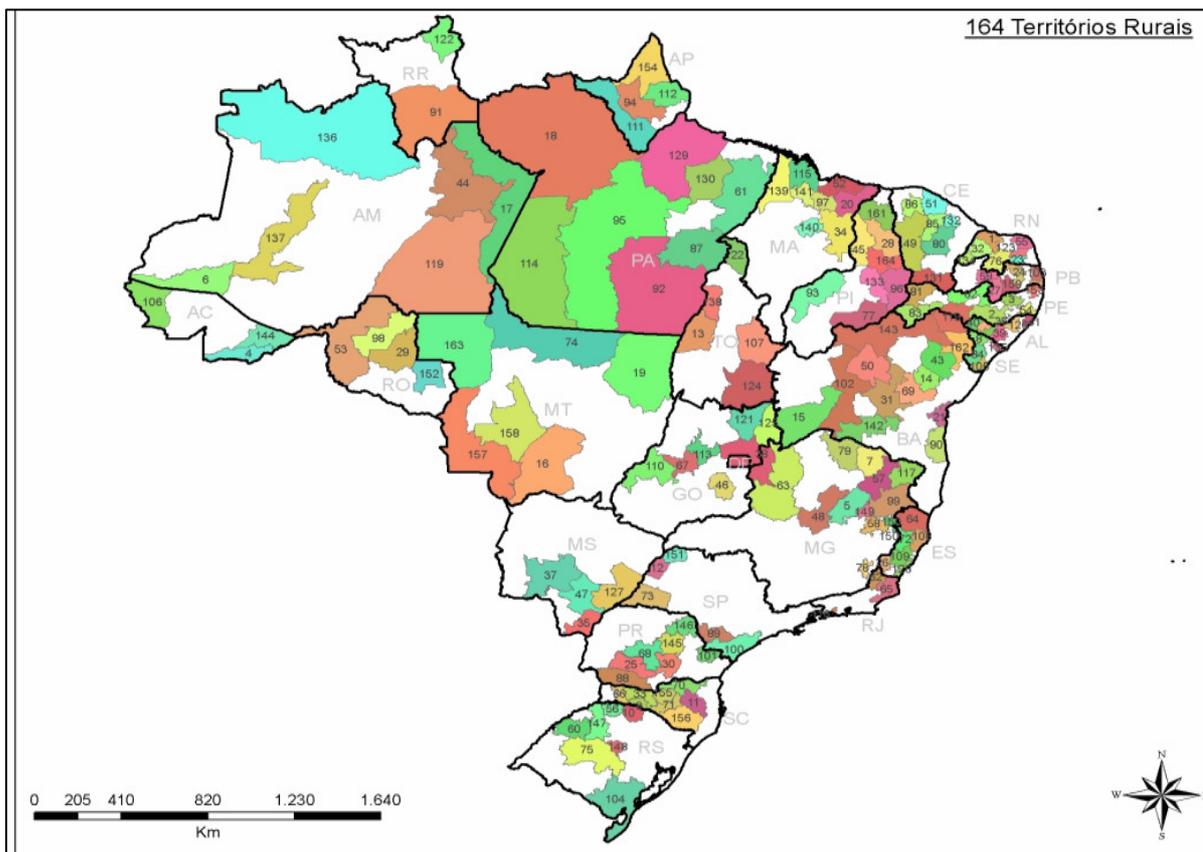
Com a constituição dos territórios rurais, novas institucionalidades como os colegiados e fóruns territoriais foram criados para atuar dentro de uma visão de promoção do desenvolvimento sustentável do conjunto de municípios que integram esses territórios e da gestão social – baseada na capacidade dos atores sociais, institucionais e agricultores atuarem na definição e execução das políticas prioritárias para esses arranjos intermunicipais. No entanto, ainda é necessário investir na capacitação desses atores e agricultores que participam desses colegiados, no fortalecimento da gestão social e na consolidação das novas institucionalidades, conforme previsto na implantação do PDSTR⁴⁷, como forma de evitar que esses colegiados sofram as fragilidades vivenciadas pelos CMDRs e CEDRs.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais identificou 450 aglomerados municipais no País com características rurais⁴⁸, 20 com características urbanas e 80 como intermediários e, até 2008, 164 territórios rurais foram consolidados pelo MDA (Ver Mapa 2), cobrindo todos os Estados brasileiros. Entre maio de 2008 e 2009, desse total de territórios, 120 passaram a compor o Programa Territórios da Cidadania, conforme já comentado no Capítulo II.

⁴⁶ Para melhor análise sobre o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ver Duarte e Sayago (2006).

⁴⁷ A implementação do PDSTR prevê um período de 15 anos, divididos em três fases de cinco anos cada, envolvendo desde a mobilização e capacitação dos atores sociais, passando pelo fortalecimento das institucionalidades territoriais e consolidação da gestão social, até chegar à formalização de parcerias externas, participação em redes e cooperação internacional (BRASIL, 2005b).

⁴⁸ Para essa caracterização, o MDA adotou a metodologia proposta por Veiga (2002), que tem como critérios de ruralidade o tamanho populacional do município, sua localização e densidade demográfica, sendo os municípios rurais aqueles com população média de até 50 mil habitantes, densidade populacional acima de 80 habitantes/km², Índice de Desenvolvimento Humano – IDH inferior a 0,6 e maior concentração do público específico do ministério como as organizações sociais, agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. (Ibid.).



Mapa 2 – Relação dos Territórios Rurais consolidados, até 2008, pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT/MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.sit.mda.gov.br/territorio>>. Acesso em: 2 mai. 2009.

Em 2003, primeiro ano de implementação dessa estratégia territorial, foram selecionados e homologados um total de 40 territórios rurais, abrangendo cerca de 800 municípios. Em 2004, cobrindo todos os Estados da Federação, foram agregados mais 50 territórios rurais, alcançando 1.500 municípios e, até 2008, mais 74 territórios rurais foram consolidados abrangendo 2.500 municípios, correspondendo a 44,93% dos municípios brasileiros, conforme apresentado no Mapa 2.

Esses arranjos socioprodutivos compõem um conjunto de municípios, em média de 10 a 20, vinculados por proximidade geográfica e por identidade social, cultural, ambiental ou econômica — como produção, serviços e comércio. Assim, como ressalta Buainain (2006), o território não se define apenas pela jurisdicionalidade sobre uma região, e sim pela convergência de interesses em torno de aspectos comuns.

Para que esses territórios rurais de identidade sejam instituídos e recebam os recursos e iniciativas públicas necessárias é preciso que constituam novas institucionalidades ou arranjos coletivos na forma de um Colegiado ou Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esses colegiados contam com a participação das três esferas de governo — federal/estadual/municipal —, e de representações não governamentais do território.

É essa nova institucionalidade ou arranjo coletivo que deve, de forma deliberativa, elaborar e executar as ações do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, contendo as prioridades do respectivo território (BRASIL, 2005a), o que exige a busca de consensos em espaços que ainda estão em disputa, principalmente em áreas como a do Sisal, onde a interação entre os movimentos sociais e as administrações públicas locais ainda são tênues.

3.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO ESTADO DA BAHIA

Até 2002, a política territorial adotada pelo Estado da Bahia teve por base um modelo de gerenciamento pautado nos moldes modernizadores, com vistas a potencializar os espaços rurais e urbanos mais produtivos, investindo na infra-estrutura técnica, científica, e informacional de núcleos com localização estratégica, a exemplo dos pólos de irrigação em Juazeiro e petroquímico de Camaçari.

Esse modelo de gestão resultou em um desenvolvimento setorializado, que dividiu o espaço territorial em eixos onde apenas alguns foram privilegiados, agravando as diferenças socioeconômicas entre municípios e gerando graves problemas de cunho social e econômico (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2004, p. 112).

A reorganização territorial no Estado da Bahia teve início, de forma pioneira no Brasil, ainda em 2002, com o objetivo principal de minimizar as diferenças no cenário socioeconômico baiano e, com isso, promover uma política de participação mais igualitária e menos segregada.

A base dessa reorganização estava no estudo de territorialização realizado entre 2002/2003 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI/BA, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado, a partir do Projeto de Cooperação Técnica entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que compreendeu a identificação e classificação de territórios ou projetos territoriais no Estado. Assim:

Na Bahia, a escala territorial representa desde 2002 um instrumento de planejamento público, que se atualiza no tempo e permite pensar desenvolvimento regional não a partir dos municípios, mas com base em um projeto político supramunicipal, que fundamenta um processo de legitimação social. (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2004, p. 114).

Com a criação em 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, encarregada de implantar novas abordagens do desenvolvimento rural sob a orientação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Agricultura Familiar – Condraf, e implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, atual PDSTR, o Estado da Bahia adotou a organização de territórios rurais como instrumento de planejamento e execução de sua política de desenvolvimento rural.

Inicialmente, conforme previsto no PDSTR, foram desenvolvidas ações de mobilização, capacitação e organização de territórios e uma fase seguinte baseada na promoção da integração de políticas públicas. De acordo com Couto Filho (2007), neste mesmo período, vários atores sociais e entidades foram mobilizados e motivados a apresentar propostas, contribuindo para a construção de territórios aderentes à multifacetada realidade intra-estadual, e a um elevado grau de legitimidade. Esse autor ressalta que:

A relação de iniciativas apresentadas resulta de levantamentos locais, em consultas com lideranças formadas em torno de reivindicações e ações que surgem de intenções de valorizar patrimônios e diversificar atividades. O foco da relação de projetos coloca-se naqueles empreendimentos com maior capacidade de se consolidarem e operarem com maior participação de grupos de municípios. [] Um projeto territorial é essencialmente político, envolvendo atores e instituições locais que não necessariamente defende os mesmos grupos, interesses e ideias, mas trabalham de forma articulada, buscando consensos em torno de um tipo de desenvolvimento. [] Para serem considerados territoriais, os projetos ultrapassam os limites municipais e não se restringem a uma única atividade/ação. (COUTO FILHO, 2007, p. 101; 104).

Uma das atividades definidas pelos atores e instituições foi um mapeamento para a identificação dos territórios rurais da Bahia. O governo estadual tomou como base para esse mapeamento o estudo realizado entre 2002/2003 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI/BA.

O objetivo do mapeamento foi ter um instrumento metodológico para direcionar racionalmente a aplicação dos recursos públicos: na agricultura familiar, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e nos consórcios institucionais intermunicipais e comitês de bacias hidrográficas, entre outros, para estruturar as ações de combate à fome e planejar de forma participativa os programas municipais de segurança

alimentar, na perspectiva de geração de renda e do desenvolvimento rural, conforme as diretrizes das políticas sociais do governo do Presidente Lula (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2004).

O Estado da Bahia possui 417 municípios, desses 343 municípios têm características rurais, correspondendo a 82% do total, dos quais 206 (60,01% do total) são considerados como municípios rurais deprimidos; 90 municípios rurais (26,24% do total) como transitórios e 47 municípios rurais (13,75% do total) como dinâmicos (COUTO FILHO, 2007, p. 103).

O mapeamento realizado no estudo da SEI (2004) identificou 41 projetos territoriais, dos quais 19 foram classificados como consolidados e 22 como emergentes. Para cada projeto territorial classificado como consolidado foram atribuídas notas alta, média e baixa para critérios como: 1) o território deve ter sustentabilidade social, política, econômica e ambiental; 2) as instituições do território devem priorizar o atendimento às categorias sociais mais fragilizadas; 3) no território devem predominar ações e atividades nos municípios rurais deprimidos; e 4) deve haver consistência das ações e atividades futuras no projeto territorial. A partir daí, o estudo classificou esses projetos consolidados em prioritários (8), potenciais (7) e não prioritários (4). Essa classificação indicava maior ou menor prioridade na execução das políticas públicas em cada território.

Conforme a metodologia adotada no estudo 2002-2003 da SEI, os projetos territoriais que apresentaram ações e atividades já em curso — planejadas e executadas de forma contínua e permanente, com resultados visíveis, possuindo uma trajetória histórica e uma articulação institucional atuante e bem definida — eram considerados territórios consolidados. Aqueles cujo projeto político de desenvolvimento estava em estágio inicial de execução: as articulações institucionais eram tênues e dispersas, não configurando uma atuação conjunta e estruturada, foram considerados territórios emergentes.

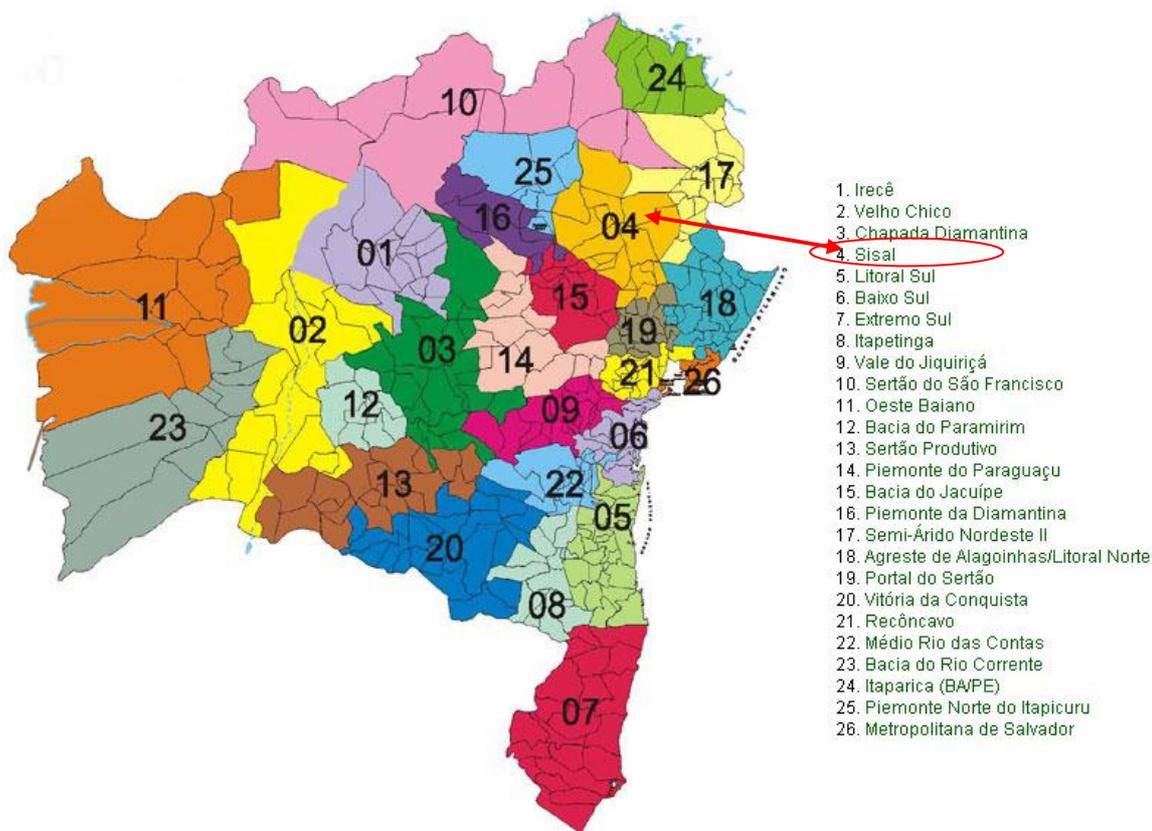
O Território do Sisal, que será discutido ainda nesse capítulo, foi identificado pelo estudo da SEI/BA como um projeto territorial consolidado prioritário. No estudo, o território foi inicialmente denominado como Território APAEB Valente, pois sua origem estava associada à forte influência de organizações sociais, a exemplo da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente – APAEB Valente⁴⁹ já citada no Capítulo II, que atuam buscando conscientizar, mobilizar, organizar e capacitar os agricultores familiares que são as categorias legitimadoras do território.

⁴⁹ Atualmente denominada de Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB.

No Estado da Bahia outras ações contribuíram para o processo de identificação e organização dos territórios rurais, entre elas destacam-se as iniciativas das organizações da sociedade civil – os movimentos sociais e órgãos do poder público estadual e federal –, que resultaram na criação da Coordenação Estadual dos Territórios – CET, cuja finalidade é articular os territórios rurais em diversas regiões do estado.

A partir do trabalho da CET foi possível homologar os 26 territórios rurais que foram instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Mapa 3) nos 564 mil Km² que compõem o Estado da Bahia (OLALDE; OLIVEIRA; QUAN, 2008).

Em 2007, com a mudança política na administração do governo estadual da Bahia, novas orientações foram adotadas, incorporando e priorizando em suas estratégias de planejamento de recorte territorial a noção de identidade simbólica e social, que resultaram na configuração dos territórios rurais em territórios de identidade, por apresentarem características como traços sociais, culturais ambientais e atividades econômicas que são comuns aos municípios que os constituem.

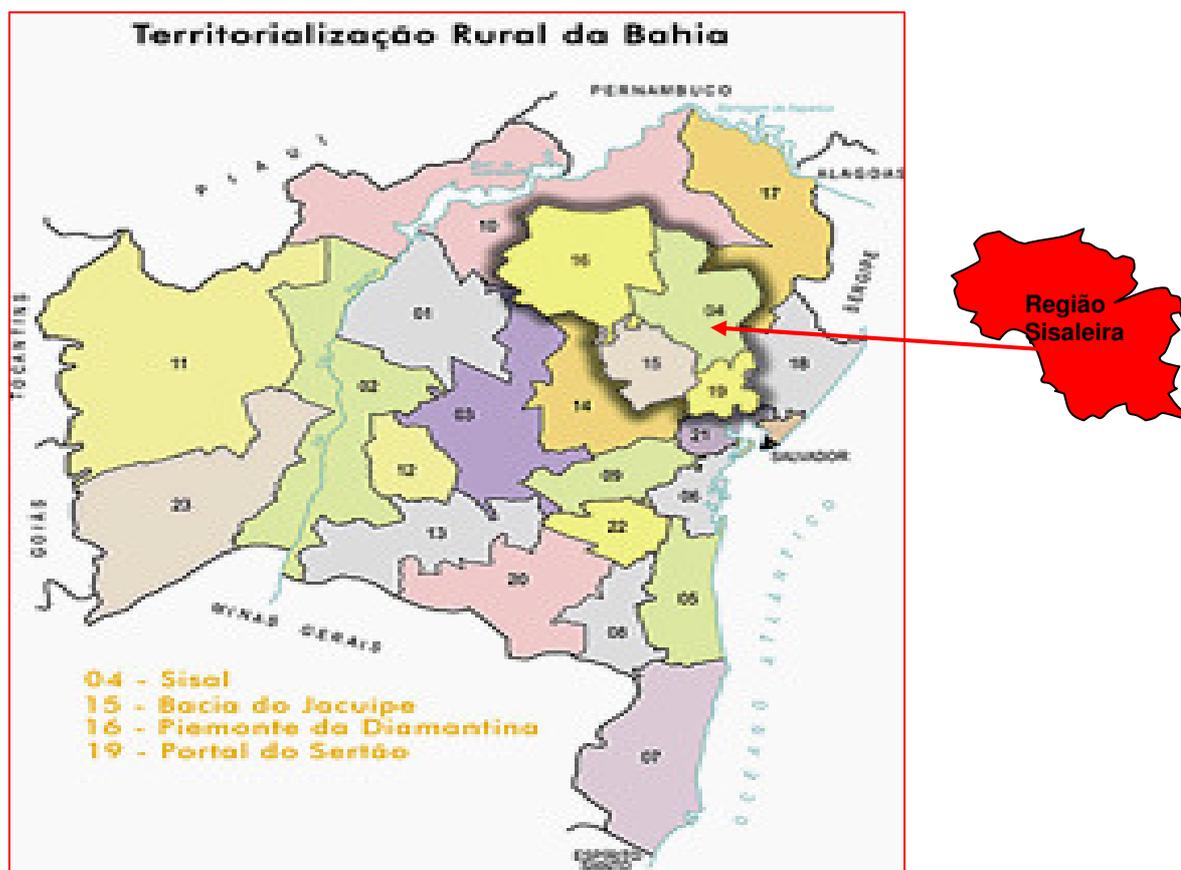


MAPA 3 – Territorialização Rural na Bahia 2006 – Localização dos 26 Territórios Rurais

Fonte: Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI/BA, 2008. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_territorios_identidade.asp> Acesso em: 12 nov. 2009. Adaptação da autora para destacar o Território do Sisal – 04.

3.4 DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DO SISAL

A chamada Região Sisaleira⁵⁰ é assim denominada em razão de ser sua principal atividade econômica a extração do sisal (*Agave sisalana*⁵¹), planta oriunda do México e que produz uma fibra resistente para a fabricação de cordas, tapetes, mantas e artesanato. A região situa-se no semiárido baiano (Mapa 4) e teve sua ocupação, a partir da década de 1930, marcada por grandes latifúndios para a pecuária extensiva estimulada por importantes políticas rurais desde o Estado Novo, que fincou o embrião do latifúndio no nordeste baiano (ALCOFORADO, 2003, p. 320).



Mapa 4 – Localização da Região Sisaleira Baiana

Fonte: Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI/BA. Disponível em: < <http://www.seagri.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2009. Adaptação da autora para destacar a região sisaleira no mapa de territorialização rural da Bahia.

⁵⁰ A região sisaleira é composta de 27 municípios que integram três regiões econômicas do Estado da Bahia: Nordeste, Piemonte da Diamantina e Paraguaçu (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 1995).

⁵¹ A espécie *Agave sisalana* é a de maior predominância, mas existe também a cultivar agave híbrido 11648, resultante do cruzamento entre a *Agave angustifolia* x *Agave amaniensis*, mais vantajosa para a produção de fibra (SILVA, O., 1999).

A estrutura fundiária da região ainda se caracteriza pela concentração de grandes latifúndios e diversos minifúndios, onde predomina a relação de mão de obra familiar. Além disso, existe grande desequilíbrio nas relações capital-trabalho, pois sua economia está baseada na exploração máxima do trabalho e do lucro obtido pelo comerciante de sisal, enquanto a maioria dos pequenos produtores da cultura obtém apenas o mínimo necessário para sobreviverem (RICCI, E., 2007, p. 78).

A introdução do sisal na Bahia remonta ao início do século XX (1903), mas sua expansão como cultura de importância econômica foi estimulada entre o final da década de 1930 e início de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, quando houve aumento da procura pela fibra natural para a indústria naval e a cultura surgiu como alternativa de sobrevivência do sertanejo, atingindo grande importância econômica no Estado da Bahia a partir da década de 1950.

Municípios como Araci criado em 1956, Valente criado em 1958 e Ichu criado em 1962, surgiram na medida em que a exploração comercial do sisal se intensificou baseada nos latifúndios, que ergueram no sertão baiano uma das principais características das sociedades desiguais e funcionaram como barreira ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar (MENDONÇA, 2009, p. 128).

Mas, nos anos 70, quando a agricultura sisaleira chegou ao auge de sua produção, a produtividade entrou em declínio em razão do envelhecimento das plantações de sisal, provocando o processo de migração de agricultores para os diversos centros urbanos do país, sem que o governo baiano tenha adotado meios para assegurar a manutenção desses agricultores na região.

Na década de 1980, a demanda por fibra de sisal caiu devido à concorrência com as fibras sintéticas, exigindo medidas urgentes dos órgãos e setores vinculados à cultura para evitar uma crise maior na principal atividade econômica do semiárido baiano e a que mais empregava mão de obra assalariada. Em razão da crise fiscal da época e dos cortes nos subsídios para a agricultura, que formavam os mecanismos de apoio do estado ao setor agroindustrial brasileiro, a cultura do sisal deixou de ser prioridade nos programas governamentais.

Somente nos anos 90 a produção apresentou sinais de recuperação e, em 1999, voltou a receber atenção do governo da Bahia, quando este deu andamento ao Protocolo do Sisal, firmado entre diversas instituições para promover a recuperação da cultura mediante liberação de recursos financeiros da ordem de R\$ 25 milhões (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 28).

A partir de 2002, com o crescimento da demanda internacional por fibras naturais como a do sisal, em muito motivada pelo fator ambiental, pois ao ser descartada a fibra se decompõe sem poluir a natureza, o sisal tornou-se uma *commoditie* agrícola e passou a constituir o décimo produto da pauta de exportação da Bahia, que responde por 95,65% da produção nacional. Mas, apesar de compor o elenco de programas para o desenvolvimento do agronegócio baiano para o quinquênio 2003-2007, até o início de 2004 não houve qualquer articulação estadual suficiente para a sua evolução (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 41).

Diferentemente das monoculturas tradicionais da região Nordeste, a cultura do sisal emprega grande quantidade de mão de obra em todas as suas fases — implantação, manutenção, colheita e desfibramento⁵² —, promovendo a ocupação de cerca de 700 mil pessoas direta e indiretamente⁵³ e utiliza minifúndios de pequenas e médias propriedades de terra, favorecendo a desconcentração fundiária e paralelamente permite a prática da agricultura de subsistência por meio de criação de caprinos e ovinos, e do consórcio com milho, feijão e, dependendo do espaçamento entre fileiras adotado, com forrageiras.

Porém, na Região Sisaleira, há sérios problemas que vão desde o avanço da podridão vermelha do tronco do sisal, uma doença que afeta o processo de produção, até a obsolescência e riscos quanto ao uso das máquinas de desfibramento chamadas de Paraibanas, exigindo maior atenção dos órgãos de pesquisa estadual e federal, a exemplo da Embrapa Algodão e Embrapa Semiárido que desenvolvem projetos na região para aumentar a produtividade da cultura e baixar o custo final do produto, bem como da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, da Universidade Federal da Bahia – UFBA e da Universidade do Vale São Francisco – UNIVASF.

Há também problemas referentes à segurança e saúde do trabalhador, como os respiratórios e auditivos, doenças do aparelho locomotivo, ferimentos decorrentes da ponta da folha do sisal e de instrumentos cortantes como foices e facões, acidentes de trabalho causados pelas máquinas desfibradoras e o emprego da mão de obra infantil como alternativa para aumentar a renda da família.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal, mais de 50% da formação do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios são provenientes das atividades agropecuárias, e a assistência técnica pública prestada aos produtores de sisal na região é realizada principalmente pela EBDA (BRASIL, 2006).

⁵² Desfibramento – processo de retirada da fibra do sisal para ser beneficiada.

⁵³ A bibliografia existente apresenta divergências em relação ao número de pessoas envolvidas na produção do sisal da região. O governo da Bahia, por exemplo, apresenta a estimativa de mais de um milhão de pessoas envolvidas em toda a cadeia produtiva do sisal (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005).

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola⁵⁴ vem se reestruturando nos últimos anos, mas ainda enfrenta uma infraestrutura operacional e um quadro de pessoal reduzido, o que dificulta os serviços de assistência técnica prestados aos agricultores do Sisal. A Empresa possui apenas sete escritórios e 17 extensionistas para atender aos 20 municípios que constituem o Território do Sisal, o que representa uma baixa capilaridade em uma região cuja demanda por assistência técnica é elevada, principalmente em razão da necessidade de acesso ao Pronaf e aos projetos em desenvolvimento pela Embrapa, UFBA, UNEB e UNIVASF.

Para suprir a reduzida ação da assistência técnica pública, diversas organizações sociais e não governamentais têm prestado o serviço aos agricultores familiares do território, muitas vezes se deslocando de seus objetivos e até sobrepondo ações para garantir a manutenção de suas organizações, esse é o caso do MOC, da APAEB, da FATRES, e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs dos municípios, que têm investido na capacitação de técnicos-agricultores por intermédio de escolas família agrícola, a exemplo da EFA Valente criada pela APAEB em 1996, e da contratação de agrônomos e veterinários para atuar junto aos agricultores nos projetos de suas áreas de influência, conforme comprovado na pesquisa de campo.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL E DOS SEUS MUNICÍPIOS

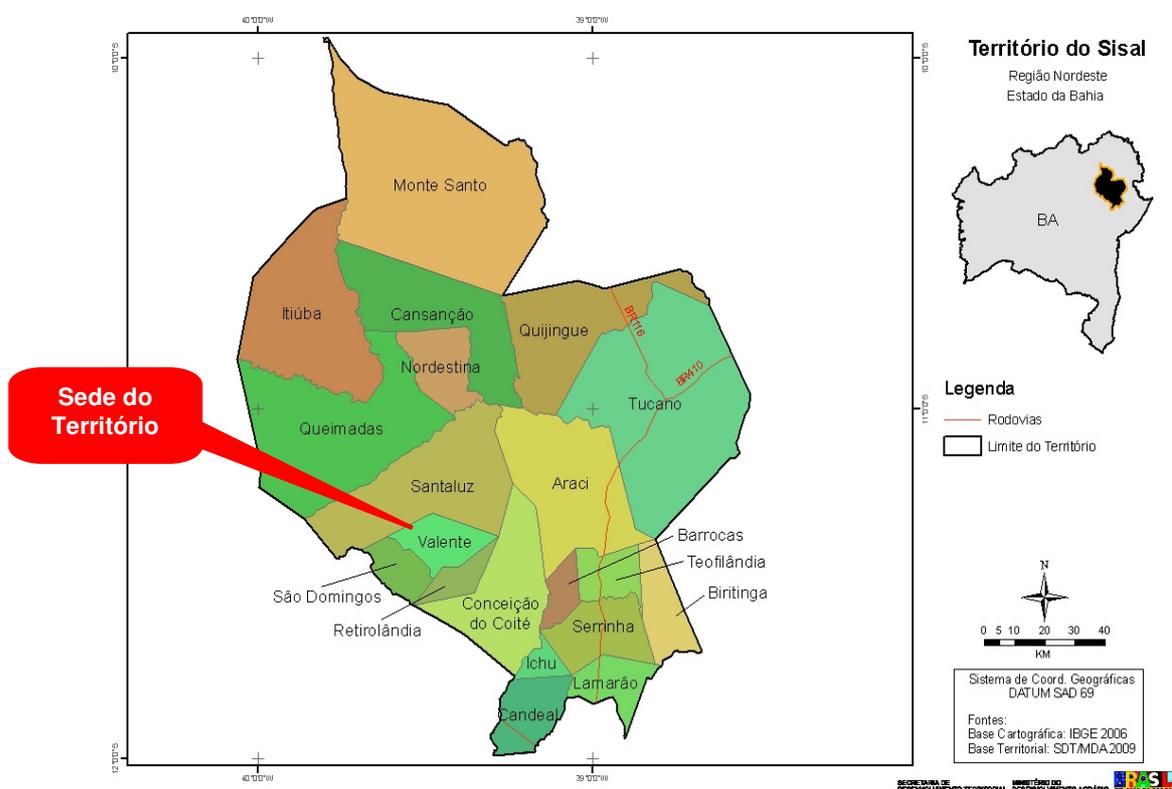
Situado no semiárido da Bahia, o Território do Sisal foi instituído como um território rural em 25 de setembro de 2003, a partir da política de desenvolvimento rural com abordagem territorial implementada pelo estado, e em consonância com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do MDA.

O alto grau de mobilização social existente na chamada Região Sisaleira contribuiu para torná-la pioneira no trabalho com perspectiva territorial dentro do estado, tendo sido também a primeira a criar um Conselho Territorial para esses fins (SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2004), no caso o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES Sisal.

⁵⁴ Além dos instrumentos tradicionais de transferência das tecnologias como dias de campo, publicações técnico-científicas e treinamentos, a EBDA faz uso de meios de comunicação para ampliar a abrangência de suas informações para os produtores, a exemplo de jornais, vídeos e programa de rádio. Desde 2003, a EBDA tem participado do programa de rádio Prosa Rural, que é veiculado para toda a região Nordeste. Em 2008, a empresa iniciou um programa radiofônico semanal próprio, “A Voz da EBDA”, veiculado na Rádio Sociedade da Bahia, mas como essa emissora cobra pela veiculação nas rádios que não são a ela filiadas, as rádios comunitárias deixaram de transmiti-lo. Atualmente o programa da EBDA conta com a veiculação em mais duas outras rádios comerciais como a Ipirá FM e a Portal FM de Livramento de N. Senhora.

Em 2007, dentro das novas estratégias de planejamento territorial da Bahia, passou a constituir um território de identidade, pois os 20 municípios que o constituem apresentam proximidade geográfica e características comuns de clima, vegetação, solo, atividade econômica, cultural e coesão social.

O Território é formado pelos municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quinjingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (Mapa 5).



Mapa 5 – Municípios que constituem o Território do Sisal

Fonte: SDT/MDA 2009

O Sisal foi também o primeiro, dentre os quatro territórios beneficiados na Bahia, a ser atendido pelo Programa Territórios da Cidadania⁵⁵. Esse programa implantado pelo Governo Federal em 2008 tem como objetivo territorializar as políticas de desenvolvimento e otimizar os recursos públicos, concentrando ou complementando as ações dos diversos ministérios e eliminando esforços repetidos (BONNAL, 2008).

⁵⁵ O programa Territórios da Cidadania foi criado em 2008. Atualmente inclui 120 territórios rurais do País, sendo oito territórios do Estado da Bahia. O programa tem como finalidade integrar ações políticas das três esferas do governo para combater a pobreza rural e estimular o dinamismo social e econômico desses territórios (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

No Sisal, os recursos do programa estão sendo aplicados nas áreas de apoio à gestão territorial, direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura e infra-estrutura.

O território ocupa uma área de 21.256,50 Km². Sua população, de acordo com a contagem populacional de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é de 568.600 habitantes⁵⁶ dos quais 358.218 (63%) ocupam a área rural (Tabela 1). Os mais pobres correspondem a 65% da população total dos municípios e desses 69,9% estão na área rural, segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, que é vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p.31).

Tabela 1 – Indicadores Médios do Território do Sisal (Ano 2007).

Área total	21.256,50 Km ²
População Total	568.600 mil
População urbana	210.382 mil
População rural	358.218 mil
IDHM	0,599
Estabelecimentos Rurais	Até 20 ha. - 81,5% do total, ocupando 18,5% da área e empregando 79,8% das pessoas Acima de 500 ha. - 0,5% do total, ocupando 25,9% da área e empregando 0,9% das pessoas
Total de Assentamentos	52 assentamentos
Comunidades Quilombolas	01 (Vila África em São Domingos)
Terra indígena	01 (Tribo Kiriris Banzaê entre o sul de Tucano e o oeste de Quinjigue)

Fonte: (BRASIL, 2009b), Sayago (2007b) e Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal – IDR, disponível em: < <http://www.idrsisal.org.br/sisal/>>. Acesso em 22 nov. 2009.

Os dados apresentados na Tabela 1 refletem também o desequilíbrio ainda presente na configuração da estrutura fundiária do território, pois, de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal, existem 64.350 agricultores familiares e 2.344 famílias assentadas. Enquanto 81,5% dos estabelecimentos de base familiar ocupam apenas 18,5% da área total do território, as grandes propriedades representam apenas 0,5% dos estabelecimentos rurais, porém ocupam mais de um quarto da área do território.

⁵⁶ A estimativa populacional 2008 do IBGE para os municípios do território prevê uma população de aproximadamente 573.999 habitantes, o que representa uma variação de 10,39 % de 2007 a 2008 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

O cultivo do sisal, o processamento e o beneficiamento de sua fibra, principalmente para exportação *in natura* ou na forma de tapetes, carpetes e artesanato é a principal atividade econômica do Território do Sisal. Novas práticas estão se incorporando aos sistemas de produção de seus municípios, como a caprinocultura, ovinocultura e apicultura.

Nos municípios do território, observa-se que algumas infra-estruturas coletivas melhoraram bastante nos últimos anos, como eletrificação rural e estradas, mas o acesso a serviços básicos de água encanada e esgoto ainda são insuficientes, sendo a média do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do território de apenas 0,599 e a média da renda *per capita* dos municípios é de R\$ 80,52 (BRASIL, 2006).

A maior presença e as ações de pesquisa (C&T), caso da implantação do projeto Componente 3 do Programa Agrofuturo, assim como a ampliação de mercados diferenciados como o de produção de mel e de leite de cabra também melhoraram no território, conforme informações de participantes do CODES Sisal.

De acordo com o Plano de Execução 2009 do Programa Territórios da Cidadania existem atualmente 25 projetos em desenvolvimento no Território do Sisal, com recursos do Pronaf para infraestrutura e serviços, cujo total é da ordem de R\$ 4,8 milhões. Foram previstas para o ano de 2009 um total de 68 ações do governo, envolvendo diversas áreas⁵⁷ de atuação das ações públicas para implantação por meio do Programa Territórios da Cidadania, com uma previsão de investimento de R\$ 264.271.444,36. Mas, até 31 de agosto de 2009, apenas 51 ações foram confirmadas, representando um total de R\$ 209.736.860,39⁵⁸.

Quanto à questão ambiental, o território apresenta problemas decorrentes de queimadas das caatingas principalmente para uso nas olarias, do extrativismo do ouro em municípios como Teofilândia, dos resíduos de curtumes e da ausência de lagoas de tratamento de esgotos que poluem as águas dos principais açudes dos municípios, além dos lixões acumulados na entrada e saída dos municípios por falta de aterros sanitários.

A Tabela 2 apresenta os dados relativos aos 20 municípios do território, no que diz respeito à população, coeficientes de desenvolvimento e de concentração de desigualdades como o Gini, além das principais atividades econômicas em desenvolvimento nesses municípios e as organizações sociais que nele atuam. Esses dados resumem as principais características de ruralidade, bem como de organização social e política dos municípios que compõem o território.

⁵⁷ As seis ações prioritárias para o território, definidas pelo Colegiado Territorial, correspondem à Construção de Escolas do Campo (1), Operação do Sistema de Acesso a Banda Larga (2), Programa Luz para Todos (3), ATER/Agricultores Familiares (4), Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (5) e Acesso à Água para a Produção de Alimentos (6). Dessas seis ações, até agosto de 2009, apenas as ações correspondentes a ATER e ao Programa Luz para Todos apresentaram, respectivamente, 47,43% e 11,34% de execução financeira em relação ao planejado, enquanto a execução das demais foi de zero por cento (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

⁵⁸ Ibid.

Tabela 2 - Tabela Resumo dos Municípios do Território do Sisal.

Município	População Estimada 2007*	População em 2000		Área Km2	Principais Atividades Econômicas	Organizações Sociais Locais	IDHM	Gini-Renda 2002
		Urbana	Rural					
Araci	51.912	16.189	31.395	1.524,07	Produção de sisal, feijão, milho, mandioca, girassol (grão) e criação de aves	MOC, APAEB, COOPERAFIS, CDA SICOOB, FATRES	0,56	0,60
Barrocas**	13.182	–	–	188,11	Mineração, produção de sisal, feijão e milho, criação de aves	MOC, FATRES	0,00	0,00
Biringa	13.961	2.347	12.294	430,60	Produção de feijão, milho, castanha de caju e mandioca, criação de aves e bovinos	MOC, FATRES	0,60	0,60
Candeal	9.019	3.417	6.704	455,28	Produção de milho, feijão e mandioca	MOC, FATRES	0,61	0,53
Cansanção	32.789	9.221	22.726	1.319,50	Produção de feijão, milho, mandioca e sisal, criação de ovinos e caprinos	MOC, FATRES	0,54	0,66
Conceição do Coité	60.935	28.026	28.291	1.086,20	Produção e beneficiamento de sisal, produção de feijão, milho e mandioca, criação de bovinos, caprinos, ovinos e aves	MOC, APAEB, FATRES	0,61	0,57
Ichu	5.881	2.663	2.930	127,97	Produção de milho, feijão e mandioca, criação de aves e bovinos	MOC, FATRES	0,68	0,53
Itiúba	35.749	8.864	26.679	1.730,79	Produção de sisal, feijão, milho e mamona, criação de aves e caprinos	MOC, FATRES	0,57	0,66

Fonte: Montagem da autora, com base no PTDRS_BA (BRASIL, 2006); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002); IBGE: Censo Demográfico 2000 e Contagem da População Recenseada e Estimada 2007 (*). Municípios criados após 1980 (**). Algumas siglas usadas: MOC – Movimento de Organização Comunitária; APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira; COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão; SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil; FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira; IDR: Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal; CDA: Central de Desenvolvimento das Associações.

Tabela 2 - Tabela Resumo dos Municípios do Território do Sisal (continuação).

Município	População Estimada 2007*	População em 2000		Área Km2	Principais Atividades Econômicas	Organizações Sociais Locais	IDHM	Gini-Renda 2002
Lamarão	11.988	1.928	7.595	356,00	Produção de feijão, milho e criação de aves	MOC, FATRES	0,61	0,48
Monte Santo	52.249	7.226	47.326	3.285,20	Produção de feijão, milho, mandioca e sisal, criação de caprinos e ovinos	MOC, FATRES	0,53	0,62
Nordestina**	12.172	2.875	8.925	470,92	Produção de sisal, feijão e milho, criação de aves e ovinos	MOC, FATRES	0,55	0,50
Queimadas	28.368	9.783	14.830	2.097,67	Produção de sisal, feijão e milho, criação de bovinos	MOC, FATRES, CDA	0,61	0,58
Quinjigue	27.068	4.892	21.484	1.271,07	Produção de feijão e milho, criação de bovinos e ovinos	MOC, FATRES	0,53	0,69
Retirolândia	11.938	5.474	5.417	203,79	Produção e beneficiamento de sisal, criação de ovinos	MOC, APAEB, FATRES, SICCOB	0,63	0,60
Santaluz	33.633	17.966	12.989	1.597,00	Produção de sisal, milho, feijão, mandioca e hortaliças	MOC, APAEB, SICCOB, FATRES	0,65	0,65
São Domingos**	8.818	3.711	4.815	265,38	Produção de sisal e criação de ovinos	MOC, APAEB, COOPERAFIS, FATRES	0,62	0,45
Serrinha	73.383	45.943	37.263	568,41	Produção de milho e feijão, criação de aves	MOC, SICCOB, FATRES	0,66	0,62
Teofilândia	20.702	5.858	14.574	288,27	Produção de cacau, banana e mandioca, produção de minérios e criação de aves	MOC, FATRES, CDA	0,61	0,66

Fonte: Montagem da autora, com base no PTDRS_BA (BRASIL, 2006); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002); IBGE: Censo Demográfico 2000 e Contagem da População Recenseada e Estimada 2007 (*). Municípios criados após 1980 (**). Algumas siglas usadas: MOC – Movimento de Organização Comunitária; APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira; COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão; SICCOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil; FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira; IDR: Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal; CDA: Central de Desenvolvimento das Associações.

Tabela 2 - Tabela Resumo dos Municípios do Território do Sisal (continuação).

Município	População Estimada 2007*	População em 2000		Área Km2	Principais Atividades Econômicas	Organizações Sociais Locais	IDHM	Gini-Renda 2002
Tucano	48.740	18.597	32.351	2.801,30	Produção de feijão, milho, mandioca, melancia e mel, criação de bovinos, ovinos e aves.	MOC, FATRES, CDA.	0,58	0,57
Valente	21.512	9.511	9.634	356,90	Produção de sisal, criação de ovinos, indústria de calçados, de tapetes e carpetes de sisal.	MOC, APAEB, COOPERAFIS, IDR SICOOB, FATRES	0,66	0,57

Fonte: Montagem da autora, com base no PTDRS_BA (BRASIL, 2006); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002); IBGE: Censo Demográfico 2000 e Contagem da População Recenseada e Estimada 2007 (*). Municípios criados após 1980 (**). Algumas siglas usadas: MOC – Movimento de Organização Comunitária; APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira; COOPERAFIS - Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão; SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil; FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira; IDR: Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal; CDA: Central de Desenvolvimento das Associações.

A população média dos municípios, conforme apresentado na Tabela 2, é inferior a 50 mil habitantes com alta concentração na área rural, elevado número de famílias assentadas e de unidades de produção familiar, critérios que os caracterizam como municípios rurais de acordo com a metodologia de Veiga (2000) e que contribuíram para a inclusão do Território do Sisal no programa Territórios da Cidadania.

As atividades econômicas realizadas nos municípios concentram-se basicamente na produção do sisal, como é o caso dos municípios de Conceição do Coité, Santaluz, São Domingos, Retirolândia e Valente e na criação de pequenos animais como caprinos e ovinos, além da cultura da mandioca e do feijão. Outras culturas e criações ganharam espaço no território nos últimos anos, a exemplo da criação de aves de corte para entrega aos grandes grupos como a Perdigão.

Municípios como Barrocas, São Domingos e Nordestina tiveram a sua emancipação política recente, consolidando-se depois de promulgada a Constituição Federal de 1988, o que colabora para a fragilidade institucional e organizacional das suas administrações. Mas o processo de alternância política nas prefeituras dos municípios do território é recente e lento, o que reforça o papel desempenhado pelas organizações e movimentos sociais presentes nesses municípios.

Há também pouca compreensão dos poderes públicos locais quanto ao papel desempenhado pelas novas institucionalidades, a exemplo do CODES Sisal, do qual as prefeituras fazem parte. A afirmação abaixo, feita pelo diretor executivo da Central de Associações do Município de Queimadas – CAMUQ e pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares – STRAF do município:

Faz dois anos que os investimentos reivindicados e aprovados pelo CODES Sisal para aplicação em infraestrutura como energia elétrica, pavimentação e rede de tratamento de esgoto para o município de Queimadas não são usados, primeiro porque a prefeitura estava inadimplente e, em seguida, por desinteresse da mesma em razão de divergências políticas.

Essa afirmação atesta as disputas estabelecidas no interior do CODES Sisal e o não reconhecimento das deliberações coletivas tomadas pela gestão social do território, por parte das prefeituras, as quais não reconhecem a importância desse conselho para a sustentação dos projetos territoriais, uma vez que os recursos públicos para a execução desses projetos continuam sendo geridos por elas.

3.6 CONCLUSÃO

O Capítulo III mostra que o Território do Sisal surgiu de forma pioneira no Estado da Bahia sob uma nova concepção do espaço geográfico e de organização, representado pelos arranjos socioprodutivos intermunicipais, promovendo a transformação da Região Sisaleira, uma tradicional região do sertão baiano, com o objetivo de unir os esforços dos segmentos componentes do Estado, da sociedade civil e do poder público, com seus diferentes conhecimentos, saberes e interesses em torno de um projeto coletivo de desenvolvimento territorial rural e de sustentabilidade.

Todavia, apesar do pioneirismo do território em constituir-se como uma nova unidade de referência e criar rapidamente seu Conselho Territorial, o CODES Sisal, para a execução das políticas públicas via gestão social, reunindo os poderes públicos locais e as representações dos principais atores sociais dos 20 municípios que o compõem, o CODES Sisal ainda não conseguiu o engajamento de todas as prefeituras dos municípios, e de algumas organizações sociais com forte atuação no território.

Há também que se ressaltar que não existe reconhecimento do seu papel junto à população, uma vez que são as prefeituras as responsáveis por receber e gerir os recursos públicos referentes à execução dos projetos priorizados pelo Conselho para o território. Esses aspectos reforçam a definição dos territórios como espaços de poder e disputa, onde não há hegemonia, pois convivem diferentes interesses, ainda que busquem objetivos comuns.

A análise das estratégias de desenvolvimento rural adotadas no Brasil a partir da década de 1990, aponta para uma inovação e ampliação na abordagem territorial do governo do Presidente Lula para o desenvolvimento rural, pois esta aposta na participação da sociedade civil e extrapola os limites municipais — deslocando o foco de análise dos problemas e soluções individuais dos municípios, para resolver situações que envolvem, por exemplo, o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar para um espaço mais amplo, realizado mediante uma articulação entre grupos de municípios unidos por laços de identidade, e que dão origem a uma nova institucionalidade, que são os territórios de identidade. Assim, esses territórios constituem arranjos socioprodutivos intermunicipais com características de identidade e representam novas unidades referências de políticas públicas.

Essa estratégia, no entanto, além de não estar sendo foco de todas as políticas públicas federais vem sendo tratada de forma diferenciada pelos ministérios em suas ações setoriais. A situação fica evidente quando se comparam os programas de desenvolvimento territorial em execução nos ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

Essa assimetria de ações governamentais exige medidas urgentes para integrar as políticas públicas setoriais nacionais com visão de futuro e para ampliar a nova cultura de pensar, planejar e executar ações com abordagem territorial no País, caso contrário a proposta de mobilizar e envolver os atores sociais e governamentais em torno de um projeto comum, promover a participação deliberativa desses atores via gestão social dos territórios e responder mais rapidamente às expectativas da população dos territórios tornar-se-á mera retórica.

4 AÇÕES DA EMBRAPA DE DIVULGAÇÃO DE C&T E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E O DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DO SISAL

É tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais

Paulo Freire (1977).

4.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar as ações de comunicação e de difusão que a Embrapa tem desenvolvido, desde a sua criação em 1973, para levar aos agricultores os resultados de suas pesquisas, mostrando como essas ações estão inseridas em um processo político e econômico para o desenvolvimento da agricultura brasileira, e como são influenciadas por orientações e modelos internacionais.

A partir daqui discutimos o percurso dessas ações, desde o Modelo Difusionista largamente adotado pela pesquisa agropecuária e a extensão rural, até as iniciativas atuais representadas por projetos de divulgação de C&T, como o Prosa Rural e as Minibibliotecas, e de gestão da informação na Web que é a Árvore do Conhecimento para a Agricultura Familiar, que têm como proposta promover o diálogo com os agricultores familiares, e atuar por meio de uma comunicação participativa que se sobreponha às relações de poder estabelecidas na difusão tecnológica e na simples transmissão de informações.

O crescimento dos movimentos sociais e populares em todo o mundo, inclusive no Brasil a partir dos anos de 1980, e a pressão exercida pelos meios de comunicação de massa exigiram das instituições de C&T maior divulgação sobre seus métodos de pesquisa, assim como das certezas e riscos dos seus resultados, abrindo caminho para a democratização da ciência e mais espaço para a divulgação científica ou para a divulgação de C&T⁵⁹.

⁵⁹ A expressão divulgação de C&T, em substituição à divulgação científica, é adotada nesta Dissertação por se tratar de informações relativas à ciência e tecnologia e por ser uma ação comunicativa praticada pela Embrapa, instituição de C&T.

Ao tratar da democratização da ciência, esta Dissertação se refere ao acesso e à disponibilidade de conhecimentos e informações técnico-científicas que resultam da pesquisa, bem como de seus impactos, fornecendo aos atores sociais elementos para, a partir de seus saberes históricos, suas experiências e de processos de socialização de conhecimentos, tomarem decisões quanto ao uso e apropriação ou não de determinadas tecnologias, conforme suas realidades e necessidades.

A emergência dos movimentos sociais e populares também suscitou a população a exigir mais cidadania e participação⁶⁰ efetiva nas políticas e espaços públicos, como forma de estabelecer maior controle sobre o Estado. No Brasil, essas bandeiras de luta começaram a ganhar espaço na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu mecanismos de democracia direta em seu artigo 14 favorecendo a participação popular em plebiscitos, eleições, conselhos populares e outros, conforme já comentado no Capítulo II, e, por conseguinte, esses direitos de participação foram estendidos a algumas constituições estaduais e leis orgânicas municipais (PERUZZO, 1998, p. 65).

A comunicação é um processo, como nos lembra Paulo Freire (1977), de interação social. Ela permite o compartilhamento de experiências e o diálogo. Assim, não há como falar de participação sem que haja um processo de comunicação estabelecido, e tampouco considerar que a simples transmissão de informações promova interação, comunicação e diálogo.

É neste sentido que Bordenave (1987, p. 68) afirma que a comunicação exige relação, porque é interação social que une ou separa os atores e, portanto, é também socialização de conhecimentos, na medida em que exige um processo de interação do sujeito com seu ambiente social, não se restringido ao acesso a informações.

Esse autor adverte que muitos diálogos aparentemente comunicativos podem ser de fato atos de cooptação e de imposição de idéias. “Pensar que toda comunicação leva necessariamente à comunhão é desconhecer ingenuamente a natureza conflitual do homem e da sociedade” (BORDENAVE, 1988, p.19).

Essa mesma situação aplica-se à comunicação praticada no modelo difusionista, adotado no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970 pela pesquisa agropecuária e a extensão rural dentro da problemática do desenvolvimento, por meio de métodos tradicionais de comunicação linear e vertical, e da persuasão sobre os agricultores para aceitarem os pacotes tecnológicos, já comentados no Capítulo II.

⁶⁰ Para Demo (1988) participação tem como objetivos a autopromoção, realização da cidadania, definição das regras do jogo, controle do poder, moderação da burocracia, prática da negociação e a construção de uma cultura democrática.

Na perspectiva do difusionismo, a comunicação foi e, em certa medida ainda é, entendida apenas como meio de transmissão unidirecional de informações, com mensagens de cunho técnico, do Difusor como Emissor para o Agricultor, enquanto Receptor (BORDENAVE, 1988, p.8).

Este procedimento restringe as possibilidades de diálogo e de participação, bem como a aprendizagem e a apropriação social dos conhecimentos a respeito das tecnologias difundidas, uma vez que, para o agricultor, não basta o acesso às informações para que ocorra uma apropriação de conhecimentos que conduza a uma transformação social e, sem interação, não há diálogo ou aprendizagem (FREIRE, 1977).

A partir dessa provocação de que a comunicação é por definição diálogo surgiu, ainda da década de 1970, uma nova orientação metodológica de comunicação que se sobrepõe à proposta de difusão, a da comunicação participativa ou interativa, como propõe Lima (2004) atualizando o conceito de Paulo Freire⁶¹ à emergência das tecnologias interativas de comunicação.

Dessa forma, o processo de comunicação com e para os agricultores familiares e as organizações sociais do campo aqui defendido é o de comunicação participativa e interativa, baseada no diálogo e na atuação ativa desses atores no processo, enquanto emissores e receptores simultâneos e na perspectiva da socialização de informações e conhecimentos, mediada por tecnologias de comunicação e informação.

Dentro dessa perspectiva, objetivamos compreender se os projetos de divulgação de C&T e de gestão da informação na internet, em desenvolvimento pela Embrapa, constituem um processo de comunicação participativa, contribuindo para o estabelecimento de um diálogo interinstitucional com os atores sociais e institucionais do Território do Sisal ou reproduzem a prática difusionista adotada pela Empresa desde a sua criação.

4.2 EMBRAPA: DO DIFUSIONISMO À BUSCA DE UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Na década de 1970, como já citado no Capítulo I, o Brasil viveu o “milagre econômico”, um período caracterizado pelo avanço da industrialização em substituição à política de importações, pela expansão da fronteira agrícola para resolver o problema da escassez mundial de alimentos e para atender ao mercado de exportação de produtos primários.

⁶¹ Em 1968, Paulo Freire discutiu conceitualmente a noção de comunicação em sua obra *Extensão ou Comunicação?* em um trabalho para o Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria (ICIRA) do Chile, com o objetivo de formular críticas às atividades de extensão dos agrônomos e servir de base para a discussão em um grupo interdisciplinar sobre Reforma Agrária (LIMA, 2004).

Para alcançar seus objetivos o Estado promoveu a modernização tecnológica da agricultura que significava, segundo Graziano da Silva (1982), a passagem do estágio da agricultura tradicional para a introdução de uma tecnologia moderna, com padrão de produção sustentado na adoção dos chamados pacotes tecnológicos.

Foi também na década de 1970 que o Brasil viveu um momento de “proliferação das Empresas Públicas para atuar em atividades de risco e que não eram passíveis de apropriação privada” (RODRIGUES, 1994, p. 173). Neste contexto, além da Embrapa, foi criada em 1974 a Embrater para integrar as iniciativas regionais e estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER.

A estreita dependência entre os processos de geração e difusão tecnológica estimulou, nos primeiros anos de vida da Embrapa, o entrosamento e a articulação entre pesquisadores, extensionistas e produtores. Os produtores eram escolhidos pela própria extensão rural dentre aqueles que apresentavam maior potencial de adoção de tecnologias (CABRAL, 2005, p. 113-114).

A filosofia de trabalho da Embrapa em seus primeiros anos foi privilegiar a geração de pacotes tecnológicos “servindo aos interesses dos grandes produtores e dos complexos agroindustriais” (RODRIGUES, 1986, p. 192). Para isso, a Empresa montou uma rede de difusão tecnológica em todos os seus centros de pesquisa para divulgar os resultados dos seus projetos em articulação com os extensionistas e com os agricultores que apresentassem maior potencial de adoção de tecnologias. Segundo Aguiar (1986):

[...] a criação da Embrapa constituía um núcleo irradiador dos pacotes tecnológicos, uma vez que seus centros nacionais de pesquisa passariam a ser responsáveis pela geração de tecnologias para produtos de interesse nacional, as quais seriam adaptadas a nível local pelas empresas estaduais. (AGUIAR, 1986, p. 140-141).

Para alcançar o aumento da produtividade agrícola desejada, a pesquisa agropecuária e a extensão rural adotavam a seguinte metodologia de trabalho: a partir da compreensão dos problemas enfrentados pelos produtores, a pesquisa gerava pacotes tecnológicos para diferentes culturas⁶² nos seus centros ou estações experimentais e repassava para a assistência técnica e extensão rural, que iria estimular, por meio de processos de comunicação unidirecional, a adoção pelos produtores. A utilização da comunicação como estratégia de difusão tecnológica e de inovações na agricultura tinha como filosofia o modelo difusionista.

⁶² Posteriormente esses pacotes tecnológicos foram denominados de sistemas de produção (CABRAL, 2005).

A difusão de tecnologia ou, como se convencionou simplesmente chamar o modelo difusionista, que surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XX tendo como um dos seus principais teóricos o sociólogo Everett Rogers (1962), “foi amplamente adotado no Brasil em suas políticas de comunicação e desenvolvimento” (THIOLLENT, 1984, p. 44). Essa estratégia inscreveu-se como uma concepção da Teoria da Modernização⁶³ para o desenvolvimento e adoção de inovações⁶⁴ necessárias ao Terceiro Mundo (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 116).

Na perspectiva da difusão tecnológica, a comunicação tem caráter meramente funcionalista, sendo entendida como meio de transmissão unidirecional de informações de cunho técnico do emissor (Difusor) para o receptor (Agricultor), relação caracterizada por Bordenave (1987) como superioridade-inferioridade (Figura 4 – Esquema 01).

Essa tradição difusionista foi severamente criticada por Paulo Freire (1977), por não permitir a participação ou interferência dos agricultores no processo de decisão, considerando-os como objeto da ação (fontes passivas) e não sujeitos da mesma, e por reforçar sistemas sociais opressivos, nos quais a decisão dos agricultores estava fortemente condicionada pelos mecanismos de poder e controle.

A partir da década de 1980 cresceram em todo o mundo as críticas⁶⁵ ao modelo difusionista, principalmente na América Latina, onde foi intensamente adotado pelo processo de intervenção da comunicação rural para o desenvolvimento.

Nos anos de 1990, os estudos contemporâneos⁶⁶ da comunicação rural sobre os processos de intervenção para o desenvolvimento de contextos populares desfavorecidos no meio rural – que atuavam no sentido de mobilizar pequenos grupos nos municípios ou comunidades –, passaram a defender a vinculação entre organização popular e comunicação participativa e interativa (Figura 4 – Esquema 02) como ponto de partida para a construção de políticas socioeconômica, ambiental e de outras dimensões do desenvolvimento rural sustentável nas organizações governamentais e ONGs que lidam com contextos populares, abandonando a noção de desenvolvimento econômico pela via da modernização tecnológica e voltando-se para a gestão da comunicação no desenvolvimento local (CALLOU, 2006, p. 53).

⁶³ Teoria da Modernização – baseava-se na passagem da sociedade tradicional para a moderna, abandonando os valores tradicionais e adotando novas ideias com vista a produzir o aumento da renda *per capita* e dos níveis de vida, mediante métodos de produção mais modernos e de uma organização social aperfeiçoada (MATTELART; MATTELART, 2006).

⁶⁴ Para Everett Rogers inovação consistia em transmitir um dado de cuja utilidade era preciso persuadir os futuros usuários (Ibid.).

⁶⁵ O próprio Rogers reviu a sua teoria, criticando-a por esquecer o contexto, definir os interlocutores como átomos isolados e, sobretudo, basear-se em uma causalidade mecânica, de sentido único. E, em seguida, definiu a comunicação como ‘convergência’ ou ‘processo de partilha’, no qual os participantes criam e compartilham a informação para alcançar uma compreensão mútua (Ibid.).

⁶⁶ Para melhor análise desses estudos contemporâneos da comunicação rural, ver Tauk Santos e Callou (1995).

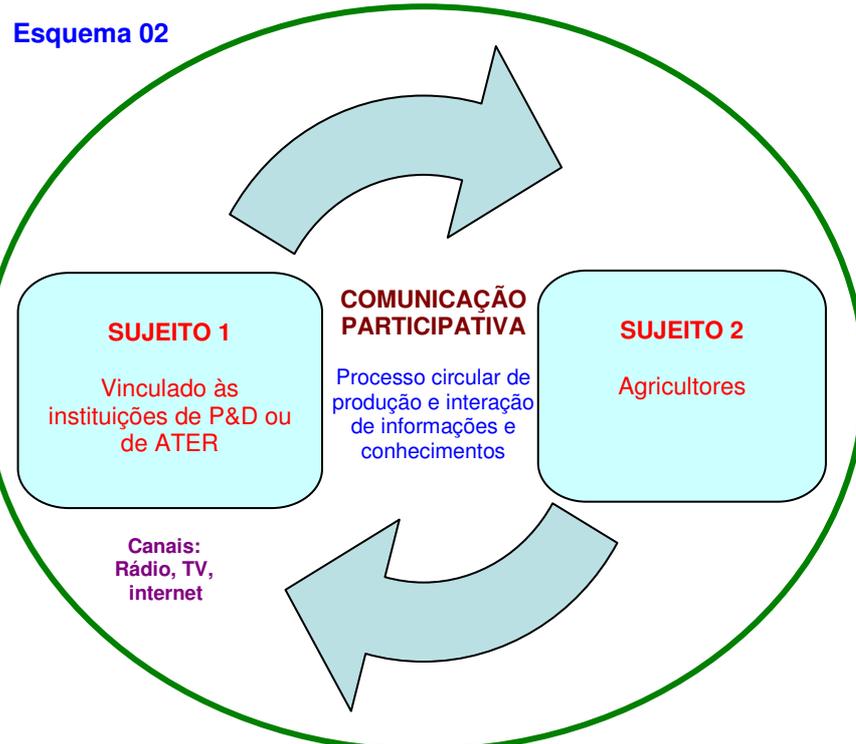
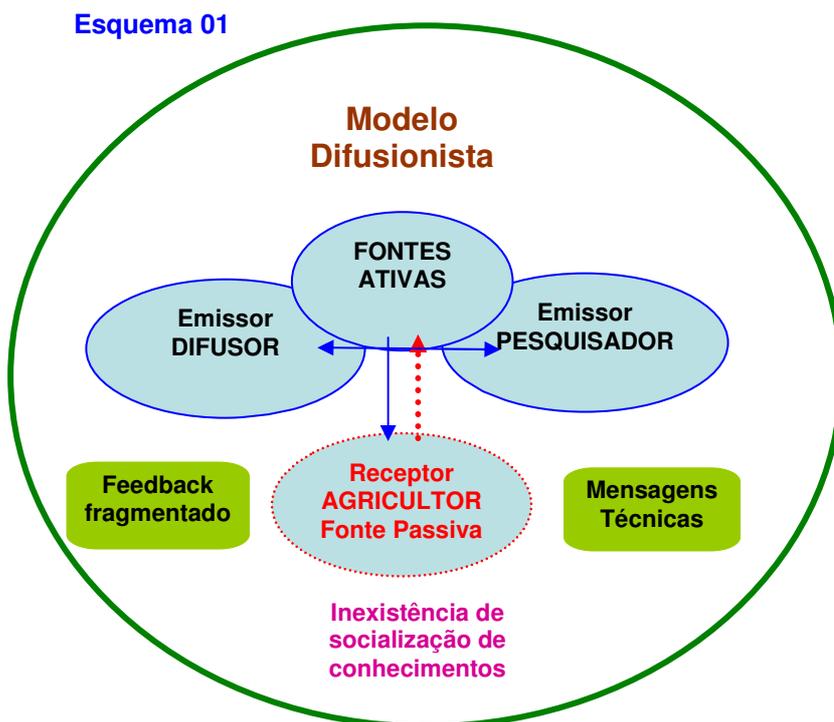


Figura 4 – Campo da Comunicação contendo os Modelos Difusionista e de Comunicação Participativa.

Fonte: Esquema 01 - Adaptação da autora a partir das análises de Bordenave (1987), Freire (1977) e Mattelart e Mattelart (2006). Esquema 02 – Proposta da autora para atualizar e aperfeiçoar as análises de Freire (1977), Peruzzo (1998) e Lima (2004) para a comunicação participativa e a socialização de conhecimentos, mediada pelas tecnologias interativas de comunicação e de informações nos dias atuais.

O Esquema 01 representa o Modelo Difusionista que ocorre dentro de um processo comunicativo persuasivo, vertical e não dinâmico do emissor, difusor ou pesquisador, para os receptores, que são os agricultores. Nesse modelo, a transmissão de informações caracteriza-se como transmissão de conhecimentos, que ocorrem por intermédio de instrumentos convencionais de difusão como palestras, dias de campo, visitas técnicas, reuniões e distribuição de folhetos. No entanto, o *feedback* ou retorno da parte dos receptores, os agricultores, para o emissor, dar-se de forma fragmentada, mediante a apresentação de problemas por parte dos agricultores a serem resolvidos pela pesquisa e extensão, mas sem a devida interação, aprendizagem e socialização comunicativa de conhecimentos.

No Modelo de Comunicação Participativa, apresentado no Esquema 02, a comunicação dar-se em processo circular, no qual os sujeitos são fontes simultaneamente ativas, que interagem mutuamente, produzindo, compartilhando informações e sentidos, construindo assim novas mensagens e significados que dão origem a novos conhecimentos.

Apesar dos esforços institucionais de integração entre pesquisa, extensão rural e agricultores, os projetos de pesquisa na Embrapa foram sendo cada vez mais direcionados para problemas muito particularizados, afastando o pesquisador da realidade dos agricultores e contribuindo para uma baixa integração interinstitucional. Essa forma de trabalho predominou por anos na Embrapa e criou uma forte cultura interna nessa direção (GOEDERT; PAEZ; CASTRO, 1994, p. 216,228).

A própria Embrapa e a Embrater reconheciam que o Departamento de Pesquisa e Difusão de Tecnologia – DDT, criado com a finalidade de coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de transferência de tecnologia da Embrapa e entidades do Sistema Cooperativo de Pesquisa – SCPA, não conseguia exercer p seu papel a contento, tanto pela insuficiência de estrutura quanto por falta de definição clara de seu papel na instituição (EMBRAPA; EMBRATER, 1986, p. 4).

Esse período coincide com a redemocratização política no país, mas também com a elevada concentração de renda, exclusão social e com a explosão dos conflitos que se instalaram no campo. Nas instituições públicas, configurava-se um quadro de intensa procura por novos conceitos, enfoques, modelos e paradigmas (VASCONCELOS; PAIVA, 2007, p. 5).

No ano de 1990, ocorreu a desestruturação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, a partir da extinção da Embrater no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, contribuindo ainda mais para o aumento da ineficiência do Estado em levar ao homem do campo informações e tecnologias que atendessem às demandas dos agricultores e das organizações coletivas locais, ao dificultar a interação

entre as redes sociais do campo e as redes técnicas formadas pela assistência técnica, especialistas e multiplicadores.

A partir daí, a Embrapa deveria coordenar⁶⁷ as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural. Para executar a nova tarefa criou uma estrutura interna, a Secretaria de Extensão Rural – SER, vinculada à presidência da instituição. Mas, o pensamento dominante da pesquisa era de que não cabia à Embrapa fazer extensão rural. Dessa forma a tentativa não prosperou, e a coordenação do SIBRATER, em 1993, foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura (EMBRAPA, 2000, p. 77).

Com a extinção da Embrater, a Embrapa foi levada também a criar canais próprios para a comunicação e a difusão tecnológica de seus resultados de pesquisa. A maior parte dos resultados de pesquisa da empresa passou a ser divulgada para um público bastante amplo, por intermédio de veículos de comunicação de massa e produtos de promoção institucional. Enquanto as informações técnicas passaram a ser disseminadas por meio de publicações e eventos técnico-científicos.

Na primeira metade dos anos de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso percebendo a capacidade da agricultura familiar para rebater dois elementos da crise enfrentada pelo País no modelo de desenvolvimento neoliberal, a questão ambiental e o desemprego, atendeu às reivindicações de setores do movimento sindical rural, como a Contag⁶⁸, e promoveu a legitimação da agricultura familiar, inscrevendo essa importante categoria de produtores no planejamento das políticas públicas federais. Para isso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, denominado inicialmente de Planaf, e que contava com recursos específicos, e relançou os programas de Reforma Agrária que pouco avançaram para o processo de assentamento de famílias (MEDEIROS, 1997, p. 70-71).

Para alinhar-se à nova estratégia governamental de fortalecimento da agricultura familiar, e por representar um dos instrumentos de política agrícola do Pronaf, a Embrapa alterou sua programação de pesquisa e instituiu, no âmbito do SNPA, o Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar, que fazia parte do Sistema Embrapa de Planejamento – SEP e foi oficializado em seu Plano Diretor 1994-1998. O sistema contava com 16 programas de pesquisa focados em grandes temas nacionais, dentre eles o programa de

⁶⁷ Em outubro de 1990, o Decreto Presidencial nº. 99.916 transferiu para a Embrapa a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater (EMBRAPA, 2000, p.77).

⁶⁸ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag foi criada em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. O golpe militar de março de 1964 resultou em intervenção na entidade, e a mesma retomou suas atividades em 1968. A elaboração, na década de 1990, de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (PADRSS) possibilitou pressionarem o governo para uma proposta de política de crédito diferenciada para a agricultura familiar, que contou com o apoio das entidades parceiras (CONTAG, 2009).

‘sistemas de produção da agricultura familiar’. Assim, a agricultura familiar, como destaca Vasconcelos e Paiva (2007, p. 6), “pela primeira vez compôs o plano operativo da Embrapa, assegurado na figura programática de projetos de pesquisa”.

É nesta época, em 1996, que a Empresa elabora a sua Política de Comunicação. Nela, tratou-se de reavaliar conceitos até então usados para tornar mais claro e preciso o compromisso “com a efetiva posse, pelo usuário, da tecnologia transferida e até mesmo com sua adoção” (EMBRAPA, 1996, p. 31-32). Entre esses conceitos estavam o de Transferência de Tecnologia, mais estrito, que substituiu o conceito lato de Difusão Tecnológica até então praticado pela Empresa.

Na sua Política de Comunicação, a Embrapa reconheceu oficialmente a importância do conjunto da sociedade civil organizada do campo, inseriu a agricultura familiar como público de interesse e a busca de soluções para os problemas desse público específico entre as áreas de atuação da pesquisa agropecuária.

Também apresentou diretrizes para fortalecer a interação do SNPA com as empresas de ATER, em um esforço conjunto de comunicação que acelerasse a incorporação das inovações tecnológicas ao sistema produtivo. Mas, os métodos preconizados para efetivar a comunicação nesse processo continuavam se constituindo em instrumentos e canais voltados apenas à transmissão de informações, como cursos, dias de campo, videocursos, visitas, seminários, cujas propostas não conduziam a um processo dialógico com os atores interessados em sua contribuição, notadamente os agricultores, pois não consideravam seus saberes próprios e experiências.

Ainda na década de 1990 surgiram poucas, porém exitosas, experiências da Empresa que utilizaram formatos e linguagens diferenciados daqueles tradicionalmente adotados no modelo difusionista, como a criação de programas de rádio e TV, dirigidos para os produtores rurais, a exemplo dos programas televisivos Terra Sul⁶⁹ em 1993 — produzido pela Embrapa Clima Temperado, situada em Pelotas – RS, em parceria com a Emater Rio Grande do Sul — e o Dia de Campo na TV – DCTV⁷⁰ em 1998, produzido pela Embrapa Informação Tecnológica, de Brasília – DF, em parceria com outras unidades da Embrapa. E algumas participações pontuais de centros de pesquisa da Embrapa em programas de rádio municipais. Ainda assim esses programas não tinham como público específico os agricultores familiares, sendo dirigidos aos produtores em geral, empresários rurais, estudantes, técnicos, professores e donas de casa.

⁶⁹ Terra Sul é um programa rural de televisão voltado para as questões que envolvem a agropecuária da região Sul do Brasil. Trata-se de uma ação objetiva e singular da pesquisa e da extensão, através dos seus principais órgãos voltados para o desenvolvimento do setor agrícola nacional (TERRA SUL, 2009).

⁷⁰ O programa estreou em 1998 e desde então apresenta os resultados da pesquisa agropecuária gerados pela Embrapa para diversos segmentos da sociedade – produtores rurais, pesquisadores, professores, estudantes, donas de casa, técnicos, empresários entre outros (DIA DE CAMPO NA TV, 2009).

No início dos anos 2000, com o crescimento da agricultura familiar como categoria política vinculada ao movimento sindical (SCHNEIDER, 2007, p.17), acentuou-se a pressão dos setores mais organizados dos agricultores familiares e dos movimentos por Reforma Agrária por acesso a informações e conhecimentos⁷¹ gerados ou adaptados pela pesquisa agropecuária pública, e que possam ser apropriados e reaplicados, propiciando desenvolvimento social em escala.

É nessa época, em 2002, que a Embrapa elabora a segunda edição da sua Política de Comunicação, onde reconhece a necessidade de criar canais de comunicação segmentados para melhor adequar-se ao perfil dos seus públicos de interesse. A interação com a sociedade e a preocupação com o desenvolvimento local também estavam presentes nas diretrizes estabelecidas no documento, assim como o reconhecimento quanto às implicações do seu compromisso com a proposta de modernização da agricultura:

O compromisso com a modernização agrícola de alguma forma impediu que a comunicação voltada para o universo rural assumisse uma postura crítica, o que acabou ocorrendo no momento em que as questões sociais e a discussão sobre a valorização da cultura rural foram trazidas ao debate. [...] A Embrapa levará em consideração as demandas decorrentes das peculiaridades regionais vivenciadas pelas suas unidades descentralizadas localizadas em vários pontos do País como forma de ampliar a inserção de suas unidades nas comunidades que as cercam e participando da solução de seus problemas. (EMBRAPA, 2002, p. 21 - 36).

Esse compromisso da Embrapa com os diversos segmentos do campo, bem como com as questões ambientais, refletiam duas circunstâncias da conjuntura política: a primeira é a necessidade de a Empresa adequar-se às orientações dos organismos internacionais que vinculavam a liberação de recursos à elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento social e regional sustentável; e a segunda é a necessidade de ampliar alianças com segmentos do campo que, mesmo questionando o direcionamento das pesquisas para o agronegócio, passaram a receber a atenção da Empresa frente aos cenários de mudanças políticas que se avizinhavam em 2002.

Com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, o governo passou a priorizar estratégias de combate à fome, à pobreza e à exclusão social materializadas em

⁷¹ O conhecimento se constitui em elemento para a construção de novos conhecimentos. E pode ser entendido como o ato de conhecer, ou seja, a relação entre o intelecto e a coisa e, ao mesmo tempo, a resultante dessa relação que é o conteúdo acumulado (DE SOUZA SILVA, 2004).

uma Agenda Social que teve como instrumento principal o Programa Fome Zero, principal estratégia do governo para o desenvolvimento social do País.

No âmbito da Embrapa, as estratégias governamentais reorientaram a ordem de prioridades da pesquisa agropecuária, e a sua nova diretoria, em 2003, por meio da Resolução Normativa nº. 02, ordenou, em escala decrescente, as vertentes prioritárias⁷² da Empresa a partir de então, como segue: i) Definir como primeira vertente prioritária da Embrapa, atividades de pesquisa e desenvolvimento direcionadas aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pequenos empreendedores rurais; ii) Fortalecer atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para as cadeias do agronegócio; e iii) Ampliar atividades de pesquisas inovadoras em temas estratégicos.

Nesse mesmo período, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS⁷³ firmou convênio com a Embrapa, em apoio ao Programa Fome Zero, no valor aproximado de R\$ 12,6 milhões para a implantação de projetos⁷⁴ estruturantes, a serem executados por meio de suas unidades de pesquisa e de serviços e “destinados aos atores rurais em situação de exclusão ou limitada inserção nos mercados” (VASCONCELOS; PAIVA, 2007, p. 9).

A Embrapa, como empresa de pesquisa agropecuária que tem entre os seus valores contribuir com conhecimentos e tecnologias para a redução da pobreza e das desigualdades regionais (EMBRAPA, 2008, p. 18-19), desenvolveu a maior parte dos projetos, no âmbito do Fome Zero, no semiárido nordestino e alguns deles como o Prosa Rural e as Minibibliotecas em municípios que passaram a constituir o Território do Sisal, em estudo.

Esses dois projetos, junto ao sistema de gestão da informação na Web — denominado de Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar para o Território do Sisal, criada na plataforma da Agência de Informação Embrapa — em desenvolvimento a partir do Núcleo Piloto do Território do Sisal, têm como proposta democratizar o acesso às informações técnico-científicas e socializar as informações e os conhecimentos gerados ou adaptados pela Embrapa e parceiros, por meio da divulgação em linguagem simplificada de tecnologias de baixo custo e fácil apropriação pelos agricultores familiares, buscando inserção dos mesmos no processo de desenvolvimento rural sustentável.

⁷² As pressões externas e do campo dos profissionais da pesquisa à Resolução nº. 02 fizeram com que essas prioridades fossem se modificando ainda na gestão do Presidente Clayton Campanhola, não só nos discursos e entrevistas da Empresa, mas também em seus documentos oficiais, a exemplo do IV Plano Diretor da Embrapa 2004-2007 (VASCONCELOS; PAIVA, 2007).

⁷³ Na época designado como Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - Mesa e substituído em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

⁷⁴ Entre 2003 e 2008 foram executados, com recursos do Programa Fome Zero, 99 projetos nos âmbitos municipais, territorial e nacional.

4.3 OS PROJETOS DA EMBRAPA DE DIVULGAÇÃO DE C&T E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM EXECUÇÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Os argumentos desenvolvidos nos capítulos anteriores mostram que a desestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER oficial no Brasil, a partir da década de 90, aprofundou a lacuna para o acesso dos agricultores familiares, especialmente os menos capitalizados, ao conhecimento técnico-científico. Assim, os agricultores familiares, que historicamente enfrentaram a indisponibilidade ou inadequação de canais de comunicação e de informações apropriadas às suas necessidades, foram os que mais se ressentiram com essa estratégia.

Isto porque os principais resultados das pesquisas realizadas pela Embrapa e Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs, como já analisado no item 4.2, são, normalmente, divulgados para um público amplo (rural e urbano), por meio de linguagem jornalística e em veículos de comunicação de massa como jornais, revistas, sites, televisão e rádios comerciais. Enquanto as informações mais detalhadas — referentes a conceitos, métodos, processos técnicos, suas aplicações e possíveis impactos — normalmente são divulgadas por meio de publicações científicas, em linguagem técnica e eventos especializados, aos quais os agricultores familiares e suas representações têm pouco ou nenhum acesso.

A partir do ano 2000, os movimentos sociais do campo vinculados à agricultura familiar passaram a demandar maior acesso aos resultados produzidos pela Embrapa e pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. Essas demandas têm exigido do Estado e das instituições de C&T o estabelecimento de ações que promovam novos modelos (formatos, linguagens e meios) para o acesso às informações e conhecimentos, e o estabelecimento de diálogo com e entre esses grupos.

Foi nessa conjuntura que, em 2003, a Embrapa iniciou dois projetos para democratizar o acesso dos agricultores familiares aos conhecimentos técnico-científicos. Esses projetos de comunicação, que se caracterizam como estratégia de divulgação de C&T, foram apresentados ao governo federal em apoio às ações de combate à pobreza e às desigualdades regionais — no âmbito do Fome Zero, para atender inicialmente aos municípios do Vale do Jequitinhonha (MG) e do semiárido nordestino, dentre os quais alguns que hoje compõem o Território do Sisal (Tabela 3, p. 112).

Um desses projetos, o programa radiofônico semanal Prosa Rural, foi criado a partir de uma “estratégia de ação baseada inicialmente no diagnóstico ‘Semiárido: subsídios para o projeto programa radiofônico Embrapa – Fome Zero’, realizada por meio de pesquisa corpo a corpo nos locais onde o programa seria veiculado” (MIÚRA; BELTRÃO, 2009, p. 28).

Esse diagnóstico foi realizado em seis estados nordestinos: Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia, Ceará e Piauí, onde foram entrevistadas cerca de 300 pessoas, mediante contato direto com lideranças locais, técnicos, pesquisadores, agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, estudantes e donas da casa. Como resultado, a pesquisa apresentou elementos concretos como demandas vinculadas ao calendário agrícola local, às necessidades e aos valores de cada região com seus componentes culturais.

A identificação desses elementos contribuiu para a discussão de um projeto que atendesse às necessidades e aos interesses do público-alvo bem definido, que são os agricultores familiares e os jovens rurais, em relação às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e empresas do SNPA e resultou na criação do programa radiofônico semanal Prosa Rural.

O programa Prosa Rural objetiva divulgar tecnologias de baixo custo, ambientalmente sustentáveis e de fácil apropriação pelos agricultores, com uso de linguagem simples e acessível, que mais do que traduzir a informação técnico-científica procura identificá-la com os problemas “de quem e para quem” o programa está falando, adotando expressões e terminologias que respeitam e valorizam as características da população regional e os aspectos de cidadania.

Para chegar mais perto do agricultor familiar e do jovem rural o programa utiliza o rádio, um veículo de massas, de custo relativamente baixo e que ainda é o mais versátil, popular e democrático em termos de uso e de suas funções “e que muitas vezes é o único a levar a informação para populações de regiões que não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais” (ORTRIWANO, 1985, p. 78). É também um veículo que “reforça a tradição da comunicação oral no meio rural” (FERNANDÉZ, 2006, p. 11).

O programa de rádio Prosa Rural começou a ser veiculado no Território do Sisal em oito rádios comunitárias e em duas comerciais, sendo que o raio de alcance da Rádio

Sabiá FM, uma rádio comercial do município de Conceição do Coité, chega também aos municípios de Serrinha, Teofilândia, Biritinga, Barrocas e Ichu, abrangendo 30% dos municípios do território.

Diversas outras rádios comunitárias do território receberam os primeiros programas em 2005 por intermédio do Movimento de Organização Comunitária – MOC, organização que tem contribuído para consolidar a comunicação comunitária e participativa no território. Porém, desde 2008, o MOC deixou de reproduzir as cópias do programa, pois as rádios passaram a se cadastrar junto à Embrapa para receber diretamente os CD-Roms⁷⁵ com os programas semanais.

Esse processo repercutiu tanto na redução do número de rádios que veiculam o programa no território, quanto na atuação do MOC que tinha como prática utilizar entrevistas e algumas dicas apresentadas nos quadros do Prosa Rural nos cursos de formação e nas mobilizações de jovens rurais realizados pelos técnicos agrícolas da organização nas comunidades com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território.

Atualmente o Prosa Rural é veiculado em apenas sete rádios do território (Ver Tabela 3, p. 112), pois duas delas foram fechadas por falta de registro em 2008 pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Dessa forma, o programa tem abrangido um número menor de agricultores e de municípios já carentes de canais de informação e comunicação e do serviço de assistência técnica e extensão rural. Além disso, a Rádio Valente FM, do município de Valente, que está legalizada desde 2004, já faz mais de seis meses que não veicula nem o programa da Embrapa e nem de qualquer outro órgão do governo, seja federal, estadual ou municipal, *porque não há contrapartida e nem estímulo dos governos para o funcionamento das rádios comunitárias*, justifica o Presidente da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente FM.

Outro projeto de comunicação da Embrapa com estratégia de divulgação de C&T em funcionamento no Território do Sisal é o Minibibliotecas, inicialmente denominada de Minibibliotecas do Semiárido. O projeto faz uso de recursos lingüísticos e pedagógicos, como o uso de cartilhas ilustradas para estimular a leitura, e as técnicas são apresentadas em linguagem simplificada e de forma descritiva para facilitar a compreensão do leitor, e também utiliza recursos de comunicação como vídeos e áudios. O objetivo é levar informações aos agricultores familiares por meio de seus filhos em idade escolar, como forma de contribuir para o uso de práticas de agricultura sustentável, de novos hábitos alimentares, a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida desse público.

⁷⁵O processo de produção do Prosa Rural é fragmentado, pois as entrevistas com pesquisadores, extensionistas e agricultores são feitas nas Unidades de Pesquisa e nas OEPAs e enviadas para o estúdio da Embrapa Informação Tecnológica, em Brasília-DF, que edita os programas e os encaminha em CD Rom para as rádios cadastradas (MIÚRA; BELTRÃO, 2009). Algumas rádios fazem download dos programas a partir do site <<http://www.embrapa.br/prosarural>>.

As Minibibliotecas constituem um acervo contendo 108 publicações impressas, a maioria delas cartilhas ilustradas, 10 CDs do programa Prosa Rural e 37 vídeos, com temas sobre preservação e educação ambiental, cidadania, cooperativismo, cultivo de hortas e quintais, criação de pequenos e grandes animais, produção de alimentos de qualidade, manejo do solo e da água, ou como iniciar uma pequena agroindústria de alimentos, entre outros. (ARAÚJO, 2009, p. 12).

Em 2005, dez municípios do Território do Sisal receberam Minibibliotecas, atendendo a treze escolas. E, em 2008, o projeto foi estendido aos outros dez municípios, abrangendo assim mais dez escolas⁷⁶ com o objetivo de fortalecer as ações territoriais que a Embrapa vem desenvolvendo no território a partir do Programa Agrofuturo. Dessa forma, são 22 Minibibliotecas em funcionamento, sendo duas em Escolas Família Agrícola, uma em Escola Digital e as demais em escolas de Ensino Fundamental e Médio de zonas rurais (Tabela 3).

Em 2007, a Embrapa implementou também no Território do Sisal, no âmbito do Programa Agrofuturo, o projeto Componente 3 – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar no Território (NAFs), já abordado no Capítulo I. O Núcleo Piloto do Território do Sisal ou NAF Sisal está sediado no município de Valente, conforme descrito no Capítulo III, mas suas ações são desenvolvidas para todo o território.

Esse projeto visa o compartilhamento entre o saber científico e o local e tem como um de seus objetivos o estabelecimento de meios e formas de comunicação que privilegiem e facilitem a socialização de informações, conhecimentos e tecnologias com os agricultores familiares sobre tecnologias sustentáveis para territórios de identidade, promovendo o desenvolvimento territorial rural sustentável.

Nesse Núcleo está sendo desenvolvida uma Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal, contida na Agência de Informação Embrapa⁷⁷, com o objetivo de produzir, tratar, organizar, atualizar e disponibilizar em ambiente Web conteúdos técnico-científicos específicos para a agricultura familiar.

⁷⁶ As escolas envolvidas no projeto Minibibliotecas são, em geral, escolas públicas de ensino fundamental e médio de zonas rurais ou aquelas que funcionam na sede dos municípios, mas possuem maior número de alunos oriundos da área rural. O projeto também foi implantado em todas as Escolas Famílias Agrícola - EFAs integrantes dos Centros Familiares de Formação por Alternância - Ceffas (ARAÚJO, 2009). As EFAs adotam a pedagogia da alternância para a formação e capacitação de jovens filhos de agricultores, garantindo a permanência do aluno na escola durante um certo período do ano no qual são realizadas as atividades de ensino teórico-prático, com momentos junto as famílias, cujos aprendizados são experimentados (SILVA, R., 2008). Também são atendidos no projeto escolas ou projetos de educação do campo desenvolvidos em assentamentos da reforma agrária.

⁷⁷ Agência de Informação Embrapa – sistema Web que possibilita a organização, tratamento, armazenamento, divulgação e acesso à informação tecnológica e aos conhecimentos gerados pela Embrapa e outras instituições de pesquisa.

Os usuários desse sistema podem acessar as informações de três maneiras: por navegação em hipertexto — acesso a conteúdos dos nós e subnós de forma instantânea —, por navegação gráfica por intermédio da árvore hiperbólica, cujas informações são hierarquizadas em sistema ramificado, e utilizando o serviço de busca para a recuperação de informações.

Para o desenvolvimento da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal as informações serão disponibilizadas com uso de linguagem simplificada, atualizadas e associadas a outros recursos multimídias, como vídeos, áudios e *links* vinculados.

A previsão do projeto Componente 3 era que a Árvore do Conhecimento para a Agricultura do Território do Sisal entrasse em funcionamento no ano de 2009, mas o sistema ainda está em construção. Esse trabalho envolve levantamento, inserção e revisão de conteúdos nos seus nós, que contém as informações principais do sistema, e subnós, os quais contêm as informações secundárias (Figura 5) e a proposta era realizar o trabalho de forma compartilhada com as instituições públicas e as organizações sociais que atuam nos Comitês Gestor e Técnico do Núcleo. Por isso, inicialmente o NAF Sisal contou com o apoio dos técnicos de assistência técnica que atuam nas instituições oficiais de pesquisa e extensão rural e nas organizações representativas dos agricultores do território, caso da APAEB, FATRES, SEBRAE, EBDA e outras.

Mas, em razão das inúmeras demandas que envolvem o cotidiano desses atores, a Embrapa necessitou contratar no final de 2009 consultores para identificar as fontes necessárias de informação local e produzir os conteúdos da Árvore do Conhecimento, a fim de colocá-la em condições de publicação na Web. O pré-requisito mínimo exigido para a contratação desses consultores foi conhecer e atuar no próprio território, de forma a possibilitar seu trânsito entre os diversos atores sociais e institucionais que representam fonte de informação.

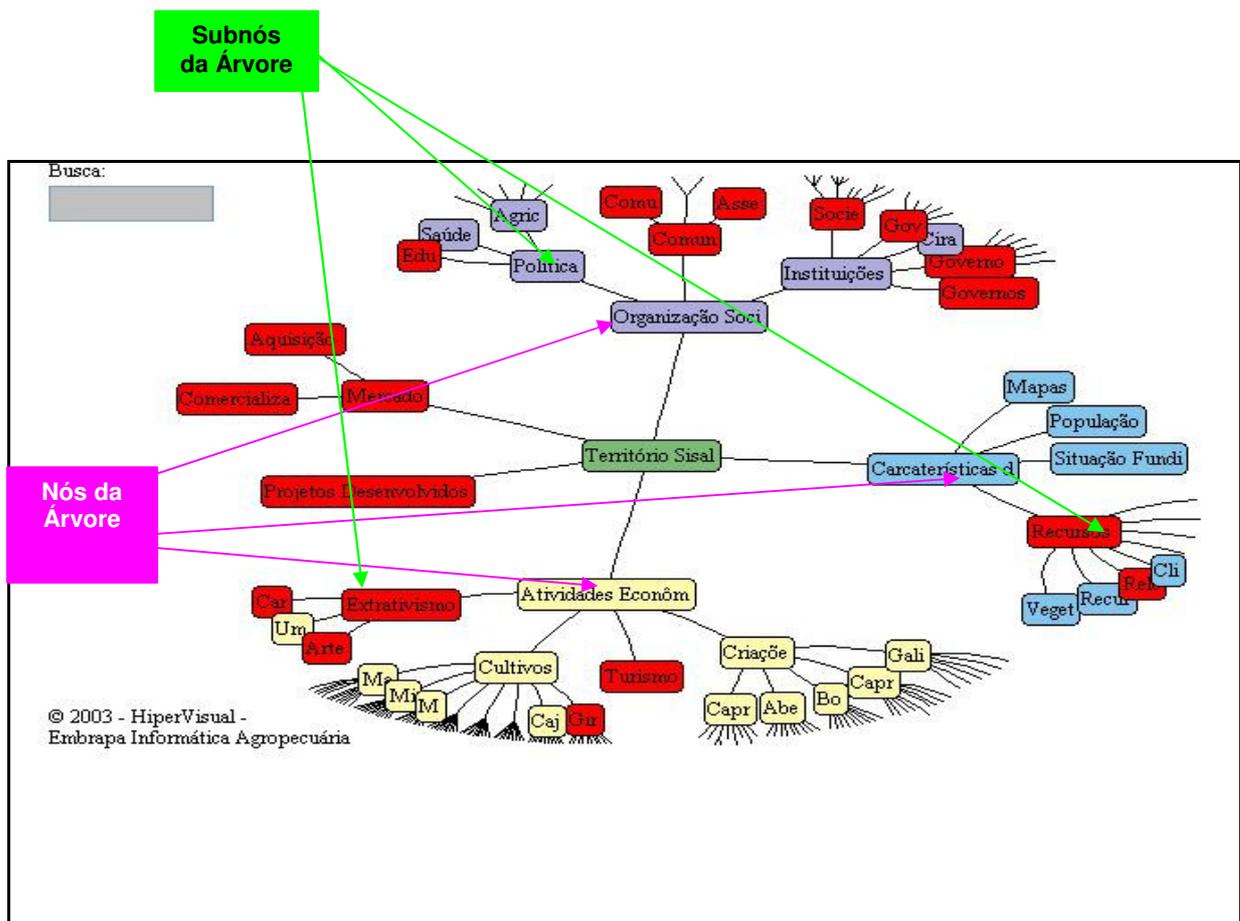


Figura 5 – Imagem da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal, na Bahia, que se encontra em desenvolvimento.

Fonte: Embrapa, página de implantação das Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar na Agência de Informação. Disponível em: <http://agenciahome.cnptia.embrapa.br/>. Acesso restrito em: 20 jul. 2009. Adaptação da autora para destacar os nós e subnós da árvore do Território do Sisal.

A figura acima é a representação gráfica, em formato de árvore hiperbólica com seus nós e subnós, como são chamadas as ramificações da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal que se encontra em construção. Os temas dos principais nós, como Organização Social, Características do Território, Atividades Econômicas e Projetos Desenvolvidos, com seus respectivos subnós, refletem as prioridades produtivas e socioculturais levantadas pelos Comitês Gestor e Técnico do NAF Sisal.

A Tabela 3 resume a forma como os projetos de divulgação de C&T, Prosa Rural e Minibibliotecas, e de gestão da informação na Web, a Árvore do Conhecimento da Agência de Informação Embrapa estão funcionando nos municípios do Território do Sisal.

Tabela 3 - Tabela Resumo dos projetos nos municípios do Território do Sisal.

Municípios	Minibibliotecas			Prosa Rural		Núcleo Piloto	
	Implantação do projeto	Total de Alunos	Projetos desenvolvidos pela escola	Veiculação em rádios locais	Formas de veiculação	Disponibilidade de internet	Entidades envolvidas no NAF Sisal
Araci	2005	739	hortas	Cultura FM	Veiculado diariamente às 6h, com reprise dos temas mais pedidos pelos ouvintes	SIM	EBDA, CAR Secretaria de Agricultura
Barrocas	2008	308	nenhum	Via Sabiá FM		Somente discada	Secretaria de Agricultura
Birtinga	2008	290	nenhum	Via Sabiá FM		Somente discada	Secretaria de Agricultura
Candeal	2005	804	Pesquisa escolar	Não		NÃO	Secretaria de Agricultura
Cansanção	2005	1.200	Apoio às aulas de técnicas agrícolas	Não		Somente discada	EBDA
Conceição do Coité	2005	500	nenhum	Sabiá FM/	Veiculado nas 6ª feiras, às 5h40min, com reprise e debate aos sábados (Dia da Feira), com a presença de técnicos de ATER ou ATES	SIM	MOC, Secretaria de Agricultura, APAEB
				Coité FM	Veiculado nos domingos pela manhã, às 9h45min		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados da pesquisa de campo. S/I = sem informação. (*) Rádios que foram fechadas pela Anatel em 2008 por não possuírem registro.

Tabela 3 - Tabela Resumo dos projetos nos municípios do Território do Sisal (continuação).

Municípios	Minibibliotecas			Prosa Rural		Núcleo Piloto	
	Implantação do projeto	Total de Alunos	Projetos desenvolvidos pela escola	Veiculação em rádios locais	Formas de veiculação	Disponibilidade de internet	Entidades envolvidas no NAF Sisal
Ichu	2008	480	nenhum	Via Sabiá FM		Somente discada	Sec de Agricultura
Itúba	2005	630	nenhum	Não		NÃO	Secretaria de Agricultura
Lamarão	2005	515	campanhas ambientais e leituras	Não		NÃO	Secretaria de Agricultura
Monte Santo	2005	1400 (Esc. Municipal) + 200 (esc. Digital) + 148 (EFA) = 1.748	Campanhas ambientais Consultas na Biblioteca Hortas, apoio às aulas;	Não		SIM	Secretaria de Agricultura
Nordestina	2005	300	Apoio às aulas	Nordestina FM	diariamente às 11h,	NÃO	Secretaria de Agricultura
Queimadas	2008	1.346	nenhum	Queimadas/ FM	Veiculado duas vezes por semana, às 4h45min	Somente discada	Secretaria de Agricultura
				Riacho FM	uma vez por semana às 5h00		
Quinjingue	2005	800	hortas	Não		NÃO	Secretaria de Agricultura

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados da pesquisa de campo. S/I = sem informação. (*) Rádios que foram fechadas pela Anatel em 2008 por não possuírem registro.

Tabela 3 - Tabela Resumo dos projetos nos municípios do Território do Sisal (continuação).

Municípios	Minibibliotecas			Prosa Rural		Núcleo Piloto	
	Implantação do projeto	Total de Alunos	Projetos desenvolvidos pela escola	Veiculação em rádios locais	Formas de veiculação	Disponibilidade de internet	Entidades envolvidas no NAF Sisal
Retirolândia	2008	245	nenhum	Estrela FM	semanalmente ao meio dia e às 6 ^a feiras, às 19h, no programa A Voz do seu Sindicato, acompanhado de debate com técnicos	SIM	APAEB, FATRES Secretaria de Agricultura
SantaLuz	2008	42	nenhum	Santaluz FM*	FECHADA	SIM	Secretaria de Agricultura
São Domingos	2008	170	nenhum	Não		NÃO	Secretaria de Agricultura
Serrinha	2008	1.200	nenhum	Via Sabiá FM		SIM	EBDA Secretaria de Agricultura
Teofilândia	2008	1.310	nenhum	Via Sabiá FM		SIM	Secretaria de Agricultura
Tucano	2005	523	hortas	Não		SIM	Secretaria de Agricultura

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados da pesquisa de campo. S/I = sem informação. (*) Rádios que foram fechadas pela Anatel em 2008 por não possuírem registro.

Tabela 3 - Tabela Resumo dos projetos nos municípios do Território do Sisal (continuação).

Municípios	Minibibliotecas			Prosa Rural		Núcleo Piloto	
	Implantação do projeto	Total de Alunos	Projetos desenvolvidos pela escola	Veiculação em rádios locais	Formas de veiculação	Disponibilidade de internet	Entidades envolvidas no NAF Sisal
Valente	2008	120	Apoio às aulas, Momentos de Leitura, e Experimentação o em aulas práticas	Valente FM/	uma vez por semana, às 6h (atualmente não está sendo veiculado)	SIM	APAEB, FATRES, MOC, Abraço Sisal, IDR e Secretaria de Agricultura
				Sertão FM	FECHADA		

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir de dados da pesquisa de campo. S/I = sem informação. (*) Rádios que foram fechadas pela Anatel em 2008 por não possuírem registro.

As Minibibliotecas, conforme apresentado na Tabela 3, estão disponíveis para um público de cerca de 13 mil estudantes, entre crianças e jovens, nas 22 escolas onde estão implantadas. Desse total, sete escolas do território desenvolveram projetos que envolvem o uso direto do acervo das Minibibliotecas como fonte de informação e inspiração, esse é o caso das escolas de Araci, Lamarão, duas de Monte Santo, Quinjigue, Tucano e Valente, que envolveram a comunidade escolar na criação de hortas ou campanhas ambientais e debates. Outras três escolas têm adotado o acervo como apoio para as aulas de técnicas agrícolas e ambientais e pesquisas escolares, a exemplo de Candeal, Cansação e Nordestina. Mas, as outras 12 escolas ainda têm limitado suas ações a manter o acervo apenas para consulta de alunos e professores na biblioteca escolar.

Das sete rádios que atualmente veiculam o Prosa Rural, a Tabela 3 mostra que a maioria, cinco delas, leva o programa ao ar mais de uma vez por semana, sendo que algumas veiculam o Prosa diariamente, caso da Rádio Cultura FM de Araci e a Nordestina FM de Nordestina. Apenas as rádios Riacho FM de Queimadas e Coité FM de Conceição do Coité veiculam o programa uma vez por semana, e as demais costumam fazer reprises do Prosa Rural, principalmente durante a programação específica de algumas organizações locais, como sindicatos, associações ou cooperativas, tema que será analisado no próximo capítulo.

A situação dos municípios do território com relação à disponibilidade de internet, também é apresentada na tabela, considerando que o projeto de gestão da informação com uso da Árvore do Conhecimento exige disponibilidade de acesso à internet, tanto para consulta quanto para a atualização dos conteúdos. Dos 20 municípios do Território do Sisal, 14 têm acesso à rede mundial de computadores, mas, desse total, cinco municípios não contam com o serviço de banda larga, apenas com a internet discada cujo custo é elevado e a velocidade é baixa. Enquanto outros seis municípios não possuem qualquer tipo de acesso à internet.

A Tabela 3 também apresenta a relação dos atores sociais e institucionais de atuação em cada município, e que compõem oficialmente o Comitê Gestor ou Comitê Técnico do Núcleo Piloto Sisal. Há também nesses Comitês a participação do CODES Sisal, cuja atuação é territorial e de instituições públicas como o SEBRAE, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Secretaria Estadual de C, T&I e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

4.4 AS INTERFACES ENTRE DIVULGAÇÃO DE C&T, COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DE CONHECIMENTOS NOS PROJETOS DA EMBRAPA

Foi na segunda metade do século XIX que as atividades de divulgação científica se intensificaram em todo o mundo, causando uma onda de otimismo em relação aos benefícios do progresso científico e técnico, e contribuindo para a segunda revolução industrial na Europa (JAPIASSU, 1991, p. 166).

Já no século XX, com o estreito vínculo entre ciência e tecnologia, o seu impacto na vida cotidiana do cidadão comum aumentou e “[...] com a poderosa aliança entre o saber, o poder e os novos meios de comunicação de massa, a divulgação científica se ampliou e adquiriu novos contornos” (MASSARANI, 1998, p. 41).

É no contexto da comunicação científica que a divulgação científica ou divulgação de C&T se localiza, contribuindo para ampliar o conhecimento e as reflexões críticas sobre a geração e a difusão de informações científicas e tecnológicas, como também sobre a participação da sociedade como um todo nesses processos.

Devido à sua polissemia, a divulgação científica apresenta diferentes designações utilizadas na classificação do ato de fazer chegar ao grande público o conhecimento científico: difusão científica⁷⁸, divulgação científica, disseminação científica⁷⁹, vulgarização ou popularização da ciência⁸⁰, e que muitas vezes são usados inadequadamente como sinônimos (HERNÁNDEZ CAÑADAS, 1987, p. 25).

Na divulgação científica, busca-se um instrumento útil e transformador, como ressalta Thuillier (1989):

A saída talvez consista em visar não à objetividade, à neutralidade, mas em fazer várias pessoas, com pontos de vista variados, falarem sobre um assunto. O verdadeiro problema por trás de tudo isso é o de transformar o leitor passivo — da divulgação tradicional — para [por meio da divulgação científica] exercer seu espírito crítico. (THUILLIER, 1989, p. 23).

A assertiva de Thuillier reflete o papel de sujeito da ação ao público da divulgação de C&T para alcançar a transformação social, conforme também defendido neste estudo.

⁷⁸ Difusão científica engloba a divulgação e a disseminação científica, pois consiste em todo e qualquer processo ou recurso utilizado para veiculação de informações científicas e tecnológicas (BUENO, 1995, p. 1421).

⁷⁹ A Disseminação científica tem como público-alvo os especialistas, os próprios pesquisadores e cientistas (Ibid.).

⁸⁰ Vulgarização ou popularização da ciência é o emprego de técnicas de recodificação de linguagem da informação científica e tecnológica, objetivando atingir o público em geral e utilizando diferentes meios de comunicação (Ibid.).

A divulgação de C&T, segundo Bueno (1995, p. 1421), tem como finalidade popularizar conhecimentos científicos e tecnológicos para um público de não especialistas e pressupõe um processo de recodificação, que é a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com objetivo de tornar o conteúdo acessível.

Este autor estende para a divulgação de C&T uma importante característica também considerada nas ações comunicativas da Embrapa com estratégia de divulgação de C&T que é o caráter formativo ou função educadora ao incluir materiais didáticos entre os recursos utilizados pela divulgação de C&T:

É importante frisar que a divulgação científica não se restringe ao uso da imprensa. Inclui os jornais e revistas, mas também os livros didáticos, as aulas de ciências do 2º grau, os cursos de extensão para não especialistas, as estórias em quadrinhos, os suplementos infantis, **muitos dos folhetos utilizados na prática de extensão rural** ou em campanhas de educação voltadas, por exemplo, para as áreas de higiene e saúde, os fascículos produzidos por grandes editoras, documentários, **programas especiais de rádio** e televisão, etc. (BUENO, 1995, p. 1422, grifos nosso).

Essa idéia de função educativa é também compartilhada por José Marques de Melo (1982), que aponta a divulgação de C&T como fonte de conhecimentos para a superação de problemas do cotidiano da população:

[...] deve ser uma atividade principalmente educativa. [...] deve promover a popularização do conhecimento que está sendo produzido nas nossas universidades e centros de pesquisa, de modo a contribuir para a superação dos problemas que o povo enfrenta. Deve utilizar uma linguagem capaz de permitir o entendimento das informações pelo leitor comum. (MELO, 1982, p. 21).

A Revista Ciência Hoje, criada em 1982 e especializada na divulgação da produção intelectual, tecnológica e dos avanços da ciência nacional e internacional, explica em seu número inaugural que a divulgação científica pressupõe a busca de uma linguagem devidamente acessível, sem prejuízo das correções das informações.

O tratamento dado pela divulgação de C&T às palavras para tornar a linguagem científica e tecnológica inteligível e acessível, mais próxima da linguagem cotidiana, considerando o saber e a cultura próprios de cada grupo ou comunidade tem interesse especial para esta Dissertação.

Outro aspecto que justifica a adoção e análise da divulgação de C&T diz respeito a sua dupla função. A primeira como ferramenta de participação da sociedade na ciência, papel reforçado por Sabbatini (1999, p.6-10), quando esclarece que “a divulgação científica e tecnológica surge como ferramenta de participação democrática em relação às decisões políticas em ciência e tecnologia”. E a segunda como um processo de socialização de informações e conhecimentos, uma ação fundamental para o compartilhamento do poder com um grupo ou uma comunidade.

Um dos objetivos da participação é a partilha de informação, de forma que, por meio dela, obtenha-se o acesso mais fácil ao conhecimento científico e tecnológico, e este conhecimento, como explica Peruzzo (1998, p. 283) não deve ficar restrito a umas poucas lideranças, mas ser estendido ao grupo e potencializar as pessoas para uma ação entre iguais. Todo esse processo é capaz de em última instância levar à participação poder, que é o tipo mais avançado de participação, conforme as modalidades criadas por essa autora.

O compartilhamento de poder é um mecanismo necessário, conforme defendido por Nora e Minc (1980), para socializar a informação e promover a participação:

[...] Hoje, a informação descendente [que chega às pessoas comuns] é mal aceita porque aparenta ser o prolongamento de um poder, como uma manipulação: será mais e mais necessário que seus destinatários estejam associados à sua elaboração, que os receptores sejam emissores e que as emissões tenham em conta as condições de recepção. Esta participação não será aceitável a não ser que os grupos antagônicos sejam igualmente capazes de fabricar, tratar e comunicar sua própria informação. (NORA; MINC, 1980, p. 68).

A socialização de informações e conhecimentos também é um processo que possibilita a apropriação e (re) construção, por parte das comunidades locais, de significados relevantes para a formação da cidadania, a partir de informações geradas nas comunidades técnico-científicas e divulgadas “[...] na perspectiva de que essas informações se transformem em conhecimento pessoal dos indivíduos sociais, compreendidos como sujeitos do conhecimento” (FROÉS BURNHAM, 2002, p. 48).

Assim, ao analisar nesta Dissertação a relação entre comunicação e participação, optou-se pelo uso da denominação comunicação participativa, que visa deliberadamente promover ou facilitar o processo de participação comunitária e, desde a década de 1990, caracteriza-se como “um processo comunicativo voltado para a mudança social [...] feita pela e para a comunidade” (PERUZZO, 2008, p. 8).

Os conceitos acima trabalhados indicam a existência de interfaces comuns entre a divulgação de C&T — enquanto uma ferramenta que contribui para o exercício da participação democrática —, e o compartilhamento de poder, informações e conhecimentos, mecanismos fundamentais para o processo de socialização de informações e conhecimentos com os grupos/comunidades.

A relação entre divulgação de C&T, socialização de informações e conhecimentos e comunicação participativa fica evidenciada nas assertivas de autores como Freire (1977), Bordenave (1987,1988), Thuillier (1989) e Peruzzo (1998, 2008), quando ressaltam a necessidade de protagonismo dos sujeitos para tomarem parte na criação de conhecimentos e nos processos comunicativos, e não apenas fazer parte. Nesse sentido, a comunicação participativa promove o intercâmbio de saberes, contribuindo para o exercício do espírito crítico, e facilita a participação dos sujeitos nesses processos pelo uso da linguagem coloquial.

A partir dessa reflexão, busca-se identificar os aspectos comuns à participação dos atores sociais, individuais e institucionais do Território do Sisal nos processos comunicativos que envolvem os projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação, e analisar as possibilidades desses projetos contribuírem para a comunicação participativa e para um diálogo interinstitucional com esses atores no território.

Mas, para isso, é preciso ter claro de que tipo de participação no processo de comunicação se está falando, pois participação abrange uma diversidade de processos, formas, níveis e intensidades. Peruzzo engloba a participação em três diferentes modalidades: a Participação Passiva, a Participação Controlada e a Participação Poder, modalidades que são construídas⁸¹ a partir:

“[...] dos conceitos genéricos usados por vários autores, significando o acesso, o tomar parte, o partilhar, os conceitos de co-gestão e de auto-gestão, bem como as experiências em curso. Estas modalidades são construídas dentro de uma perspectiva mais ampla de ação coletiva e não são necessariamente cronológicas nem se excluem mutuamente, porque podem concretizar-se dialeticamente” (PERUZZO, 1998, p. 78).

O Quadro 3 representa um esforço de sistematizar os tipos de participação, a partir das principais características de cada uma das modalidades de participação apresentadas por essa autora, e uma proposta de ampliação desses tipos de participação em ações comunicativas, conforme descrito na última coluna da direita.

⁸¹ Peruzzo parte das abordagens de Demo (1988) quanto à participação como conquista; de Bordenave (1988) que trabalha com graus de participação relacionados à questão do acesso ao controle das decisões, consulta facultativa ou obrigatória, elaboração/recomendação, cogestão e delegação e autogestão; e Ferreira (1985) que apresenta três tipos de participação no envolvimento de comunidades em programas públicos: nas decisões, na execução e nos resultados.

Modalidades de Participação	Postura do Participante	Tipos de Decisão	Formas de Poder	Formas de participação nas ações de comunicação
Participação Passiva	De espectador e de conformismo	Verticalizada (de cima para baixo)	Delegado (as pessoas delegam o poder à outra)	Ocasional, por meio da concessão de entrevistas, depoimentos ou sugerindo músicas, poesias, temas, etc. Mas sem interferir no processo da comunicação e da gestão da ação comunicativa
Participação Controlada	De concessão	Parcial e fragmentada	Descentralizado, porém restrito e limitado	Ocasional e, às vezes, sistemática, aderindo a concursos, enviando perguntas, elaborando, por exemplo, textos/poesias, quando estimulados. Mas as definições ficam a cargo dos atores responsáveis pelo processo de comunicação
Participação Poder	Ativa e autônoma	Horizontalizada e coletiva, definida pelas instancias ou estruturas envolvidas	Partilhado	Sistemática. Toma parte no planejamento das ações, na definição dos temas/assuntos, na linha política e editorial, na produção dos conteúdos de informação e no processo de gestão dos meios envolvidos

Quadro 3 – Sistematização das modalidades de participação em ações comunicativas, a partir da proposta de Peruzzo (1998).

Fonte: Tabela adaptada pela autora, a partir da categorização de Peruzzo (1998, p. 78-84 e p. 143-145) para os níveis de participação popular e aperfeiçoada para analisar as formas de participação possíveis nos processos comunicativos.

Para adequar as modalidades de participação criadas por Peruzzo (1998) às ações comunicativas realizadas, por exemplo, em um programa de rádio como o Prosa Rural, esta Dissertação desenvolveu uma análise das formas de participação dos atores individuais, sociais e institucionais envolvidos nesses programas, caso dos agricultores-ouvintes, lideranças de sindicatos, de associações, de cooperativas, locutores e responsáveis pelas rádios, técnicos e extensionistas como será apresentado no Capítulo V.

No Quadro 3, essas modalidades de participação são descritas quanto à postura adotada pelos participantes, os tipos de decisão e formas de poder que ocorrem nos grupos ou comunidades. A postura adotada pelos participantes vai do conformismo, que caracteriza a participação passiva, à autonomia na participação poder, passando pela concessão geralmente adotada como postura na participação controlada.

Os tipos de decisão caracterizam-se como verticalizada na participação passiva, fragmentada na participação controlada, e a horizontalizada que é uma característica da participação poder para todos os seus processos decisórios.

Quanto às formas de poder esse pode ser delegado — caso da participação passiva, que também se contenta com a representatividade do poder, ou restrita — que é a forma de poder exercido na participação controlada, pois nesta também não há poder de decisão —, e pode ser compartilhado quando na forma de participação poder.

A participação dos atores nas ações comunicativas ocorre de forma ocasional e mediante concessão de entrevistas, por exemplo, na modalidade passiva. Enquanto na modalidade controlada a participação dar-se por adesão ou estímulo, e na modalidade de participação poder ocorre de forma sistemática, com o envolvimento dos atores em todas as instancias do processo comunicativo.

4.5 CONCLUSÃO

Como visto neste capítulo, o modelo difusionista adotado pela pesquisa agropecuária e pela extensão rural no país contribuiu para reforçar, por meio da adoção de processos comunicativos unidirecionais e persuasivos, a visão de mundo do Estado brasileiro e das instituições de C&T, subordinadas às diretrizes governamentais.

Com a extinção da Embrater, a Embrapa deu continuidade ao difusionismo que já vinha sendo praticado em seus centros de pesquisa, criando canais próprios de comunicação.

Foi somente a partir de 1996, que a Embrapa, para adequar-se às estratégias governamentais e internacionais de apoio à agricultura familiar para o enfrentamento da crise econômica e o desenvolvimento agrícola do País, reconheceu esse segmento como um público de interesse da instituição, deixando essa postura oficializada em sua Política de Comunicação e em algumas linhas de pesquisa. Mas, ainda assim, seus meios, linguagem e produtos de comunicação continuavam dirigidos para o público técnico e acadêmico ou para o público geral, e, portanto, sem considerar as necessidades nem respeitar a identidade dos seus públicos específicos de interesse, como os agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar como uma categoria política e a inadequação dos canais de informação e comunicação dirigidos aos agricultores familiares tornaram inevitável que os movimentos ligados a esse segmento pressionassem por maior acesso aos principais resultados das pesquisas geradas pelo SNPA.

As primeiras estratégias de comunicação que tiveram como característica adotar uma postura de maior diálogo e revalorização dos conhecimentos históricos dos agricultores familiares só foram fomentadas na Empresa a partir de 2003, quando a Embrapa se inseriu nas políticas sociais e de desenvolvimento rural, por meio de projetos estruturantes em apoio ao Programa Fome Zero.

A partir daí, a Embrapa pôs em prática iniciativas voltadas diretamente para os agricultores familiares, como os projetos de divulgação de C&T — Minibibliotecas e Prosa Rural —, que buscam ser mais participativos e promover uma comunicação interativa em substituição aos processos de comunicação unidirecional e descendente, praticados pela pesquisa no modelo difusionista, os quais implicaram apenas em transmissão de conhecimentos sem permitir a apropriação desse saber pelos agricultores.

Todavia, promover uma comunicação participativa e a socialização de informações e conhecimentos é uma decisão política, que não se limita a incentivar o envolvimento dos atores, mas implica em empregar metodologias próprias, usar canais democráticos que estejam sempre acessíveis e criar modelos com novos formatos, linguagens e meios, dando condições para a participação direta do público-alvo de forma a possibilitar que esses se tornem protagonistas do processo.

Também não basta à divulgação de C&T tornar inteligíveis determinados conceitos científicos, seja pelo uso de analogias e metáforas ou pelo uso de linguagem mais simples e atrativa, ou adotar tecnologias de comunicação e informação interativas que reduzam as distâncias geográficas, porque se esses projetos não tiverem como compromisso promover participação, interatividade, postura crítica, promoção de novos significados e a valorização da cidadania, mais uma vez estarão impondo e legitimando o modelo tecnológico dominante e as relações de poder que prevaleceram no modelo difusionista.

5 O ESTUDO DE CASO: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO E RESULTADOS DA PESQUISA

O conhecimento é sempre tradução e reconstrução do mundo exterior, e permite um ponto de vista crítico sobre o próprio conhecimento. Por esta razão [...] sem o conhecimento do conhecimento, sem a integração daquele que conhece, daquele que produz, o conhecimento e o seu conhecimento, é um conhecimento mutilado.

Edgar Morin (2004).

5.1 O ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS DE PESQUISA

O Estudo de Caso possibilitou conhecer a realidade do Território do Sisal, situado na região do semiárido baiano, e de seus atores sociais e institucionais, permitindo identificar os diversos processos que interagem no contexto estudado e interferem na comunicação e no diálogo com e entre esses atores, bem como nas formas de participação dos mesmos nos projetos em análise. Esta pesquisa, por seu caráter qualitativo, não se limitou a uma única técnica. Outras estratégias adotadas foram as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais.

As entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo conhecer os atores sociais e institucionais, bem como os agricultores familiares que estão direta ou indiretamente vinculados, no Território do Sisal, aos projetos Minibibliotecas, Prosa Rural e ao Componente 3 do Agrofuturo – NAF Sisal onde está sendo desenvolvida, dentro de um sistema de gestão da informação na internet, a Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar para o Território, e procurar compreender:

- I. Como atuam nesses projetos?
- II. Que formas de participação têm nos processos comunicativos que envolvem esses projetos?
- III. O que pensam a respeito dos projetos?
- IV. Que ações relacionadas a esses projetos estão sendo desenvolvidas pelas rádios, escolas, instituições públicas e organizações sociais representativas dos agricultores familiares que atuam no território?
- V. Quais as vantagens, limitações e potencial — do ponto de vista da linguagem, dos conteúdos e das tecnologias de comunicação e de informação — que esses projetos

apresentam para se viabilizarem no território e contribuírem para o diálogo e a comunicação participativa?

A partir da análise das entrevistas semiestruturadas foi possível desenvolver uma proposta mais ampla de entrevistas, envolvendo grupos focais.

Para um estudo que pretende compreender se os projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web contribuem para um processo participativo e dialógico no território ou reproduzem práticas unilaterais e persuasivas de comunicação, comum ao modelo difusionista, a adoção de entrevistas e dos grupos focais teve a finalidade de buscar respostas para alguns objetivos específicos da pesquisa, quais sejam:

- I. Analisar em que medida os atores institucionais e sociais do Território do Sisal participam dos projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web e que fatores interferem na forma de participação dos mesmos;
- II. Avaliar a adequação das tecnologias de comunicação (rádio, vídeos e cartilhas) e de informação (internet), adotadas nos projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação, à realidade sociocultural, econômica e tecnológica dos jovens rurais e dos agricultores familiares do território; e
- III. Analisar as contribuições, limitações e potencialidades do Núcleo Piloto – NAF Sisal, enquanto espaço de articulação das organizações locais, para o estabelecimento de um diálogo interinstitucional no Território do Sisal.

No entanto, a técnica dos grupos focais apresentou algumas dificuldades, pois atores importantes como os agricultores do município de Retirolândia e os técnicos de extensão rural do município de Queimadas — convidados para o grupo e que eram essenciais para uma análise mais profunda da pesquisa —, não compareceram, como será comentado a seguir.

5.2 A ESCOLHA DO LOCAL, DO OBJETO E DOS ATORES

5.2.1 O local da pesquisa: o território do Sisal

O Território do Sisal foi o local escolhido para o Estudo de Caso. Conforme apresentado no Capítulo III, esse território é oriundo da Região Sisaleira, e constitui um arranjo socioprodutivo intermunicipal composto por 20 municípios que apresentam características econômicas, sociais, culturais, ambientais e de organização social comuns,

caracterizando-se como um território de identidade. O território conta com uma população de 552.713 mil habitantes, e taxa média de ruralidade de 63%⁸².

Criado em 2003 como um território rural prioritário e homologado a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat, atual PDSTR, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Território do Sisal compõe, desde 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

5.2.2 O objeto de análise

O objeto de análise desta pesquisa são os projetos de comunicação da Embrapa com estratégia de divulgação de C&T — Minibibliotecas e o programa de rádio Prosa Rural —, e o de gestão da informação em sistema Web, denominado de Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal, em desenvolvimento no Núcleo Piloto – NAF Sisal, situado em Valente, município sede do território.

Desde 2005 o projeto Minibibliotecas está em funcionamento no território, e envolve escolas públicas de ensino fundamental e médio de zonas rurais, duas Escolas Família Agrícola – Valente e Monte Santo, e uma Escola Digital, situada em Monte Santo. No mesmo período, oito rádios comunitárias e duas rádios comerciais do território passaram a veicular o programa radiofônico semanal Prosa Rural (ver a Tabela 3, p. 112).

Em 2007 foi implantado no município de Valente o Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica do Território – NAF Sisal, cuja proposta é tornar-se um espaço de aprendizagem mútua de diferentes saberes, entre a rede técnica e a rede social presente, e de aglutinação dos diferentes atores sociais e institucionais, em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial rural sustentável.

Uma das ações do NAF Sisal, quanto à gestão da informação, é o desenvolvimento da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território, contida na Agência de Informação Embrapa, com o objetivo de produzir, tratar, organizar, atualizar e disponibilizar em ambiente Web conteúdos técnico-científicos específicos e em linguagem simplificada para a agricultura familiar do Território do Sisal, em parceria com os atores sociais e institucionais do território que compõem seu Comitê Técnico.

⁸² Conforme dados do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2009b).

Portanto, o Estudo de Caso no Território do Sisal, além de avaliar as contribuições dos projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web ali implantados, significa também uma oportunidade de analisar o papel da Empresa a partir de uma abordagem territorial, a qual representa uma inovação na estratégia de execução de políticas públicas e no enfoque de pesquisa e desenvolvimento de uma instituição que historicamente tem direcionado seus projetos e ações para o desenvolvimento agrícola do País nos âmbitos nacional ou regional — caso dos centros de pesquisa ecorregionais.

5.2.3 Os atores envolvidos

Para as entrevistas semiestruturadas foram selecionados os diretores, professores e alunos das treze escolas dos onze municípios do território que receberam o acervo das Minibibliotecas até julho de 2008, conforme o Quadro 4 abaixo.

Município	Escola	Entrevistados
Araci	Instituto Educacional de Pedra Alta	Alunos da 8ª série e do 3º ano (ensino médio), diretora, vice diretor e professores: biologia, geografia, história e administração
Candeal	Colégio Estadual José Rufino	Diretora, vice diretor, professores de ciências, geografia, história e matemática, os alunos não foram entrevistados, pois estavam em prova
Cansanção	Educandário Senhora Santana	Diretora, vice-diretor, alunos da 7ª série, professores de técnicas agrícolas e técnico da EBDA
Conceição do Coité	Colégio Estadual Professora Olgarina Pitangueira Pinheiro	Vice diretora, professores de português, geografia, biologia e história, alunos do 1º ano (ensino médio) e responsável pela Biblioteca escolar
Itiúba	Ginásio Municipal Antonio Simões Valadares	Apenas o vice diretor, pois as férias escolares tinham sido antecipadas
Lamarão	Colégio Municipal Virgílio Nunes de Medeiros	Vice diretora, professor responsável pela Biblioteca escolar, professores de ciências e história do ensino fundamental e alunos da 5ª e 6ª séries
Monte Santo	Escola Municipal José Andrade	Diretora, professores de ciências e português e os alunos do ensino médio
Monte Santo	Escola Família Agrícola do Sertão	Diretor, professores de zootecnia e agrícolas, alunos do ensino médio
Monte Santo	Estação Digital União das Associações de Monte Santo	Não estava funcionando
Nordestina	Colégio Estadual Dr. Rubem Carneiro	A escola estava de recesso

Quadro 4 - Relação das escolas visitadas e dos atores que participaram das entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo (continuação).

Fonte: Adaptação da autora a partir de informações do site das Minibibliotecas. Disponível em: < <http://www.embrapa.br/minibibliotecas>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

Município	Escola	Entrevistados
Quijingue	Colégio Luiz Eduardo Magalhães	Vice diretora, professora de geografia do ensino fundamental e de biologia do ensino médio, alunos da 5ª série e do 1º ano do ensino médio, responsável pela Biblioteca escolar
Tucano	Escola José Valdir de Santana	Vice diretora, professores de técnicas agrícolas e ambientais, alunos da 6ª série, responsável pela Biblioteca escolar
Valente	Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha	Coordenador Escolar, professor de técnicas agrícolas e alunos da 5ª e 7ª série

Quadro 4 - Relação das escolas visitadas e dos atores que participaram das entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo (continuação).

Fonte: Adaptação da autora a partir de informações do site das Minibibliotecas. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/minibibliotecas>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

Também foram selecionadas todas as dez rádios comunitárias e comerciais que veiculam o Prosa Rural no território, conforme o Quadro 5 abaixo.

Município	Rádio	Entrevistados
Araci	Rádio Comunitária Cultura FM	Diretor da Rádio
Conceição do Coité	Rádio Comunitária Coité FM	Diretor de Programação da Rádio
Conceição do Coité	Rádio Sabiá FM	Radialista responsável pela programação da Rádio Ouvintes da Rádio que estavam na Feira da Cidade
Nordestina	Rádio Comunitária Nordestina FM	Diretor da Rádio
Queimadas	Rádio Comunitária Queimadas FM	Diretor da Rádio Ouvintes da Rádio que residem nos Assentamentos Murici e Povoado Nova Paz
Queimadas	Rádio Comunitária Riacho FM	Diretor da Rádio
Retirolândia	Rádio Comunitária Estrela FM	Diretor da Rádio
Santaluz	Rádio Comunitária Santaluz FM	Não houve entrevista, pois a rádio estava fechada
Valente	Rádio Comunitária Valente FM	Locutor responsável pela programação da rádio
Valente	Rádio Tropical FM (antiga Sertão FM)	Não houve entrevista, pois a Rádio estava fechada

Quadro 5 - Relação das Rádios visitadas e dos atores entrevistados que participaram das entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo.

Fonte: Adaptação da autora a partir de informações do site do Programa Prosa Rural. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/prosarural>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

Com relação ao sistema de gestão da informação via internet, denominado de *Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal* criado na plataforma da Agência de Informação Embrapa, foram entrevistados alguns representantes de organizações sociais vinculadas aos agricultores familiares e de instituições públicas que fazem parte do Comitê Técnico do NAF Sisal (Ver Quadro 6), por ocasião do acompanhamento de reuniões desse Comitê, no município de Valente.

Instituição	Cargo do entrevistado
Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (CODES Sisal)	Secretário-Executivo do CODES Sisal e Articulador do Território da Cidadania
Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Técnico Territorial do MOC e Articulador Territorial do MDA no Sisal
Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro (Abraço Sisal)	Coordenadora da Abraço Sisal
Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)	Coordenador do Núcleo de Assistência Técnica da APAEB
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA)	Técnico da EBDA

Quadro 6 - Relação das instituições públicas e movimentos sociais representativos dos agricultores familiares do território que compõem o Comitê Técnico do NAF Sisal e que foram entrevistados na pesquisa de campo.

Fonte: Adaptação da autora a partir da lista de presença da reunião do Grupo Técnico do NAF Sisal, realizada em 20 set. 2008.

Para as entrevistas semiestruturadas foi utilizado um roteiro, contendo uma média de quatro perguntas-chave sobre cada um dos projetos analisados, elaboradas previamente com o objetivo de criar um ambiente de confiança com os pesquisados, para, em seguida, abrir o diálogo ou uma conversa informal, permitindo que os mesmos expressassem suas opiniões livremente, por meio de críticas, sugestões, comentários ou dúvidas (ANEXO B).

As respostas obtidas nessas entrevistas e nos grupos focais foram todas anotadas, e algumas opiniões e impressões externalizadas pelos entrevistados, a respeito dos projetos analisados ou sobre a sua atuação e participação nos mesmos, foram transcritas de forma textual.

A partir das informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas foi possível identificar os atores individuais, sociais e institucionais que iriam participar da técnica dos grupos focais de interesse para esta pesquisa, quais sejam:

i) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retiroândia – STR Retiroândia. Esse grupo foi composto pelo Presidente do STR – Noé Silvestre Carneiro, pelo técnico de ATES do sindicato – Orlando Sampaio Freire Melo, pelo radialista e diretor da Rádio Estrela FM – Ademilton Ferreira Lima, e pelo agricultor Manoel Messias de Santana (o ‘Seu’ Messias) junto à sua esposa Helena.

ii) Central de Desenvolvimento das Associações do Município de Queimadas – CDA Queimadas em conjunto com a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru – CAMUQ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares – STRAF Queimadas. Desse grupo participaram o Presidente do STRAF – Elesbão Gonçalves da Silva, o conselheiro administrativo da CDA – Silvio Soares da Silva, a coordenadora do Departamento de Cooperativismo e Educação da CAMUQ – Jussara de Oliveira Matos, e o radialista e responsável pela Rádio Queimadas FM – Jairo de Almeida Alves e o ‘Seu Germano’ agricultor do Povoado Espanta Gado. Houve a ausência de outros agricultores e técnicos convidados nesse grupo, devido à participação dos mesmos em uma outra reunião organizada pelo SEBRAE no mesmo dia e horário.

iii) Central de Desenvolvimento das Associações de Araci – CDA. Esse grupo foi constituído pelo Presidente da Associação – Antonio Pimentel, pelo técnico da CDA – Gilson Gomes Santos, pelo radialista da Rádio Cultura FM e Presidente da Associação de Produtores do Povoado de Tingui – Ednei Oliveira, e pelo agricultor Joanísio Oliveira.

iv) Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro – Abraço Sisal. Para esse grupo foram convidados dirigentes e colaboradores da Abraço Sisal e radialistas do território. Mas, devido a problemas enfrentados pela associação com relação a sua infraestrutura de funcionamento, apenas um colaborador – Cleber de Jesus Silva – e o Presidente da Rádio Valente FM – José Melquíades de Oliveira – participaram.

v) Associação de Pais e Amigos da Escola Família Agrícola Avanir de Cunha Lima – APAEFA, em Valente. Para o grupo foi convidada a coordenação da escola, professores, alunos, representantes da APAEB e membros da diretoria da APAEFA. Como a maior parte dos membros da associação reside em outros municípios, esse foi o grupo mais prejudicado por ter sofrido maior ausência dos seus participantes. Participaram efetivamente do grupo o coordenador pedagógico escolar – Jonilson Oliveira Lima –, o professor de Zootecnia – Elton Silva Gomes – e os alunos Rosilene Silva de Jesus, Marcos Antonio Silva e José Paulo Matos.

A escolha dos grupos focais levou inicialmente em consideração as indicações feitas pelos entrevistados por ocasião das entrevistas semiestruturadas, uma vez que os atores que os compõem foram apontados como aqueles que têm sido animadores e, ao mesmo tempo, executores de ações concretas no território envolvendo principalmente os projetos Prosa Rural e Minibibliotecas.

Em um segundo momento, percebeu-se a importância de garantir a seleção desses atores, uma vez que os mesmos não participam diretamente do CODES Sisal. Dessa forma, as entrevistas buscaram aprofundar as análises relativas à contribuição desses atores sociais para o território e às relações de diálogo e de comunicação entre esses grupos e os demais grupos responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas para o território.

É importante destacar que não houve preocupação com a representatividade numérica dos atores pesquisados, mas com o aprofundamento da compreensão a respeito desses grupos sob diferentes aspectos, tais como: conhecimento de seus membros sobre os projetos analisados na pesquisa, tipos de participação dos membros — associados, filiados e dirigentes —, desses grupos nos projetos e nas instâncias deliberativas das organizações sociais que participam, avaliação dos mesmos quanto aos projetos e sua adequação ao território.

5.3 A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2008 e outubro de 2009. No período de 08 a 12 de setembro de 2008 foi realizada a primeira etapa da pesquisa de campo, quando foram entrevistados diretores, professores e alunos de seis escolas; responsáveis e locutores de oito rádios; dois técnicos de escritórios da EBDA (Santaluz e Cansanção), lideranças – presidentes ou diretores – e técnicos que atuam nas organizações sociais representativas dos agricultores familiares no território — caso do MOC, FATRES e APAEB — e agricultores (ANEXO M – Relação dos entrevistados na pesquisa de campo).

A segunda etapa da pesquisa de campo foi realizada no período de 26 de novembro a 1º de dezembro de 2008, quando foram entrevistados os representantes das outras sete escolas do território que tinham recebido o acervo das Minibibliotecas até julho de 2008.

E, no período de 28 de setembro a 1º de outubro de 2009, foram realizadas as entrevistas com os representantes dos cinco grupos focais selecionados.

As entrevistas semiestruturadas com os locutores e diretores responsáveis pelas rádios permitiram identificar algumas vantagens, potencialidades e limitações relacionadas aos projetos de divulgação de C&T, Prosa Rural e Minibibliotecas, bem como ao projeto de gestão da informação na Web, a Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território via NAF Sisal, para alcançar seu público final que são os agricultores familiares e jovens rurais, como será mostrado a seguir.

5.3.1 Prosa Rural

A principal vantagem ou diferencial do programa Prosa Rural apontado pela maioria das rádios está na linguagem coloquial que o mesmo adota e na forma simples, passo a passo, como as tecnologias e práticas agropecuárias são apresentadas. Ou, como explica o radialista responsável pela programação da Rádio Sabiá FM, *o Prosa Rural é uma iniciativa boa que deve ser mantida. É um programa cuja linguagem é positiva e de fácil compreensão para a região.*

Mas a principal crítica dos comunicadores do território é que *falta uma maior participação do agricultor nos quadros do programa*, como ressalta o diretor da Rádio Coité FM. Sentimento compartilhado pelos responsáveis pela programação da Rádio Nordestina FM e da Rádio Sabiá FM. Este último destaca que a maior participação do próprio agricultor poderia ocorrer:

Com seus depoimentos e experiências ao usar determinadas tecnologias, mas o importante é que pudessem entrar com perguntas que fossem respondidas pelos técnicos, pois esse recurso reforça a credibilidade para os ouvintes, que se colocam no lugar daquele agricultor (Responsável pela programação da Rádio Sabiá FM).

Nessas entrevistas também observamos que o Prosa Rural é o único programa de rádio atualmente veiculado no Território do Sisal que aborda temas como inovações, tecnologias e práticas agropecuárias. Fato comprovado por alguns ouvintes do município de Conceição do Coité que, ao serem entrevistados no dia da feira da cidade, citaram que já tinham *ouvido falar nesse programa da Embrapa que fala sobre agricultura e pecuária*. Mas, ao mesmo tempo, constatou-se que não há, no entendimento dos responsáveis pelas rádios e de alguns agricultores-ouvintes, uma relação direta entre os temas abordados pelo Prosa

Rural e a preocupação com a questão ambiental no território, pois associam o programa exclusivamente à temática agropecuária, ainda que muitos dos temas veiculados tratem dos cuidados necessários que se deve ter com o uso dos recursos naturais:

De um modo geral a questão ambiental é tratada na rádio somente na forma de campanhas de conscientização da população quanto aos danos à saúde e ao meio ambiente causados, por exemplo, pelo depósito de lixo nas ruas e nas águas do açude, e essas campanhas são feitas pelas ONGs (Organizações Não Governamentais) que atuam nos municípios (Diretor da Rádio Coité FM).

Olha , quando o assunto é o uso da água, os programas da ASA (Articulação do Semiárido) e os spots do governo federal sobre o uso dos recursos hídricos são, em geral, os únicos materiais que temos e veiculamos (Locutor da Rádio Estrela FM).

[...] os programas da ASA são a fonte principal que temos sobre temas ambientais (Diretor da Rádio Queimadas FM).

Uma prática que tem sido recorrente nas organizações de agricultores familiares nos municípios do território onde o Prosa Rural é veiculado é o aproveitamento dos *Compact Discs* – CDs do programa em palestras, cursos teórico-práticos ou oficinas de aprender-fazer⁸³ que sindicatos, associações, cooperativas e outras representações costumam promover com jovens rurais e agricultores familiares.

Os programas do Prosa Rural, emprestados pelas rádios, funcionam como apoio ou fomento para debates entre os técnicos locais e os agricultores com relação aos impactos das inovações propostas e para a confrontação das práticas adotadas.

Esta situação indica que há grande potencial de uso do programa como um meio de apoio para a comunicação participativa e a mediação do diálogo entre essas organizações e seus filiados/associados.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retiroândia, a Central de Desenvolvimento das Associações de Araci, a Central de Desenvolvimento das Associações do Município de Queimadas e o Movimento de Organização Comunitária estão entre as organizações sociais que têm promovido ações de mobilização de jovens e agricultores familiares e de dinamização das atividades agropecuárias do território com mediação do Prosa Rural.

⁸³ As técnicas para capacitar os agricultores, adotadas tanto pelas instituições públicas de pesquisa e ATER quanto pelos movimentos sociais do campo, são basicamente as mesmas e já estão consolidadas no processo de capacitação para o meio rural, a exemplo de cursos, palestras e oficinas. No entanto, a forma como os movimentos sociais do campo as realizam e o lugar que o agricultor, enquanto sujeito, e a tecnologia, enquanto objeto, ocupam apresentam diferenças significativas. Pois, enquanto os agentes públicos tendem a priorizar a teoria e reforçam a importância da tecnologia, os movimentos sociais do campo valorizam o papel do agricultor enquanto protagonista, como sujeito capaz de apropriar-se da inovação, adaptá-la às condições locais e multiplicá-la em sua comunidade.

5.3.2 Minibibliotecas

As entrevistas realizadas nas escolas, envolvendo alunos, professores, diretores e responsáveis pelas Bibliotecas escolares mostraram que, naquelas onde se desenvolve algum projeto a partir do aproveitamento do acervo das Minibibliotecas, a exemplo da criação de horta escolar ou de atividades agrícolas ou ambientais inspiradas no acervo, é possível verificar mudanças na percepção dos alunos quanto à necessidade de melhorarem seus hábitos alimentares e estimularem seus familiares a praticarem uma agricultura que não prejudique o meio ambiente, resultados que fazem parte dos objetivos do projeto Minibibliotecas.

Este comportamento foi percebido principalmente nas visitas ao anexo do Instituto de Educação Pedra Alta (IEPA), de Araci e ao Colégio Luiz Eduardo Magalhães, de Quinjigue. *Depois que a gente passou a cuidar da horta da escola, eu comecei a comer couve, alface, e outros alimentos que antes eu não colocava no prato. E passei também a entender que é possível plantar sem fazer queimada ou usar produtos químicos, como faziam meus avós,* explica uma aluna da 8ª série do IEPA.

A principal limitação do projeto é que a comunidade local, geralmente formada por agricultores familiares, tem pouco ou nenhum acesso ao acervo que fica restrito ao espaço escolar, recebendo informações apenas de forma indireta, por meio de seus filhos, quando esses são alunos das escolas.

Outra avaliação feita a partir das entrevistas é que o projeto seria melhor potencializado entre os jovens rurais e possibilitaria maior apropriação pelos agricultores familiares se fosse dirigido principalmente para as escolas agrícolas municipais, Escolas Família Agrícolas – EFAs, Escolas Agrotécnicas — antigos CEFETS — e escolas de Assentamentos da Reforma Agrária, onde existem disciplinas direcionadas para práticas agrícolas dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental e cujos alunos são formados para serem potenciais produtores de conhecimento e multiplicadores do aprendizado, atuando também como técnicos agrícolas ou agentes de desenvolvimento sustentável .

Em municípios como Cansanção e Conceição do Coité há iniciativas por parte de alguns técnicos dos escritórios locais da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ou da Secretaria Municipal de Agricultura, e em Araci por parte da Central de Desenvolvimento das Associações – CDA em aproximar os agricultores do acervo das Minibibliotecas, adotando os vídeos e as cartilhas do mesmo em cursos e eventos técnicos, e divulgando para os agricultores familiares a disponibilidade do acervo nas escolas.

5.3.3 NAF Sisal e Árvore do Conhecimento

A análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com técnicos, representantes de instituições públicas e lideranças locais mostrou que há, por parte das lideranças que compõem os Comitês Gestor e Técnico do Núcleo Piloto – NAF Sisal, compreensão quanto ao papel do Núcleo e confiança na sua capacidade de articulação e de aglutinador de informações e conhecimentos para o território.

Quanto ao sistema de gestão da informação via internet, denominado de Árvore do Conhecimento para a Agricultura Familiar do Território do Sisal, ficou evidente que esse não será de uso e apropriação direta pelos agricultores, devido a pouca disponibilidade de acesso à internet ainda presente na maioria dos municípios.

Mas, para o coordenador do Núcleo de Assistência Técnica da APAEB, a estrutura de acesso à internet no território está bastante adequada, com projetos de inclusão digital que permitem que a população entre em contato com a rede mundial de computadores. Enquanto a Coordenadora da Abraço Sisal ressalta que essa situação não reflete a realidade das comunidades rurais, onde a internet ainda não chegou, além de ser importante considerar também *a dificuldade que os agricultores familiares do território ainda têm para lidar com o computador e a internet.*

Por outro lado, a Árvore do Conhecimento representa a possibilidade de os agentes públicos locais e dos técnicos de assistência técnica e extensão rural, que atuam nas organizações e movimentos sociais, obterem informações específicas para o território, sistematizadas e atualizadas em tempo real para compartilhar com os agricultores, por meio de visitas técnicas, cursos teórico-práticos, palestras, oficina de aprender-fazer e outras ações. O coordenador do Núcleo de Assistência Técnica da APAEB acredita que:

Com a Árvore se promoverá a convergência de informações detalhadas, atualizadas e focadas no território, tornando mais fácil e ágil o trabalho dos técnicos de assistência técnica das entidades públicas e não governamentais.

O Coordenador Territorial do MOC e também Articulador Territorial do MDA reforça esse papel ao afirmar que:

O Núcleo tem o papel de agregar informações e a Árvore é um trabalho que traz grandes expectativas para a formação de jovens, somando-se a outras iniciativas que também demandam informações organizadas e selecionadas para o ordenamento do conhecimento no território.

Mas existe uma preocupação comum entre alguns técnicos, é que a *Árvore do Conhecimento*, por ser um sistema Web, fique restrita às lideranças dos movimentos que fazem parte da gestão do Núcleo. Para que isso não aconteça é necessário que todas as entidades participantes façam sua parte, como destaca o Secretário-Executivo do CODES Sisal e Articulador do Território da Cidadania. Ele também lembra que:

A *Árvore do Conhecimento* – enquanto informação e conhecimento – é o produto final do trabalho de articulação entre as entidades que atuam no Núcleo e o agricultor e, por isso, o agricultor não pode ficar alijado do processo de desenvolvimento e uso desse sistema.

Com relação ao NAF Sisal a avaliação das lideranças locais que fazem parte do seu Comitê Técnico ou Gestor é que esse representa um espaço de diálogo com as demais políticas públicas desenvolvidas para o território e de convergência de conhecimentos entre os parceiros.

A partir dessa avaliação percebe-se que o Núcleo Piloto tem potencial para dinamizar não apenas as ações da *Árvore do Conhecimento* no território, mas também contribuir na discussão com os atores institucionais e sociais quanto à identificação de temas relevantes para o Prosa Rural, mediar a realização de entrevistas com agricultores do território para veiculação no programa, estimular a participação direta dos agricultores por meio da produção de conteúdos próprios que possam ser elaborados por eles e gravados para o programa, além de colaborar com a avaliação periódica dos resultados desse programa nos municípios, aproximando-se mais das organizações e dos agricultores do território e promovendo um diálogo duradouro.

Isto pode ser feito estabelecendo, por exemplo, uma sistemática de reuniões temáticas para debater com os agricultores e suas representações locais temas específicos que podem inclusive contribuir para sistematizar as demandas desses atores e promover o desenvolvimento de tecnologias a partir das realidades dos mesmos. Ou criando, com apoio das Rádios Comunitárias do Território e da *Abraço Sisal*, uma rede de colaboradores territoriais que enviem regularmente para o Núcleo as principais dúvidas e sugestões da comunidade e que possam elaborar textos ou gravar áudios para compor os conteúdos e os produtos multimídias que serão disponibilizados na *Árvore do Conhecimento*, por meio de *links*. Essas ações contribuiriam para que os agricultores assumissem o papel de protagonistas nesses projetos.

O NAF Sisal também pode ajudar a estender aos demais municípios do território exemplos como os que vêm sendo produzidos pelas organizações que já usam o Prosa Rural e as Minibibliotecas em suas atividades de mobilização e desenvolvimento com os agricultores, fortalecendo o diálogo interinstitucional no território e mediando a troca de experiências e conhecimentos entre as organizações, os agricultores e os técnicos que atuam no Núcleo Piloto.

Dessa forma, avalia-se que o Núcleo Piloto é uma oportunidade de desenvolver mecanismos que viabilizem a participação dos agricultores na tomada de decisões. A partir dele é possível alargar os canais de participação efetiva dos agricultores familiares do território de forma a estimulá-los para sugerir, mas principalmente participar ativamente, questionando e produzindo informações a partir de seus saberes e conhecimentos historicamente acumulados e não apenas avaliarem e aprovarem o que as lideranças sugerem.

Esses mecanismos, além de contribuírem para o desenvolvimento de uma participação cidadã, ajudam a romper com a tradição da participação passiva e da delegação de poder, como a elevada concentração de poder das lideranças e representações do território e que reflete na participação dos agricultores nos projetos, como será abordado no próximo item.

5.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ATORES NOS PROJETOS

Com base nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo, e adotando as modalidades de participação passiva, participação controlada e participação poder apresentadas por Peruzzo (1998), conforme descrito no Capítulo IV, é possível identificar as formas de participação que os projetos de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web via NAF Sisal, em execução pela Embrapa no Território do Sisal, suscitam nos agricultores familiares e em suas organizações representativas como abordaremos adiante.

A partir da principal característica da divulgação de C&T, que é a recodificação da linguagem especializada para uma não especializada sem perder o rigor da informação, também é possível analisar a adequação da linguagem e das tecnologias de informação e comunicação adotadas nesses projetos à realidade do território.

E, a partir das avaliações realizadas, pode-se ainda analisar as contribuições do Núcleo Piloto – NAF Sisal para o fortalecimento desses projetos no território, bem como para constituir-se como um espaço real de promoção para uma comunicação participativa e interativa e de diálogo interinstitucional.

5.4.1 Prosa Rural: entre a Participação Passiva, mediante concessão de entrevistas, e o estímulo à Participação Controlada, via premiações

O programa Prosa Rural é veiculado nas rádios do território pelo menos uma vez por semana, em dias e horários fixos, conforme mostra a Tabela 3 do Capítulo IV, o que contribui para criar nos ouvintes o hábito de escutar o programa. A possibilidade de os dias e horários de veiculação – que são de definição exclusiva das emissoras de rádio – não serem os mais adequados para atender aos hábitos e aos recursos tecnológicos disponíveis pelos agricultores do território, além de outros aspectos relacionados ao programa, apresenta algumas limitações para a participação do seu público-alvo, que são os agricultores familiares, e conduzem a algumas modalidades de participação, conforme a tipologia apresentada por Peruzzo (1998).

No município de Queimadas, há duas rádios comunitárias que veiculam o programa em dias da semana diferentes, a Rádio Queimadas FM às 4h15min, e a Rádio Riacho FM, do Povoado de Riacho da Onça, às 5h. Em visita ao assentamento Murici e ao Povoado de Nova Paz, que ficam no município, foi possível verificar que os agricultores e agricultoras locais raramente ouvem rádio nesses horários, porque é o momento da ordenha e eles não dispõem de rádio portátil. Conseqüentemente, esses agricultores e agricultoras não têm a oportunidade de ouvir o programa e de participar de alguma forma no mesmo ou a partir dele.

Outra limitação diz respeito à definição dos temas ou assuntos a serem veiculados, na qual a participação dos agricultores e de suas organizações representativas, como os sindicatos, as cooperativas, as federações e as associações é pouco desenvolvida, pois ocorre indiretamente. Em geral, os agricultores e os movimentos sociais encaminham suas dúvidas ou questionamentos por meio de cartas, telefonemas ou e-mails para os centros de pesquisa da Embrapa e Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs, ou os fazem durante reuniões e eventos de transferência de tecnologia, como nos Dias de Campo ou seminários técnicos.

Esses centros fazem anualmente a seleção dos temas que serão submetidos ao edital do Prosa Rural para a definição da grade anual de programação. Esta seleção leva em consideração os temas mais demandados pelos agricultores e pelas organizações da sociedade civil das suas respectivas áreas de influência, bem como a adequação da tecnologia proposta ao público específico do programa.

A partir daí, os centros de pesquisa da Embrapa e as OEPAs acabam fazendo interpretações das necessidades que esses agricultores familiares e suas organizações têm em relação a informações e demandas tecnológicas, reproduzindo, assim, o dirigismo de tecnologias e o controle das informações que caracterizam a prática tradicional difusionista.

Desta forma, a participação dos agricultores familiares e dos atores sociais do território no programa Prosa Rural pode ser caracterizada como **Passiva**, pois se limita à concessão de entrevistas para o quadro “Fala Produtor” e, ainda assim, mediante a indicação feita pelos centros de pesquisa da Embrapa ou Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária responsáveis pelo tema veiculado.

Mas, quando ocasionalmente a coordenação do programa em Brasília–DF promove ações de estímulo, incentivadas por premiações, concursos e pelo envolvimento direto de locutores e responsáveis pelas emissoras de rádio, percebe-se a **Participação Controlada** dos atores sociais e individuais, principalmente os agricultores, por meio do envio de poesias, receitas, perguntas impressas ou mesmo gravações, via telefone (linha 0800 disponibilizada pela coordenação do Prosa Rural em Brasília–DF), para serem levadas ao ar. Enquanto a participação dos atores institucionais que atuam com pesquisa e desenvolvimento e com a assistência técnica e extensão rural pública, a exemplo da Embrapa e da EBDA, caracteriza-se como uma **Participação Poder**, pois essas instituições atuam nas diversas etapas do processo comunicativo, começando pela seleção dos temas do programa e passando pela indicação dos técnicos e dos agricultores que serão entrevistados.

O fato de os programas serem gravados faz com que os ouvintes só participem indiretamente dos mesmos, representando uma terceira limitação. Pois não possibilita a esperada interatividade que a participação ao vivo propicia. E o ouvinte — agricultores, agricultoras e jovens rurais — deixa de ser sujeito da ação, como preconiza a comunicação participativa, para ser objeto da mesma enquanto o processo comunicativo aí envolvido caracteriza-se apenas como uma transmissão de informações dirigidas ao público-alvo.

A quarta limitação refere-se à não adequação plena dos temas veiculados pelo programa, que é regional, às necessidades tecnológicas e ambientais específicas dos sistemas de produção familiar do Território do Sisal. Nesse caso, a principal atividade agrícola e econômica do território é o plantio e processamento do sisal, cultura também cultivada, ainda que em menor escala, no semiárido da Paraíba, do Rio Grande do Norte e

do Ceará. Mesmo assim, em seis anos de existência do Prosa Rural na região do semiárido nordestino, o sisal foi tema de um único programa veiculado no primeiro semestre do ano de 2004⁸⁴.

No entanto, outros temas relacionados às novas práticas que vêm se incorporando aos sistemas locais de produção familiar como caprinocultura, ovinocultura, mandiocultura e apicultura têm sido veiculados com maior frequência na região. Ainda assim, a avaliação da maior parte dos locutores e dirigentes das rádios que veiculam o Prosa Rural no território e dos agricultores entrevistados é que há pouca identidade entre as práticas veiculadas e as locais.

Muitos temas apresentados no programa estão longe da realidade do Território do Sisal, porque o pessoal aqui não consegue cultivar todas as culturas que são apresentadas ou sequer conhecem variedades e práticas que são divulgadas (Diretor da Rádio Comunitária Coité FM).

Com relação à linguagem adotada nos programas, a avaliação dos agricultores-ouvintes, dos responsáveis pelas rádios comunitárias e dos representantes dos movimentos sociais do campo no território é que a mesma é de fácil compreensão. *O programa fala com o agricultor e utiliza recursos como radiodramas, que chamam a atenção do nosso ouvinte, porque as pessoas se colocam no lugar desses personagens* (Locutor da Rádio Sabiá FM, de Conceição do Coité). Essa declaração reforça a importância da oralidade para a aprendizagem no meio rural, e do veículo rádio como meio de mobilização da população do campo.

5.4.2 Minibibliotecas: Participação Passiva dos atores na produção de conteúdos e controlada quanto ao aproveitamento do acervo

Para a elaboração dos conteúdos das cartilhas que compõem o acervo das Minibibliotecas, a Embrapa recorreu a uma equipe formada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, pedagogos, comunicadores e editores. Porém, os jovens rurais, os agricultores familiares e suas representações — que são os esperados sujeitos e protagonistas do processo de socialização do conhecimento no projeto — não têm participação direta na produção desses conteúdos. Tampouco as escolas e os alunos produziram conteúdos para compor esse acervo ou mesmo apresentaram uma avaliação crítica quanto à adequação do mesmo às necessidades e potencialidades socioeconômicas locais. Situação que os transformam em objeto da ação, dificultando a participação efetiva

⁸⁴ Programa de Rádio da Embrapa Prosa Rural sobre o cultivo do sisal, produzido para a Região do Semiárido e veiculado na 4ª semana de setembro de 2004. Arquivo disponível para download em <<http://hotsites.sct.embrapa.br/prosarural/programacao/2004/o-cultivo-do-sisal>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

desses atores no projeto e repetindo a fórmula da entrega de pacotes prontos, conforme praticado no difusionismo.

As principais limitações das Minibibliotecas no processo de participação e comunicação são as seguintes: primeiro a abrangência reduzida do projeto a algumas escolas rurais que, mesmo possuindo quantitativo significativo de alunos residentes em comunidades rurais, em geral não oferecem disciplinas de técnicas agropecuárias e ambientais ou projetos pedagógicos voltados para a realidade econômica e ambiental desses alunos, reservando na maioria das vezes para o acervo apenas a função de apoio às pesquisas escolares e às atividades extraclasse.

A segunda limitação é o baixo aproveitamento dos recursos multimídias, como cartilhas, vídeos e CDs que compõem o acervo, bem como de seus conteúdos, além de limitações quanto à disponibilidade de recursos audiovisuais, tais como videocassete, DVD e toca CDs e até mesmo de espaço físico para abrigar uma biblioteca.

Há também dificuldades por parte dos professores das disciplinas tradicionais como português, geografia, ciências, história e outras em incorporar os temas apresentados pelas Minibibliotecas nos conteúdos das respectivas disciplinas, pois argumentam não possuir conhecimentos específicos para trabalhar com temas do acervo em suas aulas. Também há dificuldades por parte das escolas em usar o acervo de forma transversal no seu projeto pedagógico, propondo atividades que permitam o debate em sala de aula sobre os temas propostos pelo acervo, e promovendo a reflexão crítica dos alunos com relação às práticas agropecuárias apresentadas e as que são praticadas nas comunidades locais, e até mesmo a realização de projetos com a comunidade externa ao ambiente escolar.

Das treze escolas dos dez municípios do território que mantém o projeto em funcionamento desde 2005, conforme apresentado na Tabela 3 da página 112, apenas cinco desenvolveram projetos específicos com alunos e professores incorporando os conteúdos disponibilizados no acervo. Um exemplo é o Instituto Educacional de Pedra Alta, em Araci, que criou hortas com as turmas de ensino fundamental e médio e esses alunos têm levado para suas comunidades o aprendizado obtido.

A Escola Municipal José Andrade, no Povoado de Pedra Vermelha, em Monte Santo, iniciou a partir da chegada das Minibibliotecas em 2005 um projeto de apicultura com alunos e agricultores vizinhos, mas encerrou dois anos depois por falta de acompanhamento da assistência técnica prestada no município pela EBDA.

O Colégio Municipal Virgílio Nunes de Medeiros, em Lamarão, tem utilizado o acervo para promover campanhas com os estudantes e a comunidade sobre os cuidados com o meio ambiente no município – especialmente a preservação da água e do solo. Além das Escolas Família Agrícola de Valente e de Monte Santo que receberam o acervo em julho de 2008 e, de imediato, o incluíram na programação das disciplinas ministradas, além de terem iniciado atividades específicas como debates e momentos de leitura.

A terceira limitação do projeto está relacionada aos temas que compõem o acervo, pois apesar de abordarem tecnologias para a convivência com o semiárido, práticas recomendáveis de criação de caprinos e ovinos, cultura de mandioca, fruticultura e horticultura, carecem de apropriação às especificidades do Território do Sisal, como cartilhas e vídeos sobre a cultura do sisal, plantio de feijão carioca e aporé, uma variedade produzida na maioria dos municípios do território e vizinhanças, criação de aves para corte, controle de queimadas da caatinga, produção de maracujá, melancia e técnicas de agricultura orgânica.

A modalidade de participação dos atores individuais, sociais e institucionais envolvidos nas Minibibliotecas, como agricultores, direção das escolas, professores, alunos, secretarias de Educação e de Agricultura e técnicos da EBDA, pode se caracterizar como **Passiva** no que se refere à produção dos conteúdos de informação que constituem o acervo do projeto. Porém, como **Participação Controlada** quanto ao uso do acervo em projetos desenvolvidos pelas escolas, uma vez que essas se sentem estimuladas a promover ações envolvendo o acervo em razão da realização de avaliações anuais do projeto, feitas pela Embrapa, e de premiações mediante concursos.

A linguagem adotada nas Minibibliotecas é avaliada por professores e alunos como sendo didática e adequada aos estudantes e à comunidade local, além de ser complementada pelo uso de ilustrações, textos curtos e recursos multimídias que enriquecem as informações e facilitam a compreensão das mesmas.

5.4.3 Árvore do Conhecimento via NAF Sisal: relações de poder estabelecidas no território conduzem os agricultores à Participação Passiva e as lideranças à Participação Poder

No que se refere à Árvore do Conhecimento, um sistema de gestão da informação na internet que está sendo desenvolvida no território a partir do projeto Componente 3 – Núcleo Piloto (NAF Sisal), no âmbito do Programa Agrofuturo, a principal limitação quanto à participação e comunicação localiza-se na necessidade dos agricultores, técnicos e jovens rurais de acesso à internet e aos conhecimentos informacionais para utilizar os recursos oferecidos por esse sistema de gestão da informação desenvolvido para a Web. Isto porque

se trata de um projeto baseado no uso de tecnologias de informação e comunicação, que exige dos usuários maior habilidade para lidar com essas novas tecnologias, reforçando a expressão na qual se afirma que na Sociedade da Informação é preciso o desenvolvimento de uma nova educação para os seres humanos aprenderem a aprender.

Além disso, ainda existem cerca de seis municípios do território que não dispõem de qualquer tipo de acesso à rede de internet: Candeal, Itiúba, Lamarão, Nordestina, Quinjigue e São Domingos. Dos 14 municípios que têm acesso à internet, cinco deles: Barrocas, Biritinga, Ichu, Cansanção e Queimadas, não contam com o serviço de banda larga necessário para um acesso ágil à plataforma na qual a *Árvore do Conhecimento* está sendo desenvolvida. E naqueles que dispõem de equipamentos de informática e acesso à internet com banda larga, os mesmos encontram-se em órgãos públicos e nas representações das organizações da sociedade civil local, como sede de sindicatos, escritórios da EBDA, do SEBRAE, de cooperativas, algumas escolas públicas que funcionam na sede dos municípios. Enquanto o jovem rural e o agricultor familiar contam apenas com o uso desses recursos em centros digitais instalados na sede do município como na Casa da Cultura/Casa Brasil, no caso de Valente, e em escolas digitais ou Telecentros Comunitários como em Monte Santo, Serrinha, Conceição de Coité, Retirolândia, Teofilândia e Tucano ou mediante pagamento para uso em *Lan Houses*, que cobram entre R\$ 0,15 e R\$ 0,30 cada meia hora de acesso.

Outra limitação está no fato de o agricultor ter necessidade de tornar-se conhecedor da linguagem telemática — de informática e de internet — para, a partir daí, apropriar-se dos conhecimentos disponibilizados, poderem refletir criticamente a respeito das informações disponibilizadas nos mesmos, questionar e propor mudanças que contribuam para o processo e o desenvolvimento sustentável do território.

A forma de participação dos agricultores na produção de informações para a *Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território* pode ser caracterizada como **Passiva**, pois os mesmos participam ocasionalmente de reuniões e seminários promovidos por suas respectivas organizações, nas quais são estimulados a debater e apresentar temas que vão orientar os conteúdos da *Árvore do Conhecimento*, mas não participam do processo de priorização dos temas, de elaboração dos conteúdos, da avaliação e da atualização dos mesmos, cabendo às representações das instituições sociais e públicas que atuam no Núcleo Piloto essa tarefa, mediante delegação de poder ou de representação concedida por esses agricultores. Cabe ainda às lideranças e aos técnicos dessas organizações sociais e institucionais o papel de repassar as novas informações e conhecimentos aos agricultores. Dessa forma, repetem-se aqui características comuns ao modelo difusionista, no qual o conhecimento é apenas disponibilizado ou repassado dos técnicos para os agricultores.

É importante destacar, como nos lembra Peruzzo (1998, p. 289), que a participação não elimina a representação, “pois seria ingênuo pensar a possibilidade de todos os membros de um grupo ou comunidade participarem ao mesmo tempo de um determinado processo”. Mas, pelos argumentos desenvolvidos no Capítulo II quanto às relações de poder historicamente estabelecidas por alguns movimentos sociais que atuam no Território do Sisal, a exemplo da APAEB, é possível afirmar que a baixa participação direta dos agricultores nesses espaços resulta de forte poder hierárquico exercido pelas lideranças das associações, cooperativas e outras representações locais, que sempre se colocam no papel de interlocutores oficiais dos agricultores familiares.

Nesta perspectiva, a participação dos técnicos, das lideranças dos movimentos sociais locais e das demais instituições de pesquisa e ATER podem se caracterizar como **Participação Poder**, uma vez que os mesmos têm assento no Comitê Técnico do Núcleo, participam da gestão do NAF Sisal, na qualidade de parceiros da Embrapa no projeto Componente 3, e também das etapas de seleção, produção, avaliação e atualização dos conteúdos específicos da Árvore do Conhecimento e, portanto, da gestão da informação.

O Quadro 7 apresenta um resumo das vantagens, limitações e potencialidades dos projetos analisados na pesquisa de campo: Minibibliotecas, Prosa Rural, Árvore do Conhecimento e NAF Sisal, bem como as formas de participação dos atores individuais, sociais e institucionais do território nesses projetos.

Principais Resultados	Prosa Rural	Minibibliotecas	Árvore do Conhecimento	NAF Sisal
Vantagens	Linguagem Coloquial – Fala direto com o agricultor, respeitando seu jeito de ser.	<ul style="list-style-type: none"> * Uso dos recursos multimídias. * Linguagem simplificada. * Mudança na percepção da comunidade escolar para a melhoria dos hábitos alimentares. 	<ul style="list-style-type: none"> * Convergência de informações selecionadas, atualizadas e focadas no território. * Agilidade para o trabalho dos técnicos de ATER e de ATES. 	Tem contribuído para ressignificar o papel da Embrapa junto aos atores territoriais, que passaram a conhecer melhor e de perto a instituição, suas ações e forma de trabalho.
Limitações	Pouca participação dos agricultores no programa.	Pouca participação dos agricultores e das comunidades locais.	Pouco acesso dos agricultores à internet e necessidade de domínio de informática e internet.	Pouca atuação fora do município pólo do território (Valente).
Potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> * Mediar o diálogo interinstitucional e entre técnicos e agricultores. * Estimular a reflexão crítica. 	<ul style="list-style-type: none"> * Contribuir para a formação de novos agentes de desenvolvimento local. 	<ul style="list-style-type: none"> * Contribuir para o compartilhamento do saber no território. 	<ul style="list-style-type: none"> * Mediar o diálogo interinstitucional. * Articular-se com outros programas e políticas públicas do território. * Dinamizar as ações dos projetos Minibibliotecas, Prosa Rural e Árvore do Conhecimento.
Formas de participação nos processos comunicativos	Participação Passiva dos agricultores e atores sociais nos quadros do programa, e Controlada mediante concursos e premiações. Participação Poder das instituições de P&D e ATER.	Participação Passiva dos agricultores, estudantes e escolas na produção de conteúdos para o acervo e Controlada na apresentação de projetos, mediante avaliações e concursos.	Participação Passiva dos agricultores na definição dos conteúdos (ocorre mediante delegação de poder às lideranças), e Participação Poder das lideranças na gestão da informação.	Participação Passiva dos agricultores no planejamento das ações do Núcleo e Participação Poder das lideranças que fazem parte dos Comitês Técnico e Gestor do NAF.

Quadro 7 – Vantagens, limitações e potencialidades dos projetos: Minibibliotecas, Prosa Rural, Árvore do Conhecimento e NAF Sisal, e as Formas de participação dos atores individuais, sociais e institucionais do território nesses projetos.

Fonte: Adaptação da autora a partir dos resultados obtidos nas análises das entrevistas e dos grupos focais realizados na pesquisa de campo.

5.5 DIVERSOS OLHARES E UMA MESMA PERCEPÇÃO

Para os grupos focais foram escolhidas cinco organizações que atuam em diferentes municípios do território e que são representativas dos agricultores familiares: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retirolândia – STR; a Central de Desenvolvimento das Associações de Queimadas – CDA em conjunto com a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru – CAMUQ e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Queimadas – STRAF; a Central de Desenvolvimento das Associações de Araci – CDA; a Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro – Abraço Sisal e a Associação de Pais e Amigos da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha – APAEFA.

Esses grupos foram selecionados porque utilizam os programas do Prosa Rural e ou cartilhas e vídeos das Minibibliotecas em suas atividades formativas e de capacitação de jovens e agricultores familiares. O ANEXO F apresenta um resumo dos grupos focais selecionados e de seus participantes.

No município de Valente, a seleção dos grupos formados pela APAEFA e a Abraço Sisal ocorreu por se tratarem de organizações sociais que atuam nas áreas de educação e comunicação, respectivamente, e também fazem uso dos programas do Prosa Rural, e do acervo das Minibibliotecas. A escolha da Abraço Sisal também está relacionada ao fato de as rádios comunitárias terem forte presença no território como forma de estabelecer um elo entre as entidades que atuam no mesmo e os indivíduos, isso desde a época em que a chamada Região Sisaleira começou a se consolidar política e economicamente em função da fibra do sisal ter se tornado uma *commoditie* agrícola e uma cultura que emprega grande número de mão de obra.

As organizações selecionadas, como já comentado, não fazem parte do CODES Sisal e tampouco dos Comitês Técnico e Gestor do NAF Sisal, com exceção da Abraço Sisal, situação que permitiu analisar a existência ou não de comunicação entre os atores sociais e institucionais que atuam no colegiado territorial e os que não fazem parte do mesmo, bem como se essas organizações que não participam do CODES Sisal conhecem e participam das políticas públicas para o território, as quais são propostas, aprovadas e acompanhadas pelo CODES.

Para as entrevistas com os representantes dos grupos focais foi adotado um roteiro de perguntas abertas e fechadas (Ver ANEXO C), um questionário específico para os agricultores (Ver ANEXO D) e outro para ser respondido pelos representantes das organizações sociais (Ver ANEXO E). Esses questionários foram respondidos individualmente, como forma de complementar e confrontar as respostas do grupo com as percepções individuais dos participantes. A sistematização e o cruzamento das respostas dos questionários aplicados aos representantes dos grupos focais estão disponíveis nos anexos de G a L.

Em média, cada grupo contou com a participação de quatro atores pertencentes a essas organizações como dirigentes, técnicos e agricultores – entre filiados e associados. Uma dificuldade encontrada para a realização da técnica dos grupos focais foi a ausência de alguns de seus participantes, principalmente agricultor familiar, conforme comentado no item 5.2.3.

Algumas dessas organizações atuam em áreas comuns como a trabalhista, como é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de Agricultores Familiares de Retirolândia e de Queimadas, apesar de os mesmos atenderem a um número maior de agricultores de base familiar e não de assalariados, mas também atuam na área de crédito rural (acompanhamento do Pronaf) e em políticas públicas para o território. Prestam assistência técnica e extensão rural solidária e sustentável – ATES aos seus filiados, principalmente nos projetos financiados pelo Pronaf e, em Queimadas, o STRAF atua também nos processos de comercialização da produção, enquanto em Retirolândia essa tarefa é de responsabilidade da APAEB. Os principais instrumentos de comunicação desses sindicatos com seus filiados são os programas semanais de rádio mantidos pelos mesmos nas rádios comunitárias locais e as reuniões de base/assembleias realizadas semestralmente, nas quais os filiados em dia com suas obrigações estatutárias têm direito à voz e voto.

Apesar de existir Minibibliotecas em escolas de Retirolândia e de Queimadas, apenas o Presidente do STR de Retirolândia e o coordenador da CDA de Queimadas conheciam o projeto e o seu acervo. Mas os participantes conhecem o programa Prosa Rural que é veiculado nas rádios comunitárias dos respectivos municípios. Os participantes também desconhecem o projeto de desenvolvimento da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território. Mas os técnicos participantes dos grupos se dizem preparados para usar a internet e o sistema de informação via Web e, a partir daí, orientar os agricultores.

A principal crítica desses sindicatos com relação ao papel do NAF Sisal é que o mesmo ainda atua de forma restrita, atendendo mais ao município de Valente, no qual está sediado, e têm como expectativas poderem apresentar e discutir demandas dos agricultores com a Embrapa e seus parceiros por intermédio do Núcleo.

A principal diferença entre os dois sindicatos no que diz respeito ao Prosa Rural é que o STR Retirolândia tem potencializado o seu uso no município, reprisando-o em seu programa semanal 'A voz do seu sindicato', veiculado todas às sextas-feiras, às 19h, pela Rádio Comunitária Estrela FM, e também o utiliza em debates e palestras com agricultores sobre alguns temas específicos. Enquanto o STRAF Queimadas apenas conhece o programa que é veiculado pela rádio local.

A Central de Desenvolvimento das Associações – CDA de Araci e de Queimadas, bem como a Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru do Município de Queimadas - CAMUQ são grupos que apresentam como características comuns a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural solidária e sustentável – ATES e a atuação nas políticas públicas das três esferas do governo. Essas organizações, apesar de promoverem reuniões com maior frequência (mensais) para debater os assuntos de interesse dos seus representados e definir os encaminhamentos necessários, também têm o rádio como principal meio de comunicação com seus associados, mantendo inclusive programas semanais.

Em relação ao Núcleo Piloto – NAF Sisal, apenas os representantes da CDA Araci o conheciam, pois *já ouviram falar na existência do mesmo*, como explica o Presidente da associação. Mas nenhuma dessas organizações participa do Comitê Técnico ou Gestor do Núcleo, e tampouco conhecem a proposta da Árvore do Conhecimento, mas acreditam que é possível disponibilizar para os agricultores e, principalmente para os jovens rurais, informações sobre inovações tecnológicas e recomendações agrícolas por intermédio da internet.

Quanto às ações promovidas por essas associações no território, envolvendo os projetos Prosa Rural e Minibibliotecas, identificou-se que os técnicos da CAMUQ utilizam alguns programas do Prosa Rural nos cursos que realizam com agricultores e jovens rurais, e os da CDA de Queimadas costumam repassar as inovações e práticas divulgadas no programa para as comunidades quando das visitas às mesmas. Mas foi a CDA Araci quem

mais avançou concretamente na potencialização e uso desses projetos no município, pois além de reprisar o Prosa e debater seus temas em seu programa semanal na rádio Cultura FM, também selecionam algumas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas para uso nas Oficinas de “Convivência com o Semiárido”, que são realizadas com jovens rurais e agricultores familiares e mantém um exemplar de cada publicação do acervo à disposição dos agricultores e da comunidade em geral na sede da Central.

A seguir descrevemos as principais percepções dos entrevistados pertencentes aos grupos focais em relação às políticas públicas territoriais, às ações das organizações nas quais atuam e aos projetos de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web em execução pela Embrapa no território.

5.5.1 A participação dos atores nas políticas públicas territoriais

Todos os representantes das organizações entrevistadas atuam de algum modo em políticas públicas desenvolvidas no território, principalmente por meio da participação em conselhos municipais, como o de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, do qual o STRAF Queimadas e o STR Retirolândia já assumiram a presidência. Das cinco organizações selecionadas apenas a CDA Araci e a Abraço Sisal participam do CODES Sisal, mesmo assim somente com direito a voz.

Um problema recorrente nos municípios e que limita a participação dessas organizações sociais nos conselhos municipais é, segundo algumas lideranças entrevistadas, a falta de clareza do executivo municipal quanto ao papel dos membros desses conselhos, e em relação à expectativa das organizações de se fazerem representadas em vários conselhos municipais, na busca de garantir espaços de representação e de poder, porém via um modelo de participação que ainda se limita a ser consultiva:

O problema é que é o poder executivo municipal quem determina a forma de funcionamento e quem são as representações sociais que podem ou não fazer parte dos conselhos (Diretor Executivo da CDA Queimadas e Conselheiro Administrativo da CAMUQ).

A lei diz que os conselhos deverão ter em suas composições a participação de um sindicato, porém não diz qual é o sindicato ou de qual categoria. Agora, em um município onde a grande maioria da população trabalha direta ou indiretamente na agricultura, o mais sensato é que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tenha assento na maioria dos conselhos, mas isso nem sempre ocorre (Presidente do STR Retirolândia).

A cada mudança na administração municipal ocorrem pressões para a substituição e até a exclusão de participantes nesses conselhos, ou seja, existe uma grande descontinuidade de atuação dos movimentos sociais e de ações (Presidente do STRAF Queimadas).

A percepção dos entrevistados quanto à constituição e ao funcionamento dos conselhos municipais comprova os argumentos apresentados nos Capítulos I, II e III desta Dissertação a respeito das fragilidades desses conselhos, da participação não efetiva da sociedade civil organizada nos mesmos e da lógica setORIZADA do planejamento público no Brasil, bem como do centralismo do poder local ainda existente na postura desses chefes do executivo municipal.

A participação dos atores sociais e institucionais nas políticas públicas do território, dar-se a partir de convênios estabelecidos com os governos estadual e municipal. Um exemplo recente é o Programa Todos Pela Alfabetização – TOPA do governo do Estado da Bahia e que tem mobilizado a participação direta da CDA de Araci, da CAMUQ e da CDA de Queimadas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Retirolândia e de Queimadas e as rádios comunitárias. Essas últimas têm feito a divulgação de ações do referido programa nos municípios.

Mas é comum a crítica dessas organizações quanto a pouca divulgação para a população, por parte do CODES Sisal, em relação às ações que são definidas por esse colegiado, bem como a falta de comunicação entre os membros do CODES e os demais movimentos e organizações sociais do território, que reflete na ausência de socialização de informações entre essas instituições e exige também o estabelecimento de um processo de comunicação participativa e interativa entre esses atores sociais.

5.5.2 Prosa Rural: uma inovação com respeito ao jeito de ser do agricultor

Para alguns agricultores e lideranças entrevistados nos grupos focais, o Prosa Rural representa uma inovação em termos de programa radiofônico voltado para o homem do campo. Primeiro porque é o único programa veiculado atualmente nas rádios do território que trata exclusivamente de recomendações sobre práticas agrícolas e novidades tecnológicas para a agricultura familiar, uma vez que o programa da EBDA não é veiculado nas rádios locais, conforme já citado no Capítulo III, e os programas produzidos pelas ONGs e movimentos sociais do território tratam, em geral, de campanhas ambientais e ou relativas aos direitos dos agricultores familiares. Segundo pela linguagem simples adotada no programa, a qual não somente respeita a cultura, as expressões e o jeito de ser regional, mas principalmente porque trata o agricultor como alguém muito próximo, ou melhor, como um “velho conhecido”.

As pessoas que fazem o programa se comunicam de uma forma simples, mas sem ser pejorativa, ou seja, sem querer imitar o jeito do homem do campo, e sem deixar de passar a informação técnica de forma correta, e isto faz com que o agricultor se sinta mais seguro com o que está ouvindo (Técnico do STR de Retirolândia).

O que diferencia esse programa é que ele fala diretamente para o agricultor e trata ele como um amigo ou um 'velho conhecido' (Responsável pela Rádio comunitária Queimadas FM).

A opinião dos participantes dos grupos focais comprova que os aspectos educativos e de tratamento da linguagem, presentes nas ações comunicativas com estratégia de divulgação de C&T da Embrapa, reforçam a importância da oralidade para aprendizagem e a identidade do agricultor no meio rural.

5.5.3 “O que serve para todo o Nordeste nem sempre serve para o semiárido da Bahia”

Um dos problemas mais frequentemente levantados pelos entrevistados, principalmente os agricultores e os técnicos que atuam nas organizações sociais, diz respeito aos temas abordados no Prosa Rural e no acervo das Minibibliotecas.

Como tanto o programa radiofônico quanto a produção do acervo das Minibibliotecas é regional, os mesmos procuram abordar uma temática mais abrangente, que trate de criações, produção agrícola e problemas ambientais comuns à maioria dos estados da Região Nordeste.

No entanto, há grande heterogeneidade tanto em relação às atividades exercidas pela agricultura familiar na região, quanto às peculiaridades existentes em cada microrregião e nos territórios rurais do Nordeste no que diz respeito, por exemplo, a solo, regime de chuvas, tipos de mercado, entre outros, e que nem sempre são contempladas quando da definição dos temas abordados nesses projetos de divulgação de C&T.

Na avaliação dos entrevistados muitos temas veiculados no Prosa Rural e no acervo das Minibibliotecas, mesmo sendo muito interessantes para conhecimento por parte dos agricultores, estão longe da realidade dos sistemas de produção familiar desenvolvidos pelos mesmos:

Nós primeiro selecionamos os temas para serem retransmitidos no programa semanal do sindicato e discutidos nos cursos, porque a maioria dos assuntos apresentados não é trabalhada diretamente pelos produtores aqui do território, pois temos fatores limitantes que impedem, por exemplo, o uso de irrigação ou a implantação de algumas culturas menos resistentes ao nosso regime de chuvas (Técnico do STR Retirolândia).

Às vezes as informações que são apresentadas no Prosa entram em choque com as recomendações dadas pela Articulação do Semiárido (ASA) quanto ao uso da água da chuva, por exemplo. Mas é porque o Prosa é um programa regional e nem sempre o que é recomendado para o Nordeste todo serve aqui para o semiárido baiano (Responsável pela Rádio Comunitária Queimadas FM).

Tem muita informação boa que a gente ouve e pensa: aqui a gente não trabalha com isso, mas será que se tentar dar certo? Então eu acho que os programas são adequados porque servem para a gente saber também o que está sendo recomendado para fazer no resto da região (Agricultor do Povoado Baixa do Couro, em Retirolândia, e filiado ao STR do município).

As opiniões acima expressas reforçam a análise feita no Capítulo IV desta Dissertação sobre as práticas difusionistas ainda presentes nos projetos, no sentido de direcionar informações e tecnologias nem sempre adequadas às condições e necessidades do agricultor.

5.5.4 “Inovação não, é mais uma forma de melhorar o nosso jeito de fazer as coisas”

O uso de técnicas ou práticas agrícolas e ambientais apresentadas nos programas do Prosa Rural, no acervo das Minibibliotecas ou mesmo nas atividades promovidas pelo Núcleo Piloto do Território do Sisal (Dias de Campo, Unidades de Demonstração, palestras) não constituem inovações propriamente ditas para a maioria dos agricultores do Território, pois já existem experiências históricas entre eles de troca de informações e saberes. *Essas tecnologias, na verdade, são mais uma oportunidade de corrigir e aperfeiçoar o que já vem sendo realizado pelos agricultores, oferecendo subsídios para a gente melhorar nossas práticas por meio de técnicas novas ou melhoradas*, como explica o Presidente da Associação de Agricultores de Tingui, em Araci.

Quando questionados sobre os resultados obtidos até o momento pelos agricultores que usam as técnicas ou práticas divulgadas pelos projetos da Embrapa, a resposta uníssona foi no sentido de que na maioria dos casos vem dando certo, porque já usam essa ou aquela técnica e que a partir dos programas de rádio ou das cartilhas e vídeos ou atividades do NAF Sisal têm aprimorado essas técnicas, reduzindo perdas, corrigindo falhas, incorporando o uso de alguns produtos disponíveis na propriedade ou mesmo substituindo práticas reconhecidas por eles como inadequadas, por não estarem apresentando os resultados esperados.

5.5.5 É possível uma socialização de conhecimentos e saberes

Para os entrevistados dos grupos focais é possível colaborar com a produção de novos temas para os programas de rádio, de cartilhas e vídeos, a partir da troca de experiências e de saberes próprios dos agricultores do território com o conhecimento técnico-científico. No entanto, no momento de apresentarem sugestões para a melhor forma de essa socialização se concretizar, muitos entrevistados remeteram essa possibilidade às suas demandas e prioridades em relação à pesquisa, enxergando-se, portanto, apenas como objeto e não como sujeitos que podem atuar diretamente no processo.

Os atores que afirmaram ser possível essa troca ou socialização ocorrer, explicaram que a mesma pode se dar a partir da experiência a ser contada pelos próprios agricultores, por meio de dicas a serem apresentadas no programa de rádio ou de exemplos a serem mostrados nos vídeos ou traduzidos para cartilhas e livros:

Hoje muitos agricultores daqui já sabem qual é a média de ganho do peso ideal dos animais que são alimentados com mistura usando licuri/ouricuri, quanto economizam usando essa mistura e até qual a redução no tempo de abate, tudo isso poderia, com ajuda da pesquisa, ser transformado em cartilha ou vídeo (Professor da EFA Valente).

Eu, por exemplo, sempre ensinei o povo daqui a não queimar caatinga, a não usar químico e como rastelar certo pra terra não perder cobertura. E isso eu posso contar em um programa de rádio e apresentar para outros agricultores em vídeo (Agricultor do Povoado Baixa do Couro, em Retirolândia).

5.5.6 A Embrapa no território: perspectivas de aproximação e diálogo

Para a maioria dos grupos entrevistados, a Embrapa era conhecida até pouco tempo apenas por meio de programas na televisão, principalmente pelo Globo Rural, ou por meio de visitas técnicas programadas por organizações e movimentos sociais do território à Embrapa Semiárido, em Petrolina – PE, ou Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas – BA.

Nosso conhecimento em relação à Embrapa se dava mais por conta de nossa curiosidade, pois nós, enquanto associação, é que sempre procuramos à empresa (Presidente da CDA – Araci).

Apesar de os grupos entrevistados não participarem dos Comitês Gestor ou Técnico do NAF Sisal situado em Valente, há grande expectativa de que essa presença física da Embrapa contribua para uma maior aproximação com os atores sociais e institucionais do território:

Há dez anos atrás ninguém aqui sabia o que era a Embrapa. Mas a cada ano a empresa vem se aproximando mais, realizando pesquisas, unidades de demonstração e palestras. E esse Núcleo é uma iniciativa que tem ajudado bastante a melhorar a articulação entre a Embrapa, as outras empresas e os movimentos dos agricultores (Diretor da EFA Valente).

Para melhorar o diálogo entre a Embrapa e as organizações locais é preciso que esse Núcleo atue mais fora de Valente, desconcentrando suas ações. E que as organizações que são parceiras diretas do Núcleo repassem para as organizações de cada município as informações relacionadas às ações do mesmo e de como podemos atuar todos juntos (Presidente do STR – Retirolândia).

Essas percepções apontam para uma resignificação do papel da Embrapa junto a esses atores, que passaram a compreender melhor o trabalho e a forma de atuação da empresa a partir da presença física da instituição no território, por intermédio do NAF Sisal e de suas ações de articulação, contribuindo para a aproximação da Embrapa com os agricultores, as suas representações e as demais instituições do território. Mas para que essa aproximação se reverta em diálogo sistemático e contínuo, ainda é necessário que a Empresa e as ações planejadas para serem executadas pelo NAF Sisal se façam presentes nos diversos municípios do território e que os atores sociais e institucionais que participam na gestão do Núcleo ampliem também sua capacidade de dialogar e comunicar-se 'com a' e 'na' rede que atuam e caracterizam o Território do Sisal pela forte presença de organizações sociais e institucionais.

5.5.7 Protagonismo, liderança e parentesco: a relação entre experiência e expectativa

Os agricultores que participaram das entrevistas com os grupos focais e aqueles que foram citados pelos grupos por estarem fazendo uso de alguma tecnologia apresentada nos projetos de divulgação de C&T da Embrapa são, em geral, as mesmas pessoas, e se destacam em suas comunidades pelo protagonismo ou liderança que exercem, pois têm transformado suas unidades produtivas familiares em modelos para vizinhos, técnicos e pessoas de outros municípios ou estados.

Este é o caso dos três agricultores familiares que estiveram nos grupos focais. Eles residem em diferentes municípios: Comunidade do Tingui em Araci, Povoado Baixa do Couro em Retirolândia e Comunidade Espanta Gado em Queimadas. Possuem histórias de vida diferentes, mas têm uma mesma determinação e uma característica em comum, que é buscar transformar suas propriedades em um modelo a ser seguido pelos filhos e vizinhos. Seja por meio da agroecologia, do reflorestamento e preservação da caatinga ou da

aplicação correta de técnicas de captação de água como o uso das barragens subterrâneas e de barreiros.

Todos eles têm também em comum o fato de serem pais de jovens agricultores que hoje atuam como técnicos ou líderes de algumas das organizações sociais presentes no Território do Sisal.

Aqui desde cedo eu ensinei meus filhos a cuidar bem da terra. Nós raleamos a caatinga ao invés de queimá-la, fazemos reflorestamento com árvores nativas e fazemos captação de água da chuva. O pessoal fala que minha terra é modelo, mas tudo o que faço é tratar bem a terra, conhecer as novidades que os técnicos apresentam e usá-las para ver se vai dar certo. E, quando dá certo, faço questão de mostrar para os vizinhos e receber outros agricultores que os técnicos trazem aqui pra conhecer nosso trabalho, porque mostrando como faz e que deu certo o povo acredita mais (Agricultor da Comunidade Tingui, de Araci e pai do Presidente da Associação de Agricultores Familiares de Tingui).

Essa relação de parentesco pode ser analisada como uma forma de reprodução da liderança e do protagonismo que esses agricultores (pais) estão conseguindo passar para as gerações seguintes, com base em suas experiências e tradições culturais, mas também buscando novidades, com a expectativa de melhorar a propriedade e os resultados da sua produção sem agredir a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi motivada por uma inquietação: *os projetos da Embrapa de divulgação de C&T e de gestão da informação na Web via NAF Sisal, em desenvolvimento no Território do Sisal, constituem um processo de comunicação participativa e contribuem para o estabelecimento de um diálogo com os atores institucionais e sociais do território ou reproduzem a prática difusionista ?*

Esse questionamento decorre do dilema que envolve continuidades e mudanças nas estratégias de comunicação adotadas pela Embrapa para atender, a partir de novas perspectivas, as atuais diretrizes governamentais de desenvolvimento social e territorial rural sustentável no País. Tais perspectivas impõem: 1) a democratização do acesso de agricultores familiares a informações que promovam o desenvolvimento sustentável, e 2) a necessidade de compartilhamento entre o conhecimento científico e o saber local a partir de um processo participativo, interativo e dialógico.

Como visto nos capítulos desta Dissertação, a Embrapa tem buscado, de forma gradativa e sempre alinhada às diretrizes governamentais, novos caminhos para fazer chegar aos agricultores — em especial os agricultores familiares historicamente excluídos do acesso a informações técnico-científicas —, informações, tecnologias e inovações, pois esse segmento foi reconhecido, desde 1996, como parte do público de interesse da instituição, de acordo com a Política de Comunicação da Empresa aprovada nesse ano.

Para fazer chegar aos agricultores familiares informações e conhecimentos, a Embrapa tem feito uso de estratégias de comunicação, como a divulgação de C&T, e de gestão da informação, por meio de projetos que utilizam vídeos, cartilhas, rádio e internet em uma linguagem acessível e que podem contribuir para o estabelecimento de diálogos horizontalizados e para a ampliação dos espaços de articulação interinstitucional entre a Empresa, um órgão público de pesquisa, e as diversas organizações da sociedade civil que atuam em territórios como o do Sisal no semiárido baiano.

Esses projetos, no âmbito territorial, procuram restabelecer, ainda que de forma geograficamente reduzida, a lacuna existente desde a década de 1980 quando as instituições públicas de P&D, que atuam na escala do Estado nacional, deixaram de acompanhar diretamente a demanda da agricultura familiar no âmbito social, econômico e até mesmo técnico pela inexistência de vínculos com esse segmento da agricultura brasileira.

Na pesquisa realizada para esta Dissertação, observou-se que os projetos Prosa Rural, Minibibliotecas e Árvore do Conhecimento via NAF Sisal, apesar de representarem um avanço para a Embrapa, no que diz respeito à possibilidade de construção de um diálogo direto e de uma comunicação mais participativa com e para os agricultores familiares, bem como suas representações organizativas e demais instituições públicas, ainda não permitiram uma interatividade com esses atores que resulte em socialização de informações e conhecimentos, e que seja também capaz de produzir novos conhecimentos por parte dos atores envolvidos, seja para o próprio território ou outros com sistemas produtivos familiares, econômicos e ambientais assemelhados.

Essa limitação ocorre muito em razão da fragilidade na articulação desses projetos com os movimentos sociais e demais instituições públicas do território. O desconhecimento por parte dos agricultores familiares, dos atores sociais e institucionais quanto à existência de projetos como o Prosa Rural e as Minibibliotecas, implantados nos municípios do território desde 2005, e a pouca ou nenhuma participação da assistência técnica e extensão rural pública exercida no Sisal principalmente pela EBDA, bem como de agentes públicos como as Secretarias Municipais de Agricultura, ou a atuação indireta ou pontual de associações e sindicatos de agricultores familiares, do MOC, e de cooperativas entre outros nesses projetos reforçam a necessidade de a Embrapa estreitar essas relações e contar com a participação desses atores para potencializar os projetos junto aos agricultores e avaliar seus resultados, a exemplo do que já vem sendo feito por algumas organizações sociais do território, como a CDA de Araci, o STR de Retirolândia e a CAMUQ em Queimadas.

A análise feita a partir das entrevistas semiestruturadas e com representantes dos grupos focais também evidenciou que ainda perduram práticas e enfoques difusionistas nas ações de comunicação da instituição, como o dirigismo de informações e tecnologias, entrega de pacotes prontos, interpretações das necessidades dos agricultores familiares e ausência desses agricultores e dos jovens rurais nos processos de produção dos projetos, a exemplo da forma como os temas ainda são selecionados para o Prosa Rural, da inexistência de publicações no acervo das Minibibliotecas que tenham sido originadas nas próprias escolas envolvidas no projeto ou pelas comunidades atendidas e da participação dos agricultores no desenvolvimento e uso da Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território via NAF Sisal, que ainda tem se dado de forma indireta.

Essas práticas têm suas raízes fundadas no modelo ofertista de transferência de tecnologia e, portanto, não conduzem à desejada participação poder, instancia máxima da comunicação participativa, e tampouco para a consolidação do diálogo. A diferença é que hoje existe maior interação entre a Embrapa e os atores finais desse processo, e esses atores têm assumido uma postura mais crítica frente às tecnologias ofertadas, às suas adequações à realidade local e cobrado, enquanto sujeitos, a valorização dos saberes local e a maior participação nos projetos implantados, conforme mostrado nos depoimentos de diversos entrevistados.

Dessa forma, impõem-se ainda para a Embrapa um duplo desafio para que esses projetos cumpram efetivamente seus objetivos de democratizar o acesso às informações, socializar conhecimentos e informações técnico-científicas, promover a comunicação participativa e o diálogo horizontal e contínuo.

Um deles é que os saberes dos agricultores, mesmo que cientificamente não comprovados, a exemplo do uso da quixaba ou do licuri ou ouricuri — largamente utilizados pelos agricultores familiares do Território do Sisal na suplementação animal —, sejam analisados, revalorizados e considerados como válidos, tanto na construção de novos conhecimentos quanto na produção de novas informações para uso dos próprios agricultores.

O outro é garantir nesses projetos o estabelecimento de canais de participação ativa dos agricultores e o diálogo direto pesquisador-agricultor, facilitado pelas tecnologias de comunicação e informação — rádio, vídeos, cartilhas, internet —, e reforçado pela existência de espaços de articulação direta e de negociação de dissensos.

Os espaços institucionais já consolidados pela Embrapa e seus parceiros em alguns territórios rurais, como é o caso dos Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar – NAFs, do programa Agrofuturo, podem representar esse *lócus*.

Esses núcleos, a exemplo do NAF Sisal, em médio prazo, tendem a se tornar para os atores individuais, sociais e institucionais do território um espaço de capacitação e de apropriação de conhecimentos tecnológicos adequados às condições territoriais, bem como um indutor de projetos de pesquisa e desenvolvimento que respondam às demandas do território. Para a Embrapa e seus parceiros, os núcleos devem representar uma experiência concreta de um modelo de ação direta da pesquisa para o desenvolvimento territorial rural sustentável e de potencialização das políticas públicas voltadas para o território.

A pesquisa de campo identificou que o Núcleo Piloto Sisal – NAF Sisal é reconhecido pelos parceiros e membros do Comitê Técnico e Gestor como um importante instrumento de articulação institucional, podendo, portanto, transformar-se em uma política pública sistemática, contínua e legitimada pela realidade social do território.

Mas, para que essa proposta se torne realidade, faz-se necessário que a Embrapa reconheça urgentemente a importância de sistematizar essa e outras experiências territoriais que vêm sendo realizadas em alguns de seus centros de pesquisa, para que sejam consolidadas e divulgadas a partir de um Marco Referencial para o desenvolvimento territorial rural sustentável.

No caso do Território do Sisal é preciso também atuar em duas frentes para a maior aproximação e diálogo da Embrapa. A primeira frente envolve os próprios membros do Comitê Técnico e do Gestor, formados pelas organizações da sociedade civil e instituições públicas que assinaram a parceria formal com a Embrapa, pois esses não têm participado efetivamente das ações do NAF Sisal, muito em função da expectativa que tinham inicialmente de que o núcleo seria apenas um meio de repasse de recursos públicos para a implantação de projetos de interesse específico de cada organização ou movimento social.

A segunda frente é a necessidade de fomentar fluxos de informação e de comunicação entre esses parceiros e os demais atores do território, principalmente aqueles que têm grande representatividade nos municípios, a exemplo da Central de Desenvolvimento das Associações – CDA de Araci, que representa em apenas um único município mais de 90 associações de comunidades rurais, com as Escolas Família Agrícola e com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Território – STRAFs, os quais se queixam de não receber informações sobre as ações do NAF, mesmo tendo em seus municípios organizações que participam dos comitês do núcleo.

Esse tipo de ação contribuiria para ampliar a capacidade de mobilização de todos os atores do território em torno da participação e da gestão social das políticas públicas, pois ainda constituem processos insatisfatórios.

Essa é a única forma de a Embrapa deixar de ser vista como um órgão distante e inacessível para muitas organizações e, principalmente, para os agricultores familiares, e um caminho para estabelecer o diálogo interinstitucional direto e necessário, conforme preconizado pelo governo federal no Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR.

As entrevistas realizadas com os representantes dos grupos focais mostraram que a presença física da Embrapa no Território do Sisal, por meio do Núcleo Piloto, tem contribuído para ressignificar seu papel junto a essas organizações e aos agricultores, uma vez que a irradiação de informações e conhecimentos e a presença da mesma representam a busca de um diálogo horizontalizado com os atores territoriais.

O depoimento do agricultor e Presidente da Associação de Agricultores de Tingui, no município de Araci, de que a presença da Embrapa no território é uma demonstração de que a empresa está se abrindo mais e ampliando sua atuação de forma a chegar mais próximo dos agricultores de base familiar, que são os que mais necessitam de suas pesquisas e tecnologias, atesta esse papel que a Embrapa vem assumindo no Território do Sisal.

A análise histórica realizada nesta Dissertação indica que a incorporação da lógica territorial no planejamento das políticas de desenvolvimento rural do poder público é ainda um grande desafio, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, uma vez que exige alterar o estilo histórico de planejamento no País, incorporando uma lógica mais participativa, e de corresponsabilidades na gestão entre o Estado e a sociedade civil para a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

Trata-se também de superar as inércias institucionais, pois cada órgão possui seu próprio recorte territorial como apresentado no Capítulo III, e pouco ou nenhum diálogo entre seus respectivos programas e ações para alavancar processos de desenvolvimento territorial rural sustentável que tenham como objetivo final a redução da pobreza e das desigualdades no campo, a partir de ações de longa duração.

Ao implementar políticas públicas para o desenvolvimento rural, nota-se que o Estado passa a ter um papel fundamental na definição do perfil do agricultor que pretende atender e de como esses serão considerados pelos instrumentos de políticas públicas, como pesquisa, assistência técnica e crédito rural, conforme visto no processo de modernização da agricultura brasileira, nos projetos de desenvolvimento para a região Nordeste, de desenvolvimento local adotadas a partir da década de 1990 e nos atuais programas de desenvolvimento territorial rural.

Mesmo com os avanços do governo, a partir de 2003, em termos de políticas para o desenvolvimento territorial rural sustentável, ainda há muitos agricultores familiares no Território do Sisal que, por não estarem organizados em sindicatos, associações e ou cooperativas encontram-se excluídos das ações coletivas e, conseqüentemente, dos benefícios das mesmas, restando a esses agricultores exclusivamente o benefício das políticas sociais, caso do Programa Bolsa Família e da previdência e seguridade social.

Essas assimetrias também são evidentes quando analisamos a participação e autonomia dos diversos atores na gestão do território, a começar pelo fato de que são os poderes executivos estaduais e municipais que continuam administrando os recursos para financiar os projetos de infraestrutura e de aquisição de equipamentos selecionados pelos colegiados ou fóruns territoriais, mantendo assim o poder de frear ou desviar esses projetos de seus objetivos.

Essa relação, além de sedimentar as assimetrias historicamente estabelecidas nas relações de poder, principalmente da região do semiárido baiano, impede a consolidação da gestão social, na qual todos os setores envolvidos na elaboração e na apropriação do projeto comum de desenvolvimento territorial rural sustentável deveriam ter plenos direitos de decisão, execução e fiscalização.

Mesmo com a criação em 2008 do Programa Territórios da Cidadania, como forma de fortalecer os territórios apoiados pelo PDSTR e ampliar a negociação política com os municípios e Estados, ainda não é possível evitar a existência das assimetrias de poder e de interesses no desempenho das políticas públicas e em sua gestão, e de eventuais descontinuidades de ações e recursos voltados para os territórios de identidade instituídos.

O risco de uma possível insustentabilidade dos territórios de identidade atualmente apoiados pelo MDA em razão de uma alternância programática de governo a partir de 2011 também é real. E se as novas institucionalidades, caso dos territórios, colegiados e espaços de planejamento, construídas a partir da política de abordagem territorial estiverem funcionando apenas como retórica ou novas fontes de captação de recursos financeiros e não como espaços de participação, deliberação, inovação, conhecimentos e ações coletivas para interferir estrategicamente na política nacional de desenvolvimento rural e sistematicamente na definição do orçamento da União, certamente não resistirão a possíveis investidas de descontinuidades ou retrocessos comuns nas políticas públicas brasileiras sempre que ocorrem mudanças de governo.

Assim, como forma de evitar a transitoriedade dos territórios de identidade, a exemplo do Território do Sisal, é necessária a adoção de algumas medidas com visão de futuro, que garantam a sustentabilidade desejada para esses arranjos socioprodutivos, enquanto espaço privilegiado e especial de planejamento e execução do desenvolvimento territorial rural sustentável:

1) incorporar de fato a abordagem territorial como um planejamento governamental de longo prazo, consolidando os projetos estratégicos de desenvolvimento territorial rural sustentável. Para isso, é preciso que o Estado adote estratégias que tenham como base a descentralização das políticas públicas nacionais, mas com as devidas adaptações para atender às respectivas realidades, como a municipal/territorial, o que não implica na ausência do Estado central ou na total descentralização de suas ações.

2) cobrar o mais breve possível uma definição legal ou normativa do Estado para que os territórios de identidade tornem-se oficialmente reconhecidos e tenham governabilidade. Essa situação exige mudanças na estrutura institucional e até mesmo uma reforma democrática do Estado. Somente assim, esses arranjos territoriais poderão deixar de ser dependentes da vontade e disposição política e do repasse de recursos financeiros por parte dos governantes estaduais e municipais e das instituições do Estado.

3) definir novos critérios que possam garantir a esses territórios o acesso a recursos financeiros e a novas ações governamentais — federal, estadual, municipal —, quando os mesmos atingirem os limites ou as condições que os enquadraram no programa Territórios da Cidadania. Uma alternativa pode ser a criação de novas fontes de financiamento dos projetos, mediante fundos específicos, cujos recursos possam ser geridos, por exemplo, pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, mas contratados diretamente com os Colegiados ou Fóruns Territoriais a partir de grupos gestores especificamente constituídos com essa finalidade e capacitados para atuar e gerir tais recursos.

4) capacitar permanentemente os atores sociais e institucionais locais, que compõem as novas institucionalidades, para atuar de forma propositiva e inovadora quanto à apresentação de projetos comuns de desenvolvimento, pois há grande rotatividade nas lideranças sociais e públicas que compõem os colegiados ou fóruns territoriais. E esses atores precisam estar cada vez mais preparados para responder às expectativas de fortalecimento político e institucional, sociocultural, ambiental, tecnológico e econômico desses territórios, no caso de descontinuidades ou término do programa.

O somatório dessas quatro ações pode contribuir para a sustentabilidade política e institucional dos projetos de desenvolvimento territorial rural sustentável atualmente em curso no País, principalmente, em territórios como o Sisal, cuja história de mobilização social, organização da cadeia produtiva do sisal e de outras culturas agrícolas e o surgimento de espaços de articulação interinstitucional como o NAF Sisal podem e tendem a contribuir para a sua consolidação. Portanto, torna-se necessária a realização de pesquisas futuras que possam analisar os meios e os instrumentos necessários para que as medidas acima sugeridas não apenas melhorem as ações previstas na política de desenvolvimento rural sustentável do País, mas principalmente lhe assegure perspectiva de futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2003.

_____. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento**. Brasília: IPEA; São Paulo: USP – FEA, 1998. (Relatório Final).

AGUIAR, Ronaldo Conde de. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática, In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 115-128.

_____. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ALCOFORADO, Fernando Antonio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional), Universidade de Barcelona, Barcelona.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão; LIMA, Antonio Renan Moreira. **Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ALVES, Mário Aquino. Terceiro Setor: as Origens do Conceito. **Anais do ENANPAD** Salvador, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO, Marluce Freire et. al. **Avaliação do projeto Minibibliotecas no semiárido do Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, MG: uma Pesquisa-Ação**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

ASSOCIAÇÃO de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira do Estado da Bahia – Valente. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.apaeb.com.br/index.php?secao=apaeb>>. Acesso em: 22 jan. 2009.

BONNAL, Philippe. Território da cidadania, evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural, In: **Observatório das Políticas Públicas para a Agricultura**, n. 14, fev/2008, Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 2008, p. 41-44. Disponível em: <<http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/Page41/Page42/files/014TerritCidadaniaMeioRural.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2009.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O desenvolvimento de um comunicador para o desenvolvimento**. Disponível em: <<http://antares.ucpel.tche.br/regiocom/upload/File/Palestra-Bordenave.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

_____. **O que é participação**. 2. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

_____. **Além dos meios e mensagens – Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1985.

BRANDÃO, Vladimir; GONÇALVES, Ada Cristina V. et. al. **Brasil inovador – o desafio empreendedor**: 40 anos de sucesso de empresas que investem em inovação. Brasília: IEL – NC, 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO**, 2009a. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_promeso>. Acesso em: 3 ago. 2009

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Sistema de Informações Territoriais – SIT, Índices de Desenvolvimento do Território 43 – Território do Sisal – Bahia**, 2009b. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?ac=buscar&base=1&abr=uf®iao=&uf=BA&territorio=43&tema=6>>. Acesso em: 5 set. 2009

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia – **Plano de Ação 2007-2010**: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – **Plano Plurianual 2008-2011**: Projeto de Lei. Brasília: MP, 2007. Disponível em: <http://sigplan.gov.br/download/avisos/001-mensagempresidencial_internet.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território do Sisal – Bahia**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais, n. 1).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: MDA, 2005b. (Série Documentos Institucionais, n. 2).

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**, 2005c. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/delimitacao.asp>>. Acesso em: 3 mai. 2009.

_____. Medida Provisória N.º 108 de 27 de fevereiro de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – “Cartão Alimentação”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 28 de fevereiro de 2003.

_____. **Agenda 21 brasileira**: Bases para discussão. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2000.

BUAINAIN, Antonio Márcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 5, 2006, p. 107-111.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. **Ciência e Cultura**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 37, n.9, p. 1420-1428, set/1995.

BURSZTYN, M. O poder dos donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e suas elites desalmadas. In: **Raízes**, v. 22, n. 1, 2003. p. 291-314.

_____. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 83-102.

_____. **O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CABRAL, José Irineu. **Sol da manhã**: memória da Embrapa. Brasília: UNESCO, 2005.

CALLOU, Ângelo B. Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Orgs.) – **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento Agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.

CALLOU, Ângelo B. Fernandes *et. al.* O Estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. In: CALLOU, Ângelo B. F., PIRES, Maria Luiza L.; S., LEITÃO, Maria Rosário F. A.; SANTOS, Maria Salett Tauk (Orgs.). **Relatório de Pesquisa**. Itamaracá - PE, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. Oxford: Blackwell, 1997.

CASTRO, Ana Célia. Ciência e Tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento, In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 1, n. 3, set/dez 1984, p. 309-344.

CIÊNCIA HOJE. Rio de Janeiro, n. 1, jul./ago. 1982.

CHABAL, Mirelle. Lês formes de réciprocité positive, négative, symétrique. **Conférence in Cauris**, 2005. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Recursos Hídricos do Estado da Bahia**: ênfase no semi-árido. Salvador, 1995.

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/agriculturafamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em 30 set. 2009.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRSS**, 2009. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>. Acesso em 14 nov. 2009.

COUTO FILHO, Vitor Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Organizadores: Maya Takagi, Otávio Balsadi. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. Planejamento e Políticas Públicas de Inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23. Brasília: IPEA, 2001.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Surf nas ondas do tempo: Do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003.

DE SOUZA SILVA, José. Quo Vadis, Tecnociência? – a emergência de uma ciência da sociedade no contexto de mudanças de época. In: **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2004. Cap. 9.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livro, 2004. (Série Pesquisa em educação, v. 8).

_____. **Participação é conquista**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

DIA de Campo na TV. **Histórico**. Disponível em :<<http://www.embrapa.br/diacampo>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

DOWBOUR, Ladislau. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 103-112.

DUARTE, Laura M. G; SAYAGO, Doris. Dinâmicas associativas da agricultura familiar e funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: UnB – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM. Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI. v. 6. n. 24, 2006. p. 205-220.

EMBRAPA. Programa de inovação tecnológica e novas formas de gestão na pesquisa agropecuária – **Agrofuturo**, 2009a. Disponível em: <<http://www22.sede.embrapa.br/uc/dpd/agrofuturo/>>. Acesso em 20 jul. 2009.

_____. **Macroprogramas**, 2009b. Disponível em: <https://intranet4.sede.embrapa.br/pesquisa_desenvolvimento/seg/programatica/macroprogramas>. Acesso em 15 ago. 2009.

_____. **V Plano Diretor da Embrapa 2008 – 2011 – 2023**. 1. ed. Brasília–DF: Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/PDE_V20081230_CIMP.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. **Política de comunicação**. 2. ed. revista e ampliada, Brasília–DF, 2002.

_____. **Pesquisa agropecuária e qualidade de vida: A história da Embrapa**. Brasília-DF, 2000.

_____. **Política de comunicação empresarial**. Brasília–DF, 1996.

EMBRAPA; EMBRATER. **Interiorização da pesquisa e da extensão:** ação integrada. Programa Integrado de Comunicação e Transferência de Tecnologia Agropecuária, Brasília - DF, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST no estado de São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDÉZ, Florentino Sanz. **El aprendizaje fuera de la escuela:** tradición del pasado e desafío para el futuro. Madri: Edicions Acadêmicas, 2006.

FERREIRA, Francisco W. A. **A participação da comunidade na criação de órgãos municipais de apoio.** São Paulo, CENAFOR, 1985.

FOME Zero. **Conceito**, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/o_que_é>. Acesso em: 20 jul. 2009.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. **Descentralização e estratégia institucionais dos municípios para a captação de recursos:** um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia: 1997/2003. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Fundarpe, 1985.

FROÉS BURNHAM, Teresinha. Análise Contrastiva: memória da construção de uma metodologia para investigar a tradução de conhecimento científico em conhecimento público. **Datagramazero**, v. 3, n. 3, jun/2002, Artigo 03. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun02/Art_05.htm>. Acesso em: 4 jan. 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASTAL, Marcelo Leite. **A representação social do desenvolvimento rural sustentável construída por assentados:** o caso do Projeto Unaí. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

GASTAL, Edmundo. **Enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária.** Rio de Janeiro: IICA – Escritório no Brasil, 1980.

GOEDERT, Wenceslau J.; PAEZ, Maria Lúcia D' Ápice; CASTRO, Antonio Maria G. (Ed.). **Gestão em ciência e tecnologia: pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa – SPI, 1994.

GONCALVES, Maria Augusta Salin. Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educ. Soc.** [online]. 1999, vol.20, n.66, pp. 125-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301999000100007&script=sci_arttext&tIng=pt.> Acesso em: 26 fev. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

_____. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 11. ed. Rio Grande do Sul: L&PM, 1986.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Paper Apresentado no Painel: Avaliação 10 anos do PRONAF, XLIV Congresso SOBER, **Anais...** Fortaleza– CE, Julho de 2006.

GUANZIROLI, Carlos E. et. al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAUBERT, Máxime. **De la tradicion communautaires à la modernité cooperative: évolution, greffage ou récupération ?** In: Tiers Monde, v. 22 (88), 1981, p. 789-808.

HERNÁNDEZ CAÑADAS, Patricia Liset. **Os periódicos: Ciência Hoje e Ciência e Cultura e a divulgação da ciência no Brasil**. 190 f. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ/ECO, Rio de Janeiro.

IBAM. **Consads** – Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: a proposta dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3&inford=437>>. Acesso em: 3 ago. 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>> . Acesso em: 10 out. 2009.

ISARD, Walter. **General theory: social, political, economic and regional**. Cambridge: M.I.T, 1969.

JAPIASSU, Hilton. **As paixões da ciência**. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: Teoria e Crítica. 2. ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002 (Série Antropologia 322), 32 p. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2009.

MASSARANI, Luisa. **A divulgação científica no Rio de Janeiro**: algumas reflexões sobre a década de 20.1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **Histórias das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 65-72, 1997.

MELO, José Marques de. Impasses do Jornalismo Científico. In: **Comunicação e Sociedade**, n. 7, p. 19-24, 1982.

MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano. **A Profissionalização do campo do desenvolvimento rural na região do Sisal**. 2009. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MIÚRA, Juliana; BELTRÃO, Selma Lúcia Lira. **Prosa Rural**: Manual de Produção e Edição. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluratividade, pobreza rural e políticas públicas**: uma análise comparada entre Brasil e União Européia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 11, 2008. (Série Teses e Dissertações).

NORA, Simon; MINC, Alain. **A informatização da sociedade**. Trad. de Luisa Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

NOVO retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000 (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/ FAO).

NUNES, Sidemar Presotto. **A agricultura brasileira frente ao processo de reestruturação produtiva**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sócio-Economia) – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná. Disponível em: <<http://www.icesi.edu.co/ret/documentos/Ponencias%20pdf/303.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLALDE, Alicia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; QUAN, Julian. A organização territorial no Estado da Bahia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXXII, 2008. Caxambu – MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. 1 CD-ROM.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, Brasília, Abr./Jun, 2007.

_____.; CARDOSO, Alessandra. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o PRONAF à luz do LEADER. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 2, Abr./Jun., 2002.

_____.; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA e FILHO (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. São Paulo: Editora Alínea, 2007, p. 93-121.

ORTRIWANO, Gisele S. **A informação no rádio – grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PEDRÃO, Fernando. Desenvolvimento Rural na Bahia. In: **Análise territorial da Bahia rural**. Salvador: SEI, 2004, p. 75-94. (Série estudos e pesquisas, 71).

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2009.

PERUZZO, Cícilia, M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Movimentos sociais, cidadania e direito à comunicação. In: COLÓQUIO BRASIL-ESPANHA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, V., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. 1 CD-ROM.

PORTAL da Cidadania. **Territórios da Cidadania**, 2009. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Marcelino. Seminário discute programa para a agricultura familiar. **Portal Eletrônico da Embrapa**, 8 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/maio/foldernoticia.2007-05-07.9295104805/noticia.2007-05-08.9865170404/?searchterm=Núcleo%20Piloto>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

RICCI, Ecio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia**: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Estado e seletividade de políticas públicas**: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

_____. Resenhas. In: **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, v. 3, n. 1, Jan./Abr.; 1986, p. 189-198.

ROGERS, Everett. **Diffusion of innovations**. Free Press, Glencoe, Ill., 1962.

SABBATINI, Marcelo. Imperativos normativos da ciência na divulgação científica e tecnológica. In: **Cultura y comunicación en ciencia y tecnología**. Universidad Salamanca, 1999.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a toca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____.; TEIXEIRA, Olívio Alberto (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos Territórios Rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. (Coleção Milton Santos, 1).

_____.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. São Paulo: Record, 2004.

SAYAGO, Doris. Os Conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 4, p. 16-21, 2007a.

_____. **Linha de Base – Território Grande Dourados/MS, Território Sisal/BA, Território Nordeste Paraense/PA**. Brasília–DF: Embrapa, maio de 2007b, 170p. (Componente 3 – Núcleos Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar/Agrofuturo).

SCHNEIDER, Sérgio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil: versão ampliada do trabalho Trends and matters in rural development studies in Brazil, apresentando no XXII Congresso of the European Society for Rural Sociology, Wageningen. **Anais...** Holanda, 20-24 agosto de 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. – **Teoria do desenvolvimento econômico**: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência – Formação da comunidade científica no Brasil**. 2. ed. Brasília: MCT, 2001.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 12, 2008. (Série BNB Teses e dissertações).

SILVA, Orozimbo, R. da. **O agronegócio do sisal no Brasil**. Brasília–DF: Embrapa, 1999.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. In: SILVA, S. B. de Mello e; SILVA, B-C. N. (Orgs.). **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: Editora UFBA, 2003.

_____.; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Reinventando o território**: tradição e mudança na região do Sisal – Bahia. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 2003, p. 131-153.

SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise territorial da Bahia rural 2002-2003**. Salvador: SEI 2004. (Série Estudos e Pesquisa, 71).

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Ângelo B. Fernandes. **Desafios da comunicação rural em tempos de desenvolvimento local**. Revista Signo. Revista de Comunicação Integrada. UFPB, Ano II, n. 3, setembro/1995.

TELECENROS de Informações e Negócios. Informações Empresariais. **Árvore Hiperbólica**. Disponível em: <<http://www.telecentros.desenvolvimento.gov.br/sitio/informacoes-empresariais/arvore/>>. Acesso em 22 set. 2009.

TERRA Sul – Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado. **O objetivo do TerraSul é**. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/programas_projetos/programas/terrasul/>. Acesso em: 22 nov. 2009.

THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília–DF, v. 1, n. 1, Jan./Abr.; de 1984, p. 43-51.

THUILLIER, Pierre. O contexto cultural da ciência. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 9, n. 50, p. 18-23, Jan./Fev., 1989.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **O debate sobre a autonomia/não-autonomia da tecnologia na sociedade** (mimeo). Brasília: UnB, 2007.

VASCONCELOS, Helenira E. M.; PAIVA, Francisco F. de A. Prioridade de pesquisa para agricultura familiar: discursos que se renovam práticas que se adiam. In: **Anais da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP**, 2007. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/46.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se imagina**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editoria Universidade/UFRGS, 2000.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBURQUERQUE, Roberto C. de. (Coord.). **Governabilidade e reforma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

VIANA, José Francisco de Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**, RJ: José Olympio, 1949.

VIEIRA, Vanessa da Silva. **Políticas territoriais e globalização**: Uma Perspectiva do Contexto Baiano a Partir do Plano Plurianual de 2000-2003. Salvador: Seplantec, 2005.

VILAÇA, Marcos Vinícios. **Coronel, coronéis**: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste, 4. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, v. 1, 1991.

WORD Wide Web. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web> Acesso em: 22 set. 2009.

ANEXOS

ANEXO A

Entrevista com Chefe Geral da Embrapa Semiárido sobre a implantação do Núcleo Piloto Sisal, publicada no Portal Eletrônico da Embrapa em 08/05/2007.

Seminário discute programa para a agricultura familiar (08/05/2007)



Fonte: Arquivo Embrapa.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo do Brasil vão investir 3 milhões de dólares durante cinco anos na consolidação de três experiências de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar sediadas em Dourados (MS), Aurora do Pará (PA) e Valente (BA). De 8 a 10 de maio, a Embrapa Semi-Árido coordena a realização de um seminário na cidade de Petrolina-PE para discutirem a implantação de “Núcleos piloto de informação e gestão tecnológica para agricultura familiar” nesses municípios.

O seminário será aberto pelo representante do BID, Juan Poveda, e o pesquisador Pedro Carlos Gama da Silva, Chefe Geral da Embrapa Semi-Árido. Técnicos de secretarias de meio ambiente e planejamento dos estados de São Paulo, Acre e Sergipe, de organizações não governamentais envolvidas com as atividades desenvolvidas nesses municípios e pesquisadores de várias Unidades da Embrapa, participam do evento.

Fortalecer – A escolha das experiências já em desenvolvimento em Dourados, Aurora do Pará e Valente levou em conta a existência de iniciativas organização de produtores/agricultores, o apoio dos poderes públicas em âmbitos municipal, estadual e federal, além de áreas com um mínimo de aptidão para a produção agro-silvo-pastoril e a proximidade de um centro de pesquisa da Embrapa.

No caso de Valente, centro do chamado Território do Sisal que reúne cerca de 20 municípios, há muitas instituições públicas e ongs envolvidas com o desenvolvimento da região. Contudo, algumas delas são identificadas como mais importantes a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), Rede de Escolas Familiares Agrícolas do Semi-árido, Rádios Comunitárias (Abraço), Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira (FATRES), Conselho de Desenvolvimento Territorial da Região Sisaleira (CODES), Ministério do Desenvolvimento Agrário, SEBRAE, EMBRAPA, Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Pedro Gama explica que os Núcleos serão como “escritórios” que irão operar aglutinando as atividades e competências técnicas do conjunto de instituições e organizações privadas que atuam dentro do território. Para ele, o Núcleo representa uma forma inovadora de articulação institucional, com capacidade de catalisar a atuação das organizações e favorecer soluções conjuntas para os principais problemas que estrangulam esse segmento agrícola: baixa produtividade, tecnologias inadequadas às necessidades dos agricultores, níveis de informações insuficientes, baixa capacidade de gestão, baixo nível de valor agregado aos produtos, condições desvantajosas de comercialização e utilização inadequada de recursos naturais, dentre outros.

Segundo o Chefe Geral da Embrapa Semi-Árido, a atuação do Núcleo baseado na disponibilidade de informações e na gestão tecnológica está previsto no Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão da Pesquisa Agropecuária (Agrofuturo), que será executado e coordenado pela Embrapa, nos próximos cinco anos com financiamento parcial do BID. Nele serão investidos US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares americanos).

A falta de informações adequadas para pequenos produtores é uma séria dificuldade para o sucesso da agricultura familiar, explica o pesquisador. As instituições em geral, e mais especificamente as de pesquisa, dispõem de um acervo de informações, que nem sempre podem ser acessadas pelos interessados, apesar de existir um número significativo de organizações, públicas e privadas, atuando na área rural. E dispor dessas informações é essencial para que pequenos agricultores alcancem melhores níveis de produtividade e renda nas suas propriedades, afirma.

O Agrofuturo possui 4 componentes. Além do Núcleo piloto de informação e gestão tecnológica para agricultura familiar, Sistema Competitivo de Pesquisa e Desenvolvimento, Fortalecimento de Capacidades em Áreas Estratégicas e Integração Regional e Internacional. O Programa tem o objetivo de contribuir para a melhoria da competitividade e da equidade do setor agropecuário brasileiro, por meio da geração e transferência de conhecimento e tecnologia.

Marcelino Ribeiro(1127/BA)

Mais informações:

Pedro Carlos Gama da Silva – Chefe Geral da Embrapa Semi-Árido;

chgeral@cpatsa.embrapa.br

Contatos: (87) 3862 1711

Embrapa Sede

Parque Estação Biológica - PqEB s/n°.

Brasília, DF - Brasil - CEP 70770-901

Fone: (61) 3448-4433 - Fax: (61) 3347-1041

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Todos os direitos reservados, conforme Lei nº 9.610.

ANEXO B

Roteiro para as entrevistas semiestruturadas.

Sobre as Minibibliotecas

a) Para a Direção da Escola:

- 1 – Como a escola tem usado o acervo das Minibibliotecas em suas práticas escolares?
- 2 – A escola dispõe dos recursos necessários para passar vídeos, cds e promover o contato dos estudantes e da comunidade local às publicações e audiovisuais que compõem o acervo das Minibibliotecas?
- 3 – Qual a avaliação quanto aos conteúdos e à linguagem usada nas Minibibliotecas?

b) Para os Professores:

- 1 – Que experiências a escola tem desenvolvido, envolvendo as cartilhas, livros ou vídeos?
- 2 – Os temas apresentados têm relação com as atividades agropecuárias e ambientais dos estudantes da escola e de seus familiares?
- 3 – Qual a compreensão dos estudantes quanto à necessidade de preservar o ambiente e adotar práticas agrícolas que evitem o uso de produtos químicos e o desgaste dos recursos naturais locais (solo, água, vegetação)?

c) Para os Estudantes:

- 1 – Quais os temas que mais consultam nas Minibibliotecas e qual a relação deles com a atividade praticada por seus pais ou vizinhos?
- 2 – O que já conseguiram colocar em prática e que está dando certo ou errado?
- 3 – Como seus pais ou vizinhos receberam as novas ideias (novas práticas propostas)?
- 4 – O que vocês entendem por agricultura sustentável? Vocês se sentem responsáveis pela preservação ambiental do município?

Sobre o Prosa Rural

a) Responsáveis ou locutores principais das rádios.

- 1 – Qual a repercussão do Prosa Rural entre os ouvintes da rádio, tanto os do campo como os da cidade?
- 2 – Que outros programas vocês veiculam que tratam do tema agropecuária e meio ambiente?
- 3 – você conhece algum agricultor, associação ou cooperativa local que já tenha adotado uma das práticas apresentadas no programa? E tem dado certo?
- 4 – Quais temas recebem mais atenção dos ouvintes? E como reagem (pedem para repetir o programa, pedem mais informações, criticam)?
- 5 – Vocês têm algum programa na rádio específico sobre preservação do meio ambiente? Como esse tema é abordado na programação?

Sobre a Árvore do Conhecimento/Núcleo Piloto

a) Representantes de entidades que participam da gestão do Núcleo Piloto.

1 – A internet é hoje um meio utilizado pela maioria dos jovens e agricultores aqui no território para obterem informações que ajudem a melhorar suas práticas agrícolas ou comerciais?

2 – Qual a expectativa de vocês quanto ao uso das informações que estarão disponíveis na Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar? (Quem mais vai fazer uso mesmo dessas informações, os agricultores, seus filhos, os agentes de assistência técnica e extensão rural ou os representantes das entidades locais, como associações, cooperativas e outras?)

3 – Como vocês estão contribuindo para a elaboração dessa Árvore do Conhecimento? Essas informações correspondem realmente às principais necessidades dos agricultores do território?

4 – Vocês conhecem o papel do Núcleo Piloto? Qual a expectativa que têm em relação a essa ação da Embrapa?

ANEXO C

Roteiro de Entrevista com os Grupos Focais

Grupo Focal: _____

Data da entrevista: _____

Local da entrevista: _____

Atores institucionais e sociais participantes:

1 – Qual o envolvimento de cada um de vocês nessa organização (Associação/Sindicato/Cooperativa)?

2 – Quais as vantagens de participar, aqui no território do Sisal, de uma organização/instituição que representa ou atua com os agricultores familiares?

3 – Qual o nível de participação e de decisão dos associados/filiados nas instâncias dessa organização/instituição?

() Participam de reuniões/assembleias. Quantas vezes por mês? _____

() Têm direito a voz e voto nas reuniões/assembleias.

() As sugestões apresentadas pelos associados/filiados são primeiro avaliadas pelos dirigentes, antes de serem transformadas em encaminhamentos/decisões.

() As sugestões apresentadas pelos associados/filiados são sempre votadas, antes de se tornarem encaminhamentos/decisões.

() Os associados/filiados participam da implementação e acompanhamento das decisões tomadas. De que forma? _____

4 – Quais as formas de comunicação da organização/instituição com os agricultores associados:

() visitas às comunidades e às unidades de produção familiar

() reuniões/assembleias periódicas

() envio de cartas, jornais e panfletos

() programas de rádio/TV

() outras: _____

5 – Quais as fontes de informação técnica que a organização/instituição consulta e partilha com os agricultores associados:

() conversa e reuniões com os técnicos da EBDA ou da prefeitura.

() conversa e reuniões com os técnicos dos movimentos/ONGs.

() conversas com amigos e lideranças de outros territórios.

() indicações dos vendedores de sementes, adubos, agrotóxicos.

() jornais, revistas em geral.

() livros, cartilhas e panfletos produzidos por instituições de pesquisa e extensão rural.

() internet.

() programas de rádio e televisão.

() outros: _____

6 – Quais dessas fontes de informação vocês confiam mais na hora de tomar decisão sobre tecnologias e práticas agropecuárias? E por quê?

7 – E quando o assunto é meio ambiente, por exemplo, conservação e recuperação dos recursos naturais, como solo e água, quais fontes são mais confiáveis? E por quê?

8 – Como conheceram o programa de rádio Prosa Rural?

9 - E como avaliam a linguagem usada no programa para falar com o agricultor familiar e com os jovens rurais?

10 – E quanto às Minibibliotecas que estão na escola (_____) vocês conhecem? Já viram as cartilhas ou assistiram aos vídeos da mesma?

11 – As técnicas apresentadas no Prosa Rural e nas Minibibliotecas são simples, possíveis de entender e colocá-las em prática nos municípios do território?

() Sim () Não. Por quê? _____

12 – Existem agricultores aqui no município que têm aplicado as técnicas divulgadas nos programas do Prosa Rural ou nas cartilhas? Quem e onde moram?

13 – Há troca de informações e experiências entre os agricultores do município em torno dessas técnicas?

14 – Qual (ou quais) tema(s) vocês acham que poderia(m) ser discutido(s) pela Embrapa e seus parceiros nesses programas de rádio ou nas cartilhas e vídeos, e que vocês poderiam contribuir com suas experiências para ajudar agricultores de outros municípios do território ou da região?

15 – E como vocês poderiam passar essas experiências para os programas do Prosa Rural e para a elaboração de novas cartilhas e vídeos?

16 – Vocês conhecem as ações do Núcleo Piloto do Agrofuturo, coordenado pela Embrapa aqui no Território do Sisal?

() Sim () Não

17 – Se, SIM: Que tipo de participação vocês já tiveram nele?

18 – Nesse Núcleo Piloto está sendo desenvolvido um sistema de informações, via internet, chamado de Árvore do Conhecimento para a Agricultura Familiar do Território da Agência de Informação Embrapa, vocês já ouviram falar?

() Sim () Não

19- Se, SIM: Vocês participam de alguma forma da elaboração dessa árvore? Como?

20 – Como vocês avaliam o uso da internet para disponibilizar informações para agricultores sobre inovações tecnológicas, sobre comercialização e recomendações agrícolas? E O USO DESSE SISTEMA PARA OS TÉCNICOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

() adequado e com grandes possibilidades de uso pelos jovens e agricultores.

() de fácil acesso e utilização apenas pelos técnicos da organização/instituição que vão se atualizar a partir desse sistema para trabalhar com os agricultores.

() impossível de os agricultores familiares usarem ou contribuírem com a produção de novas informações e conhecimentos, pois não dispõem de acesso à internet.

21 – Como vocês avaliam atualmente o papel da Embrapa aqui no território?

() é uma instituição que traz as novidades tecnológicas para serem testadas e adotadas pelos agricultores e suas organizações.

() é uma instituição que tem se aproximando das organizações locais ouvindo as demandas e dialogando sobre as prioridades de pesquisa para o território.

() é uma instituição que precisa trabalhar de forma mais articulada com a EBDA e as organizações sociais do território.

22 – Hoje, existe diálogo direto entre vocês e a Embrapa? Ou este diálogo é geralmente feito por intermédio dos técnicos de ATER/ATES?

23 – Se, SIM: Como ocorre esse diálogo? Quais os temas que são mais tratados nessas conversas ou eventos (novas tecnologias, meio ambiente, desenvolvimento de novas pesquisas)?

24 – Se, NÃO: Mas e o Núcleo Piloto do Agrofuturo coordenando pela Embrapa aqui no território e que está sediado em Valente não ajuda no estabelecimento desse diálogo entre a empresa e vocês?

25 – Aqui no município existem projetos da Embrapa que contam com o apoio da rádio comunitária, de uma das escolas municipais e dessa organização. O que poderia ser feito para melhorar o entrosamento entre todos vocês (organização/rádio/escolas/outros) e aproveitarem melhor os produtos e informações disponibilizados nesses projetos da Embrapa?

26 – Como vocês participam das políticas públicas aplicadas aqui no Território do Sisal (ex: programas como PETI, Bolsa Família, Pronaf, Aquisição Direta, Mais Alimentos e outros)?

() participando de conselhos municipais.

() como membros do CODES.

() fazendo a fiscalização da aplicação dos recursos (Pronaf, Bolsa Família, Compra Direta, e outros).

() mediante pressão, com mobilizações, ou apresentando reivindicações.

() outras formas: _____

ANEXO D

Questionário Específico para os Agricultores Familiares

Nome do(a) agricultor(a): _____

1 – Tipo de participação na organização/instituição:

() associado/filiado () dirigente () técnico

() outro: _____

2 – Quais as vantagens que você vê em sua participação no(a) (SINDICATO, ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA):

3- E existem desvantagens?

4 – Quais são as principais fontes de informação técnicas que você recebe e quais considera mais confiáveis?

*CONFIÁVEIS (de 1 a 5)**

() visitas de técnicos da EBDA, da prefeitura, dos movimentos/ONGs ()

() participação em eventos como reuniões, palestras, dias de campo ()

() conversas com vizinhos, parentes e amigos que também são produtores ()

() indicações dos vendedores de sementes, adubos e agrotóxicos ()

() jornais, revistas, livros e cartilhas ()

() programas de rádio e televisão ()

() troca de experiências e informações com outras instituições/organizações ()

() internet ()

() outras: _____

** Sendo 1 NADA CONFIÁVEL e 5 MUTO CONFIÁVEL*

5 – Costuma ouvir rádio diariamente?

() Sim () Não

6 – Se a resposta anterior foi SIM responda que tipo de programa ouve mais:

() musical () religioso () esportivo

() jornalístico () informações e serviços

7 – Se a resposta anterior foi NÃO explique a razão:

() Não gosta de rádio.

() Não tem aparelho de rádio em casa.

() Não tem tempo para ouvir rádio.

8 – Como você conheceu o programa de rádio Prosa Rural?

- pela rádio local
 nas palestras/cursos da organização/instituição
 outros: _____

9 – Você já ouviu algum programa do Prosa Rural?

- Sim Não

10 - Você já participou de alguma forma do Prosa Rural:

- Sim Não

11 – Se, SIM, por que meios:

- concedendo entrevistas.
 enviando perguntas/sugestões.
 participando de concurso/premiações.

12 – Se, NÃO, quais as razões:

- Nunca foi procurado para dar entrevistas.
 Não tem telefone e a agência do Correios fica longe, dificultando o envio de perguntas/sugestões.
 Não tem tempo para mandar sugestões/perguntas.
 Os assuntos e campanhas do programa não têm interesse para o seu dia a dia.

13 – Você conhece as Minibibliotecas que estão à disposição da comunidade na escola _____?

- Sim Não

14 – Se, SIM, já fez uso de alguma publicação ou vídeo da mesma?

- Sim Não

15 – Se, NÃO, por quê?

16 – As tecnologias apresentadas no programa Prosa Rural e nas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas são:

- totalmente adequadas a nossa realidade.
 inadequadas a nossa realidade.
 possíveis de serem testadas no território.

17 – Conhece algum agricultor que fez ou está fazendo uso de alguma dessas técnicas?

- Sim Não

18 – Se, SIM, quais os resultados obtidos até o momento?

19 – E, você, faria uso também dessas técnicas?

Sim Não

20 – Esse agricultor tem recebido acompanhamento técnico?

Sim Não

21 – De quem ele recebe essa assistência técnica?

EBDA.

Embrapa.

Prefeitura.

Técnicos da organização/instituição.

Outros: _____

22 – Com qual frequência ele recebe assistência técnica?

semanalmente quinzenalmente mensalmente

outra: _____

23 – É sempre o mesmo técnico quem dá assistência para ele?

Sim Não

24 – O município conta com acesso à internet?

Sim Não

25 - Se, SIM, em quais instituições abaixo você e sua família poderiam usar um computador com internet?

Escola.

Prefeitura.

Sindicato.

Associação/Cooperativa.

Telecentro/Escola Digital.

Apenas em Lan Houses.

26 – No município existem cursos para jovens e agricultores aprenderem a usar o computador e a internet?

Sim Não

27 – Já teve contato com o Núcleo Piloto do Agrofuturo, coordenado pela Embrapa no município de Valente?

Sim Não

28 – Se, SIM, de que forma:

- () participou de reuniões com os técnicos do Núcleo.
- () recebeu visita de técnico do Núcleo.
- () visitou o Núcleo.
- () ficou sabendo por meio da organização/instituição.
- () outros: _____

29 – Se, NÃO, por quê?

30 – Os agricultores daqui teriam condições de consultar sozinhos na internet informações sobre técnicas de plantio de girassol, ou criação de abelhas ou cuidados com o manejo do solo e colocar em prática essas técnicas?

- () Sim
- () Não

ANEXO E

Questionário Específico para as Organizações/Instituições.

Nome da Organização/Instituição: _____

1 – Eixo de atuação da organização/instituição:

- () questões trabalhistas () assessoria técnica () crédito
() beneficiamento/comercialização () previdência e assistência social
() educação do campo () políticas públicas

2 – Público-alvo da organização/instituição:

- () agricultores familiares () agricultores assalariados

3 – Âmbito de atuação da organização/instituição:

- () Estadual () Municipal () Outros: _____

4 – Região de atuação da organização/instituição:

- () Território do Sisal
() outros território rurais, quais:

5 – Qual a vantagem para os agricultores em participar dessa organização/instituição?

6 – Formas de atuação da organização/instituição nas políticas públicas do Território:

- () conselhos.
() parcerias com o Estado/Município.
() controle social (fiscalização de contas e intervenção no orçamento público).
() confronto nas ações diretas (negociação e pressão social).

7 – Quais as principais fontes de informação técnicas usadas pela organização/instituição e quais considera mais confiáveis?

*CONFIÁVEIS (de 1 a 5)**

- () reuniões, palestras, cursos, visitas ()
() jornais, revistas ()
() livros, cartilhas, panfletos ()
() programas de rádio e televisão ()
() troca de experiências e informações com outras instituições/organizações ()
() internet ()
() outras: _____

* Sendo 1 NADA CONFIÁVEL e 5 MUTO CONFIÁVEL

8 – De que forma a organização/instituição conheceu o programa de rádio Prosa Rural?

- () pela rádio local.
- () por meio de outras organizações/instituições.
- () outros: _____

9 – Conhece as Minibibliotecas que estão à disposição da comunidade na escola _____?

- () Sim () Não

10 – De que forma a organização/instituição utiliza as práticas agrícolas e ambientais apresentadas no Prosa Rural e nas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas?

- () em cursos de capacitação/reciclagem para seus técnicos.
- () em reuniões e palestras para jovens e agricultores familiares.
- () em debates com seus dirigentes.
- () outros: _____

11 – Como avalia as tecnologias que são apresentadas no programa Prosa Rural e nas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas?

- () totalmente adequadas à realidade dos agricultores familiares do território.
- () inadequadas à realidade dos agricultores familiares do território.
- () possíveis de serem testadas ou adaptadas às condições locais.

12 – Conhece algum agricultor que fez ou está fazendo uso dessas tecnologias?

- () Sim () Não

13 – Se, SIM, quais os resultados obtidos até o momento? E Quem é essa pessoa?

14 - Se, NÃO, por quê?

15 – Esse agricultor tem recebido acompanhamento técnico?

- () Sim () Não

16– De quem ele recebe essa assistência técnica?

- () EBDA.
- () Embrapa.
- () Prefeitura.
- () Técnicos da organização/instituição.
- () Outros: _____

17 – Com qual freqüência ele recebe assistência técnica?

- () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente
- () outra: _____

18 – A organização/instituição já teve contato com o Núcleo Piloto do Agrofuturo, coordenado pela Embrapa no município de Valente?

() Sim () Não

19 – E qual foi o objetivo desse contato?

20 – A organização/instituição conhece a proposta de um sistema de informação, via internet, chamado de Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território, que esse Núcleo Piloto está desenvolvendo?

() Sim () Não

20 – A organização faz parte do Comitê Técnico ou Comitê Gestor do Núcleo?

() Sim () Não

21 – Se, SIM, há quanto tempo? E o que tem discutido nesse Comitê?

22 – Que decisões foram tomadas com a participação de vocês e quais os resultados até o momento?

23 – Se, NÃO, de que forma a organização gostaria de participar das ações do Núcleo:

() compondo o comitê técnico.

() apresentando demandas dos agricultores.

() produzindo conteúdos para a Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do território.

() outros: _____

24 – O município conta com acesso à internet?

() Sim () Não

25 – Os técnicos da organização/instituição estão preparados para utilizar computador e internet em seus trabalhos?

() Sim () Não

26 – Como a organização/instituição avalia o uso da internet para disponibilizar informações sobre inovações tecnológicas, sobre comercialização e recomendações agrícolas?

() adequado e com grandes possibilidades de uso pelos jovens e agricultores.

() de fácil acesso e utilização apenas pelos técnicos da organização/instituição que vão se atualizar a partir desse sistema para trabalhar com os agricultores.

() impossível de os agricultores familiares usarem ou contribuírem com a produção de novas informações e conhecimentos, pois não dispõem de acesso à internet.

ANEXO F

Quadro-Resumo dos Grupos Focais selecionados: âmbito de atuação das organizações envolvidas, principais atores participantes da entrevista e envolvimento dos mesmos nessas organizações.

STR RETIROLÂNDIA	CDA/CAMUQ/STRAF Brasília–DF QUEIMADAS	APAEFA VALENTE	RÁDIO VALENTE FM e ABRAÇO SISAL	CDA ARACI
<p>Data da entrevista: 28/09 Local da entrevista: sede do STR Retirolândia, e Comunidade do Espanta Gado Atores participantes: Presidente do STR, técnico de ATER do sindicato, um agricultor filiado ao STR que já participou das atividades de capacitação feitas pelo sindicato com uso dos programas de rádio e o locutor da rádio comunitária Estrela FM que veicula o Prosa ao meio dia e todas às 6ª feiras, às 19h no programa do STR (A Voz do seu Sindicato)</p>	<p>Data da entrevista: 29/09 Local da entrevista: ASCOOB (onde funciona a sede da CAMUQ e da CDA) Atores institucionais e sociais participantes: Presidente do STRAF Queimadas, Diretor Executivo da CDA de Queimadas e da Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Itapicuru /CAMUQ; coordenadora do Departamento de cooperativismo e educação da CAMUQ e o locutor e responsável pela Rádio Comunitária queimadas FM Envolvimento de cada um Central: Membros da diretoria da cooperativa e que também são agricultores, membro da diretoria do sindicato rural, membro do conselho comunitário da rádio da qual a CDA também faz parte.</p>	<p>Data da entrevista: 30/09 Local da entrevista: EFA Valente, situada no Sítio do Madeira, Comunidade do Papagaio, em Valente Atores institucionais e sociais participantes: diretor da escola, professor de zootecnia e administração e alunos da 6ª série Envolvimento de cada um na Associação/Escola: Diretoria, professores e alunos da escola Âmbito de Atuação: Territorial, pois recebe alunos de outros municípios do Território Público-alvo: jovens rurais filhos ou parentes de agricultores familiares</p>	<p>Data da entrevista: 30/09 Local da entrevista: Estúdio da Rádio Atores institucionais e sociais participantes: Presidente da Rádio Valente FM e o locutor da rádio e membro da diretoria da Abraço Sisal Envolvimento de cada um na Rádio/Associação: Membros do conselho comunitário da rádio e da diretoria da Abraço Sisal Âmbito de Atuação: Territorial, pois atua com rádios de outros municípios do território Público-alvo: população urbana e rural OBSERVAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: Como essa organização encontrar-se em dificuldades para manter sua sede em Valente, a mesma foi transferida provisoriamente para Conceição do Coité e a entrevista foi realizada apenas com seus representantes que residem em Valente e que também são os responsáveis pela Rádio Comunitária Valente FM.</p>	<p>Data da entrevista: 01/10 Local da entrevista: Sede da CDA Araci Atores institucionais e sociais participantes: Presidente da CDA, tesoureiro de associação e locutor da rádio comunitária Cultura FM, agricultor membro de associação filiada à CDA, técnico de ATER da CDA Envolvimento de cada um na Associação: Associados da CDA, filiados às associações rurais e ao conselho comunitário da rádio Âmbito de Atuação: Intermunicipal, atua em Araci, Teofilândia e Tucano. Público-alvo: apenas os agricultores familiares</p>

Quadro-Resumo dos Grupos Focais selecionados: âmbito de atuação das organizações envolvidas, principais atores participantes da entrevista e envolvimento dos mesmos nessas organizações (continuação).

STR RETIROLÂNDIA	CDA/CAMUQ/STRAF – QUEIMADAS	APAEFA VALENTE	RÁDIO VALENTE FM e ABRAÇO SISAL	CDA ARACI
<p>Envolvimento de cada um no Sindicato: Membro da diretoria, filiado e pai de diretor do sindicato, técnico do sindicato, membro do conselho comunitário da rádio da qual o STR também faz parte.</p> <p>Âmbito de Atuação: Municipal.</p> <p>Público-alvo da organização: agricultores familiares e alguns poucos trabalhadores rurais assalariados (pois são poucos no município).</p>	<p>Âmbito de Atuação: Municipal</p> <p>Público-alvo da organização: No caso do STRAF, agricultores familiares e alguns poucos trabalhadores rurais assalariados (pois são poucos no município), no caso da CDA são agricultores familiares e da CAMUQ tanto agricultores familiares quanto assalariados.</p> <p>OBSERVAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: não houve presença de técnicos e nem de agricultores nesses grupos, pois, segundo a diretoria da CDA estava ocorrendo uma reunião do Sebrae no mesmo horário, envolvendo tanto os técnicos que prestam assistência por meio das organizações aos agricultores, quanto agricultores, esse também é considerado pelas lideranças locais como um agricultor de referência para a comunidade onde atua.</p>	<p>OBSERVAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: Para a entrevista foram convidados os diretores da associação, membros da APAEB que também compõem a diretoria da associação, a diretoria da Escola Família Agrícola, professores e alunos da escola e agricultores – pais de alunos – que residem na Comunidade do Papagaio. No entanto, este foi o grupo em que ocorreu maior ausência dos entrevistados, uma vez que a maior parte dos membros da APAEFA reside em outros municípios.</p>		<p>OBSERVAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: a diretoria do Instituto Pedra Alta (IEPA) também foi convidada para a entrevista, mas não participou da mesma. A CDA desde o início de 2009 negociou com o IEPA para manter parte do acervo (um exemplar de cada publicação das Minibibliotecas) na sede da associação e adotá-lo nas oficinas de aprender-fazer realizadas com as associações e agricultores do município. No dia da entrevista, a CDA promoveu em sua sede a reunião mensal da organização, contando com a presença de lideranças das 90 Associações de Agricultores Familiares do Município, oportunidade que permitiu entendermos melhor a forma de atuação da associação, o processo de participação de suas lideranças e entrevistar alguns agricultores que são também líderes de associações.</p>

Quadro-Resumo dos Grupos Focais selecionados: âmbito de atuação das organizações envolvidas, principais atores participantes da entrevista e envolvimento dos mesmos nessas organizações (continuação).

STR RETIROLÂNDIA	CDA/CAMUQ/STRAF – QUEIMADAS	APAEFA VALENTE	RÁDIO VALENTE FM e ABRAÇO SISAL	CDA ARACI
<p>OBSERVAÇÕES SOBRE A TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: A entrevista foi realizada no STR, que fica na sede do município, pedido dos representantes do sindicato e da rádio, porém houve ausência dos agricultores que tiveram dificuldades para conseguir um transporte que os levasse até a sede do município Assim fomos até a Comunidade Baixa do Couro para entrevistar o agricultor apontado como uma referência para a sua comunidade e os seus vizinhos.</p>				

ANEXO G

Eixo de atuação das organizações entrevistadas.

Organização	Eixos de Atuação							
	Trabalhista	ATES	Comunicação	Educação	Crédito	Previdência/Assistência Social	Políticas Públicas	Produção/ Comercialização
CDA Araci		X			X (via Pronaf)		X	X
STR Retirolândia	X*	X		X (Projeto com jovens rurais)		X	X	
CAMUQ		X		X (parceria com o gov. da BA)	X		X	
CDA Queimadas		X			X (via Pronaf)		X	X
STRAF Queimadas	X*	X				X	X	
Abraço Sisal e Rádios			X				X	
EFA				X			X	

(*) A maior parte dos filiados constitui-se de agricultores familiares e não de trabalhadores rurais assalariados.

ANEXO H

Formas de comunicação das organizações com seus associados/filiados.

Organização	Formas de comunicação com os associados/filiados					
	Reun. de Base Assembléias	Visitas à comunidade	Prog. de Rádio	Jornal	Correspondências	Internet
CDA Araci	Mensal	Semanal	Semana I	—	Para convocações extraordinárias	-
STR Retirolândia	Semestral	Semanal	Semana I	—	-	-
CAMUQ	Mensal	Semanal	Semana I	—	Para convocações extraordinárias	-
CDA Queimadas	Mensal	Semanal	Semana I	—	Para convocações extraordinárias	-
STRAF Queimadas	Semestral	Semanal	Semana I	—	Para convocações extraordinárias	-
Abraço Sisal e Rádios	Mensal	Contato diário	Diário	—	—	Para convocação ou informação extraordinária com as rádios
EFA	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

ANEXO I

Fontes de informações técnicas mais usadas e mais confiáveis.

Organização	Fontes de informação técnicas mais usadas e mais confiáveis (1 a 5)					
	1 – pouco confiável e 5 – muito confiável					
	Conversa com técnicos de ATER e ATES	Visitas às propriedades para conversar com os agricultores	Programa de Rádio	Cartilhas	Vídeos	Pesquisa na Internet
CDA Araci	4	5	4	4	4	3
STR Retirolândia	4	5	4	Não usa	4	Não usa
CAMUQ	3	5	4	4	4	Não usa
CDA Queimadas	3	5	5	4	4	Não usa
STRAF Queimadas	3	5	4	Não usa	4	Não usa
Abraço Sisal e Rádios	4		5	Não usa	Não usa	4
EFA	5	4	3	5	5	4

ANEXO J

Disponibilidade do recurso internet.

Organização	Município tem Internet		Comunidades rurais têm internet		Como avalia o uso da internet para disponibilizar informações sobre inovações tecnológicas e recomendações agrícolas			Os técnicos da organização estão capacitados para uso da internet	
	S I M	N Ã O	S I M	N Ã O	Adequado para uso dos técnicos da organização	Possível de ser adotado por jovens rurais	Inadequado para uso dos agricultores	S I M	N Ã O
CDA Araci	X			X	X		X	X	
STR Retirolândia	X			X	X	X		X	
CAMUQ	X			X	X		X	X	
CDA Queimadas	X			X	X	X		X	
STRAF Queimadas	X			X	X		X	X	
Abraço Sisal e Rádios	X			X		X		X	
EFA	X		X			X	X	X	

ANEXO K

Conhecimento quanto ao Prosa Rural e às Minibibliotecas.

Organização	Conhece o Prosa Rural		Como conheceu o Prosa Rural	Conhece as Minibibliotecas		Como utiliza as práticas apresentadas no Prosa Rural e nas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas
	S I M	N Ã O		S I M	N Ã O	
CDA Araci	X		Por meio da rádio comunitária	X		Em seu programa semanal na rádio Cultura FM, repete alguns temas e debate os mesmos. Também selecionaram algumas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas para uso nas Oficinas de “Convivência com o Semiárido” que estão sendo realizadas com jovens rurais e agricultores familiares
STR Retirolândia	X		Por meio da rádio comunitária e do MOC		X*	Os técnicos do sindicato selecionam semanalmente os temas do Prosa que mais se adequam à realidade de produção agrícola local e os utiliza no programa de rádio do STR, que vai ao ar todas as sextas-feiras à noite, às 19h (A VOZ DO SEU SINDICATO). E, às vezes, nos debates e palestras com agricultores sobre alguns temas específicos utiliza também os programas
CAMUQ	X		Por meio da rádio comunitária	X		Os técnicos utilizam alguns programas do Prosa Rural em cursos que realizam com agricultores e jovens rurais
CDA Queimadas	X		Por meio da rádio comunitária	X		Repassam as informações para as comunidades, quando das visitas às mesmas
STRAF Queimadas	X		Por meio da rádio comunitária		X	Os técnicos utilizam alguns programas do Prosa Rural em cursos que realizam com agricultores e jovens rurais
Abrço Sisal e Rádios	X		Por meio do MOC	X**		Até o ano passado distribuía os programas para as rádios associadas. A partir de 2008, as rádios que tinham interesse em veicular o programa firmaram convênio diretamente com a Embrapa

(*) Apenas o Presidente do STR Retirolândia conhecia as Minibibliotecas que se encontram na Escola de 1º Grau Daniel Ferreira, situada no Povoado de Jibóia. (**) A Abrço conhece as Minibibliotecas, porque algumas rádios comunitárias associadas divulgaram a chegada das Minibibliotecas nos municípios.

Conhecimento quanto ao Prosa Rural e às Minibibliotecas (continuação).

Organização	Conhece o Prosa Rural		Como conheceu o Prosa Rural	Conhece as Minibibliotecas		Como utiliza as práticas apresentadas no Prosa Rural e nas cartilhas e vídeos das Minibibliotecas
	S I M	N Ã O		S I M	N Ã O	
EFA	X		Por meio das Minibibliotecas e da rádio comunitária	X		O acervo da Minibiblioteca faz parte do material didático utilizado pela escola nas aulas de zootecnia e agrícola. A escola também disponibiliza os livros e cartilhas para empréstimo e para a 1ª atividade diária dos alunos, o Momento de Leitura, quando todos selecionam uma publicação disponível na sala de leitura e, depois, discutem sobre ela.

(*) Apenas o Presidente do STR Retirolândia conhecia as Minibibliotecas que se encontram na Escola de 1º Grau Daniel Ferreira, situada no Povoado de Jibóia. (**) A Abraço conhece as Minibibliotecas, porque algumas rádios comunitárias associadas divulgaram a chegada das Minibibliotecas nos municípios.

ANEXO L

Conhecimento, participação e expectativas quanto ao Núcleo Piloto - NAF Sisal.

Organização	Conhec e o NAF Sisal		Participa do NAF Sisal		Expectativas quanto ao NAF Sisal				Conhece a proposta da Árvore do Conhecimento	
	S I M	N Ã O	S I M	N Ã O	Apresentar demandas dos agricultore s	Compor Comitê Técnico	Produzir conteúdos para a Árvore do Conhecim ento	Outras	S I M	N Ã O
CDA Araci	X			X	X					X
STR Retirolândia	X			X	X					X
CAMUQ		X		X			X			X
CDA Queimadas		X		X		X				X
STRAF Queimadas		X		X	X					X
Abraço Sisal e Rádios	X		X			X				X
EFA	X			X				X (instalaç ão de Unidade s de Demons tração)		

ANEXO M

Relação dos entrevistados na pesquisa de campo.

- 1) **Diretor da Rádio Cultura FM de Araci**
José Socorro
- 2) **Diretor de Programação da Rádio Coité FM, de Conceição do Coité**
Zacarias de Almeida Silva
- 3) **Radialista responsável pela programação da Rádio Sabiá FM, de Conceição de Coité**
Paulo Marcos Queiroz dos Santos
- 4) **Diretor da Rádio Nordestina FM**
Gilberto Andrade
- 5) **Diretor da Rádio Queimadas FM**
Jairo de Almeida Alves
- 6) **Diretor da Rádio Riacho FM de Queimadas**
Leonildo Marques
- 7) **Diretor da Rádio Estrela FM de Retirolândia**
Ademilton Ferreira Lima
- 8) **Locutor responsável pela programação da rádio Valente FM**
Cléber de Jesus Silva
- 9) **Secretário-Executivo do CODES Sisal e Articulador do Território da Cidadania**
Valdir Fiamoncine
- 10) **Técnico Territorial do MOC e Articulador Territorial do MDA no Sisal**
Ivan Fontes
- 11) **Coordenadores da Abraço Sisal**
Arlene Cristina Freire Araújo e Cléber de Jesus Silva
- 12) **Coordenador do Núcleo de Assistência Técnica da APAEB**
Jason Ferreira
- 13) **Diretor Executivo da CDA Queimadas e Conselheiro Administrativo da CAMUQ**
Silvio Soares da Silva

14) Presidente do STRAF Queimadas

Elesbão Gonçalves da Silva

15) Presidente do STR Retirolândia

Nóe Silvestre Carneiro

16) Técnico da CDA Araci

Gilson Gomes Santos

17) Responsável pela Rádio Comunitária Queimadas FM

Jairo de Almeida Alves

18) Técnico do STR Retirolândia

Orlando Sampaio Freire Melo

19) Agricultor do Povoado Baixa do Couro, em Retirolândia, e filiado ao SRT do município

Manoel Ferreira de Santana (o 'Seu Messias')

20) Presidente da Associação de agricultores de Tingui, em Araci

Ednei Oliveira

21) Presidente da CDA Araci

Antonio Pimentel

22) Diretor da EFA Valente

Jonilson Oliveira Lima

23) Agricultor da Comunidade Tingui, de Araci

Sr. Joanísio Oliveira

24) Presidente da Rádio Valente FM

José Melchíades de Oliveira

ANEXO N

Fotos da Pesquisa de Campo.



1a) Entrevista com 'Seu Messias', da Comunidade Baixa do Couro, em Retirolândia.



1b) Entrevista com 'Seu Messias', da Comunidade Baixa do Couro, em Retirolândia.



2a) Entrevista com o STR – Retirolândia e Rádio Estrela FM.



2b) Entrevista com o STR – Retirolândia e Rádio Estrela FM.



3a) Entrevista com o Grupo: CAMUQ/ STRAF/CDA de Queimadas e Rádio Queimadas FM.



3b) Entrevista com o Grupo: CAMUQ/ STRAF/CDA de Queimadas e Rádio Queimadas FM.



3c) Entrevista com o Grupo: CAMUQ/ STRAF/CDA de Queimadas e Rádio Queimadas FM.



3d) Entrevista com o Grupo: CAMUQ/ STRAF/CDA de Queimadas e Rádio Queimadas FM.



4a) Entrevistas com diretores da Abraço Sisal e Rádio Valente FM.



4b) Entrevistas com diretores da Abraço Sisal e Rádio Valente FM.



5a) Entrevista na CDA – Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM, Presidente da CDA e técnicos.



5b) Entrevista na CDA – Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM, Presidente da CDA e técnicos.



5c) Entrevista na CDA Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM e técnicos.



5d) Entrevista na CDA – Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM e técnicos.



5e) Entrevista na CDA – Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM e técnicos.



5f) Entrevista na CDA – Araci com agricultores, locutor da Rádio Cultura FM, Presidente da CDA e técnicos.



6a) Entrevista na Escola Família Agrícola Avanir de Cunha Lima – EFA Valente.



6b) Entrevista na Escola Família Agrícola Avanir de Cunha Lima – EFA Valente.



6c) Entrevista na Escola Família Agrícola Avanir de Cunha Lima – EFA Valente.



7) Unidade Produtiva Familiar do 'Seu Germano', da Comunidade Espanta Gado em Queimadas.